

1 – CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

1.1- IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR,;

AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Av. Sete de Setembro, nº 2414 - Cachoeirinha
CNPJ: 02.341.467/0003-92
Inscrição Estadual: 04.137.226-3

Atividade Fim: Geração, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica.

Objeto: ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) DA USINA TERMELÉTRICA A GÁS NATURAL EM CAAPIRANGA - AMAZONAS

Representante Legal:

Engº Pedro Hosken Vieira
Tel: 092-3622.4469

Coordenador de Meio Ambiente

Eng. Josefran Martins da Silva, MSc.
Tel: 092-3621.1162/3621-1216

1.2- IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

Razão Social: ÁGUA PURA ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA.

Endereço: Rua João Alfredo, nº 227 – São Geraldo – Manaus/AM

CNPJ: 02.809.871/0001-86

Inscrição Estadual: 99.166.420-5

Inscrição Municipal: 86.516-01

Licença de Operação (LO) - nº 321/04-05 - IPAAM

Cadastramento PJ - nº 024/01-PJ - IPAAM

Inscrição no CREA: 384/2001.

Eng. Responsável: Plínio Boechat Lopes.

A empresa Água Pura Assessoria e Serviços Ltda, foi fundada em outubro de 1988, é composta de um laboratório de análise físico-química e microbiológica, para análise de efluentes sólidos, líquidos e gasosos e, de um departamento de consultoria ambiental, tecnicamente equipado para a elaboração de ÉPIA, EIA/RIMA, RAS, PCA, Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), Planos de Contingência, geo-processamento, e projetos de Paisagismo para recuperação de áreas degradadas.

Até a presente data elaboramos os seguintes trabalhos de avaliação e controle ambiental:

EIA/RIMA do Terminal Graneleiro de Porto Velho/RO - SEDAM. 1997.

EIA/RIMA do Terminal Graneleiro Privativo Misto de Itacoatiara/AM- 1997.

PCA da Hidrovia do Rio Madeira – DNIT – 1998.

PCA do Aeroporto Internacional de Porto Velho/RO – SEDAM – 2001.

PCA do Super Terminal Comércio Indústria Ltda – Manaus - 2002.

PCA da Linha de Transmissão 69kV do Bairro de São José-MANAUS ENERGIA -2000

PCA da Linha de Transmissão 69 kV BK-ENERGIA-ITACOATIARA – MANAUS ENERGIA 2003.

PCA da LT 69kV - MANAUS-IRANDUBA-MANACAPURU-NOVO AIRÃO – MANAUS ENERGIA 2002.

PCA LT 69kV SUBESTAÇÃO-BALBINA-PRESIDENTE FIGUEIREDO-BR 174-ZF1-ZF2-ZF3-ZF4 –.MANAUS ENERGIA 2003.

Monitoramento Ambiental da Hidrovia do Rio Madeira relativo aos anos de 1999-2000-2001-2002-2003-2004-2005-DNIT-DF.

EIA-RIMA da Rede de Distribuição de Energia Elétrica do Tupé.

RAS DA UNIDADE TERMELÉTRICA DE 60 MW DO COMPLEXO TERMELÉTRICO DO MAUÁ.

EIV DA UNIDADE TERMELÉTRICA DE 60MW do Complexo Termelétrico do Mauá
ESTUDO MATEMÁTICO DA DISPERSÃO DAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS dos grupos geradores da UTE de 60 MW do Mauá.

EIV da LT de 230kV SE-Mauá para a SE Jorge Teixeira.

EIV da SE-Jorge Teixeira, SE Mutirão, SE Cachoeira Grande e SE Compensa, EIV das Linhas de Transmissão de 138 kV entre as Subestações: Jorge Teixeira, Mutirão, Cachoeira Grande e Compensa,

Pessoa de Contato :

Ubirajara Boechat Lopes

Rua João Alfredo 227 – São Geraldo – CEP: 69053-270

Fone: (092)3233.8240 – (092) 8149.7697 – FAX (092)3633-8332

E-mail: aguapura@internext.com.br

E-mail: boechat@vivax.com.br

1.3- CRITÉRIOS E JUSTIFICATIVAS PARA IMPLANTAÇÃO DA UTE

A usina termelétrica de Caapiranga foi definida a partir de exigências das medidas compensatórias do EIA-RIMA do Gasoduto Urucu-Manaus. É importante frisar que a construção da UTE trará grandes benefícios à cidade de Caapiranga, como por exemplo:

A desativação da UTE atual que opera com matriz energética de Óleo Diesel e está instalada no centro da cidade.

A eliminação dos ruídos provocados pela atual UTE cuja intensidade está acima do limite de tolerância para o conforto de vizinhança, estabelecido pela NBR 10.151.

A eliminação das emissões atmosféricas provenientes do funcionamento dos motores dos grupos geradores.

A remoção da tancagem de combustível da UTE atual que constitui um alto risco de acidente (fogo, explosão) para a população que habita as imediações da usina.

A eliminação do risco de acidente com derrame de derivado do petróleo durante as operações de bombeamento do combustível da balsa até a tancagem, pondo em risco a população e o ecossistema de influência.

A construção da nova UTE na zona rural possibilitará a definição de uma área física maior atendendo necessidades futuras de ampliação, o que não é possível nas atuais instalações.

A nova UTE terá matriz energética a base de Gás Natural e será abastecida pelo Terminal de Gás do Gasoduto Urucu-Manaus, em Caapiranga, eliminando as operações de transporte e estoque de combustível.

A oferta de energia com maior segurança, visto que, a potência que será instalada é superior a atual demanda, o que assegura mais confiabilidade aos investidores e usuários.

1.4- DESCRIÇÃO SUCINTA DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

O município de Caapiranga Integra a mesorregião do Médio Rio Solimões; distante da capital Manaus, 134 km em linha reta e 170 km por via fluvial; área territorial de 9.457 km²; clima tropical chuvoso e úmido; temperatura máxima de 38°C, média de 28°C e mínima de 24°C; altitude: coordenadas cartesianas: 03° 19' 39" de latitude sul e a 61° 12' 32 de longitude a oeste de Greenwich.

O Município é cortado pelo trajeto do gasoduto Urucu-Manaus, o que possibilitou a construção de um ramal para alimentação da Central Geradora de energia elétrica.

O acesso à cidade de Caapiranga é predominantemente por via fluvial através do Rio Solimões.

Existe uma estrada ligando o município a Manacapuru, que apresenta tráfego limitado.

O novo sistema de geração térmica de energia elétrica para atender a sede do município de Caapiranga, Estado do Amazonas, será implantado em terreno com área de 40.000,00 m², localizado na Estrada Caapiranga/Manacapuru, distante 6,0 km do centro da sede municipal, em substituição à atual usina termelétrica a Diesel.



1.4.1- ÁREAS DE INFLUÊNCIA

1.4.1.1. Área Diretamente Afetada (ADA)

A área diretamente afetada possui 1,6ha e está situada a 6,0 km da cidade de Caapiranga, isto é, do perímetro urbano da cidade, e contígua a área do Terminal de Gás do Gasoduto Urucu-Manaus. Esta área corresponde ao ambiente que será desmatado, terraplenado e finalmente preparado, através de aterros, implantação de rede de escoamento de águas pluviais, instalação de infra-estrutura, conforme Memorial Descritivo do Projeto.



Foto1- Vista panorâmica da Cidade de Caapiranga, na margem do lago de mesmo nome.



Foto 2- Cais do porto fluvial de embarque e desembarque da cidade.

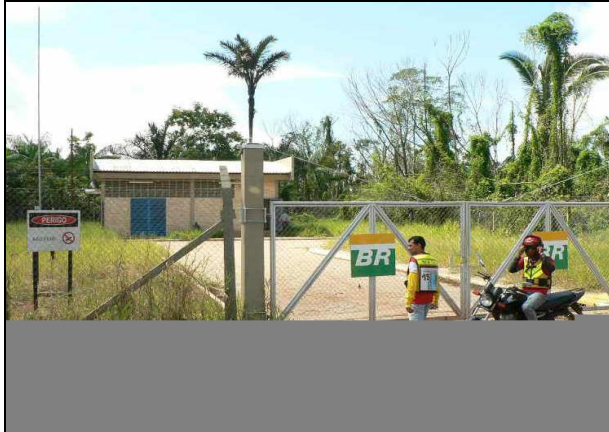


Foto 3- Vista do Terminal do Gasoduto, contíguo ao local de construção da futura UTE.



Foto 4- Vista das instalações do Terminal de Gás. Observa-se também, estratificação da vegetação com mosaicos de palmeiras (Euterpes oleriácea-açaí)



Foto 5- Área de Influência Direta Observa-se pastagem consorciada com mosaicos de indivíduos de palmeiras (Maximiliana maripa – Inajá)

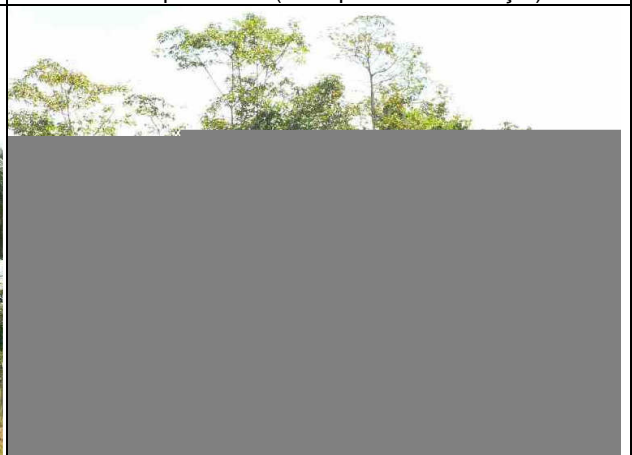
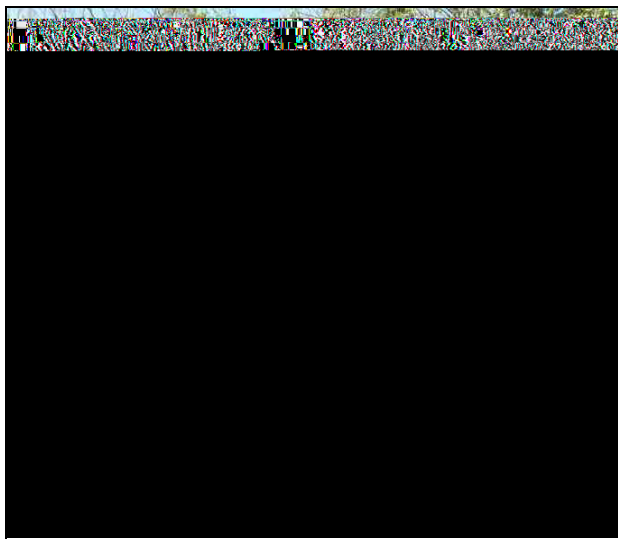





Foto 6- Mosaicos mostrando a estratificação vegetal dos diferentes hábitos da sucessão secundária, (cipós, ervas, arbustos e árvores), dentro das pastagens.

	
<p>Foto 7- Equipe chegando para realizar o levantamento de dados na Área Diretamente Afetada. Observa-se a dominância de ervas e cipós sobre os arbustos.</p>	<p>Foto 8- Local onde será construída a futura UTE. Já se observa degradação do solo pela ação antrópica sobre a vegetação nativa.</p>
	
<p>Foto 9- Detalhes de <i>Astrocaryum aculiatum</i>-tucumã, sobressaindo no mosaico da estratificação vegetal da sucessão secundária.</p>	<p>Foto 10- Estrada que liga Caapiranga a Manacapuru. Observa-se a linha de transmissão instalada, além de degradação, em abas, às margens da vegetação nativa.</p>

1.4.1.2- Área de Influência Direta (AID)

Em decorrência do fato de que o projeto está sendo implantado na zona rural delimitamos como área de influência direta (AID) uma área de 1km de raio, a contar do centro da área diretamente afetada, onde vamos encontrar o ecossistema florestal em vários estágios de ocupação humana, variando de campos formados para atender a pecuária, pequenos desmatamentos destinados à agricultura familiar rotativa, capoeiras, capoeirões, mata secundária e mata primária, conforme descrito no diagnóstico ambiental do meio biótico.

Conforme nossas observações de campo não foram diagnosticadas a presença

de ilhas de vegetação isoladas, desta forma, o ecossistema florestal em questão permite o deslocamento da fauna sem necessidade de corredores ou passagens.

Como a Área Diretamente Afetada está ao lado do terminal de gás do Gasoduto Urucu-Manaus, a Área de Influência Direta não sofrerá impactos decorrentes do transporte de combustível. E salvo o desmatamento relativo à ADA, não haverá outros desmatamentos, desta forma, a cobertura vegetal atual permanecerá.



1.4.1.3- Área de Influência Indireta (AII)

Como se trata de um projeto de implantação de infra-estrutura básica (geração de energia elétrica) consideramos que a Área de Influência Indireta (AII) é a do município de Caapiranga, visto que, a oferta de energia elétrica confiável constitui a base para crescimento industrial de uma região. Assim, é de se esperar, a médio e longo prazo, a ocorrência de aumento populacional, bem como do setor produtivo: primário, secundário e terciário.



1.5- PLANTAS DE LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

As plantas de localização encontram-se em anexo a este relatório

1.6- ALTERNATIVA TECNOLÓGICA ESCOLHIDA

A alternativa tecnológica escolhida para a produção de energia elétrica é o Gás Natural, por se tratar, dentre os combustíveis fósseis, do que apresenta menor potencial poluidor, além disso, a instalação da usina próximo ao terminal de gás do Gasoduto Urucu-Manaus, em Caapiranga, dispensa a construção de um gasoduto ramal para interligar a UTE. E, ainda, a distância do centro urbano, será um fator que minimizará os impactos sobre o conforto da vizinhança.

Assim, a construção da UTE a gás natural e a sua localização são consideradas como melhor alternativa tecnológica e locacional.

1.7- CAPACIDADE DE GERAÇÃO

A nova Central Termelétrica será implantada em substituição à usina existente, que possui motores a Diesel. Será abrigada em um galpão industrial com área de 320 m²

onde serão instalados 6 (seis) grupos geradores de 375kW cada, com motores de combustão interna a partir de gás natural, totalizando potencia instalada inicial de 2.250 kW, sendo que 4 (quatro) grupos geradores para operação contínua e 2 (dois) para reserva técnica de geração a ser operada quando necessário.

O galpão da nova planta terá espaços físicos independentes para a sala de máquinas, sala de comando e controle da operação em ambiente termo-acústico, copa e banheiro para operadores.

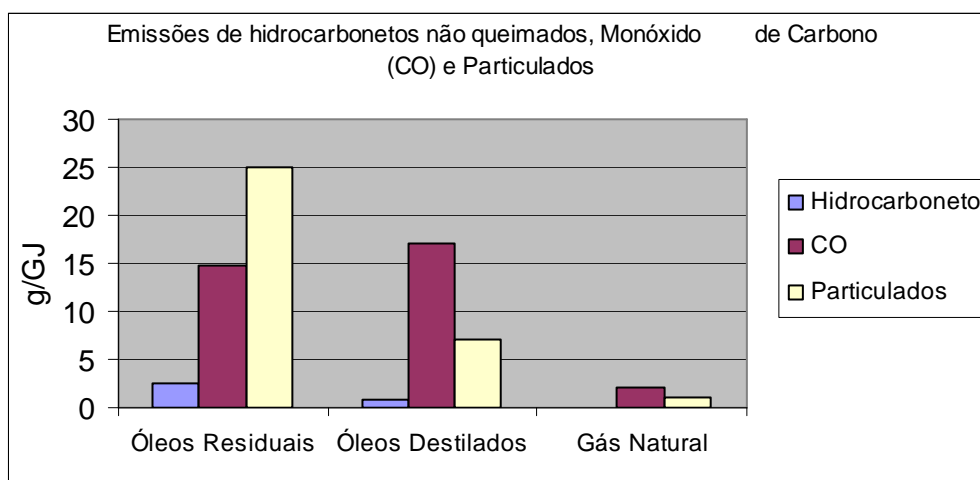
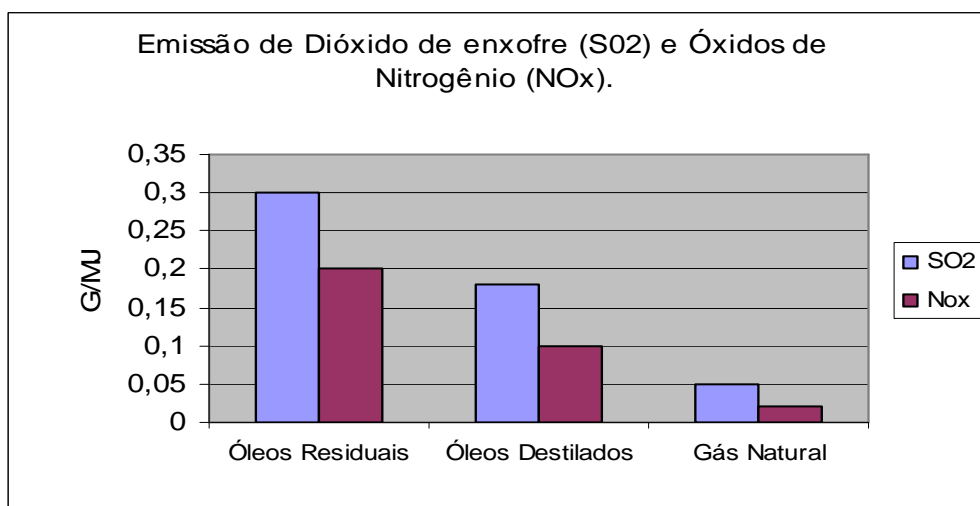
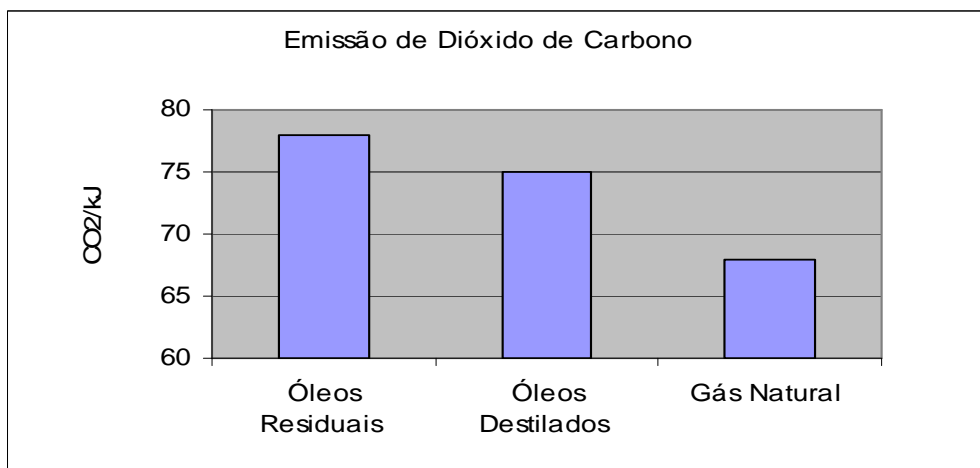
Será construído também um galpão independente da usina, para as atividades de apoio operacional, subdividido em almoxarifado de materiais e peças, depósito para tambores de óleo e oficina para pequenas manutenções eletromecânicas.

O Sistema de geração será implantado para operar em regime intermitente para suprir uma demanda de carga própria projetada na ordem de 1.310 kW.

1.7.1- COMBUSTÍVEL

O combustível utilizado para geração de energia elétrica pela nova Central Termelétrica é o gás natural oriundo da Província do Urucu, conduzido pelo gasoduto Urucu-Manaus e alimentado a partir terminal de gás do gasoduto de Urucu-Manaus em Caapiranga, instalado na proximidade da Usina, passando por uma estação de regulação de pressão para manter a estabilidade operacional dos grupos geradores.

O gás natural é um combustível fóssil encontrado em rochas porosas do subsolo, podendo estar associado ou não ao petróleo. Dentre os combustíveis fósseis, o gás natural possui, se comparado com os restantes, uma série de características que o fazem atrativo, entre elas estão, fácil manuseio, alta densidade energética, baixo potencial poluidor. Está entre as fontes primárias de energia com menor potencial de impacto ao meio ambiente, e do ponto de vista ecológico é considerado o melhor entre os combustíveis fósseis, pois seu estado natural e sua baixa densidade proporcionam uma rápida dissipação na atmosfera, sem impregnar organismos vegetais ou animais. A ausência de compostos sulfurosos e nitrogenados em sua composição proporciona uma combustão livre da emissão de dióxido de enxofre (SO₂ – gás que contribui para formação de chuva ácida), e uma menor taxa de emissão de óxidos de nitrogênio, (NO_x – gás que ataca a camada de Ozônio), quando comparado aos outros combustíveis. Sua combustão se processa de forma mais completa e a emissão de CO é baixa. Uma comparação das emissões de diversos combustíveis utilizados em caldeira é apresentada como referência nos gráficos a seguir



(Fonte)- Adaptação dos gráficos da tese de doutorado de Oderson D. Melo da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em cutter.unicamp.br/document/?view=vtls000391284

1.7.2- Características do Combustível

As características do Gás Natural, fornecidas pelo empreendedor constam da seguinte tabela.

Tabela 1.1- Características e composição do gás natural utilizado na CAAPIRANGA

CARACTERÍSTICA	UNIDADE	VALOR LIMITE
Densidade relativa	-	De 0,59 a 0,69
Metano (mínimo)	%molar	68,0
Etano (máximo)	%molar	12,0
Propano (máximo)	%molar	3,0
Butano e mais pesados (máximo)	%molar	1,5
Inertes (N ₂ +CO ₂)	%molar	18,0
CO ₂ (máximo)	%molar	3,0
Gás sulfídrico – H ₂ S (máximo)	mg/m ³	10,0
Poder calorífico superior	kJ/m ³	34.000 a 38.400
Índice de Wobbe	kJ/m ³	40.500 a 45.000

OBS: Dados fornecidos pelo empreendedor.

1.7.2- SUBESTAÇÃO ELEVADORA

A subestação elevadora será implantada com potência total de 4.500 kVA, constituída por 3 (três) transformadores de força com potência individual de 1.500 kVA - 3.800 V 60 Hz que elevarão a tensão para 13.800 V, conectado ao barramento que alimenta o sistema de distribuição da cidade.

Terá também, um transformador com potência de 45 kVA -13.800/220-127V para alimentação dos serviços internos.

1.7.3- INSTALAÇÕES DE APOIO

Para as atividades de apoio operacional será construído um galpão independente da Usina, subdividido em almoxarifado de materiais e peças, depósito para tambores de óleo e oficina para pequenas manutenções eletromecânicas.

1.7.4- SISTEMA ANTI-INCÊNDIO

No aspecto de segurança será implantado um sistema de combate a incêndio constituído por extintores de pó químico seco – PQS, por hidrantes, e contará ainda com um sistema de proteção contra descargas atmosféricas.

1.7.5- SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES OLEOSOS

Para controle de impacto ambiental por resíduos líquidos originados na Central Termelétrica será construída uma Estação de Tratamento de Efluentes Oleosos composta por caixa de passagem, caixa separadora de água/óleo, caixa coletora de óleo, sumidouro para água e tanque para armazenamento de óleo contaminado. Para o dimensionamento da estação de tratamento foram considerados os seguintes parâmetros: potência instalada de 2.250 kW, consumo médio mensal de óleo lubrificante – 0,80 m³ e consumo mensal de água – 50 m³.

1.7.6- SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O suprimento de água para o consumo doméstico e industrial da Central Termelétrica será por captação local, com a construção de um poço tubular com profundidade média de 60m, vazão mínima esperada de 3 m³/h, constando de bomba submersível de 2CV, tubulação geomecânica de 150mm, casa de bomba com quadro de comando, executado de acordo com as normas da ABNT e ABAS, além de estrutura elevada em concreto armado com caixa d'água com capacidade de armazenagem de 10 m³ instalada e interligada aos pontos de consumo.

1.7.7- SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Para o tratamento sanitário de efluentes domésticos, será implantado um esgotamento sanitário constituído por caixas de passagem, fossa séptica e sumidouro para água, elaborado de acordo com as normas NBR 8160/1993 (Instalação Predial de Esgoto Sanitário) e NBR 7229/1993 (Projeto, Construção e Operação de Sistemas de Tanques Sépticos) da ABNT.

1.8- FLUXOGRAMA GERAL DO PROJETO

A geração de energia na UTE, de acordo com o empreendedor, obedece ao seguinte fluxograma.



1.9- ASPECTOS RELATIVOS À TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Pelo fato da UTE ser instalada a 6 km da cidade é natural que se construa uma linha de transmissão em alta tensão entre a UTE e o sistema de distribuição da UTE antiga em Caapiranga.

Conforme foi observado em nossa visita ao local, existe um LT de 13800 kV saindo da UTE atual para a zona rural que passa em frente ao sítio onde será construído o empreendimento. Certamente será feita a substituição do cabeamento para servir à nova UTE.

2 – DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

2.1- MEIO FÍSICO

2.1.1- METEOROLOGIA E CLIMATOLOGIA

O clima de uma região sofre interferências diversas a nível global que impedem repetições em curtos intervalos de tempo, pois obedecem a um ciclo por demais complexo. No entanto, algumas características básicas são mantidas, o que nos permite estabelecer a sua classificação.

A região a que se refere o presente Estudo de Impacto Ambiental está compreendida na área do município de Caapiranga/Amazonas no ecossistema de Floresta Tropical Úmida Amazônica e apresenta um clima do tipo “Am”, tropical úmido de monção (Köppen 1948), caracterizado por exibir um longo período com precipitação pluviométrica elevada e uma curta estação seca.

O clima do Sul do Amazonas sofre uma forte influência de frentes frias e massas polares da Antártida que entram pelo continente através da Argentina e Sul do Brasil, provocando oscilações de temperatura na interface entre o final do período chuvoso e o início do período mais seco.

As massas de ar responsáveis pelo tempo quente úmido, relativo ao período de menor incidência de chuvas são originadas nas dorsais anticiclônicas formadas pelo Anticiclone Tropical dos Açores, que sopram do nordeste e dos Anticiclones Tropicais Sul que sopram de Leste. A formação de depressões barométricas no interior dessas massas de ar equatorial, devido a baixa latitude e forte conteúdo de radiação solar são capazes de gerar zonas de instabilidade, com chuvas intensas acompanhadas de forte ventos e descargas elétricas, que caracterizam as chamadas chuvas de Verão (Salati 1987). Na interfase entre o período chuvoso (Inverno Amazônico) e o período mais seco (Verão Amazônico), massas de ar polar originadas na Antártida, trazidas pelo Ciclone do Sul, atingem a região, causando uma brusca queda de temperatura (mínima 6°C), chuvas intermitentes e vento Sul-Norte com velocidade média de 35 km/h. Este fenômeno é regionalmente conhecido como “Friagem” e se constitui um importante fenômeno de seleção natural da fauna ictiológica da região.

2.1.2- GEOLOGIA

Na área do empreendimento e no seu entorno (zona de influência direta e indireta) ocorre apenas uma unidade estratigráfica denominada de Formação Solimões, com idade variando entre 2,7 a 2,6 milhões de anos.

A formação Solimões é caracterizada por um ambiente continental fluvial, sendo representada por sedimentos de transbordamento de canal. Exibe porções lenticulares, predominantemente argilosas, de cores cinza, verde e marrom-arroxeadas, às vezes esbranquiçada, com lentes e veios de calcita e gipso. Estas argilas podem ser acamadas ou laminadas apresentando estratificações cruzadas de pequeno e médio portes, pouco endurecidas, às vezes calcíferas. Quando claras mostram-se quase sempre mosqueadas de vermelho (plintita), podem apresentar interdigitações de areia fina, escura, bem como, conter restos orgânicos, plantas carbonizadas, linhito e xilito, crocodilídeos e quelonídeos, e melacozoários, em geral piritizados. Nos depósitos de transbordamento interligados, ocorrem depósitos residuais de canal e de barras em pontal, representados por arenitos amarelos e vermelho-arroxeados, de finos a grosseiros, localmente conglomeráticos, argilosos, subacorseanos, às vezes grauvacas, pouco cimentados, apresentando estratificação cruzada de médio e grande porte. Quando observados em contato com depósitos de transbordamento, estes se fazem abruptamente por meio de estruturas de corte/preenchimento, podendo mostrar conglomerados na base e gradação vertical granulométrica, bolas de argila, fragmentos de material carbonoso e filmes limoníticos irregulares, as vezes abundantes. Estes litossomas refletem-se nas imagens de satélite, em superfícies quase planas e abatidas, nas quais as áreas determinam pequenas saliências de relevo, com drenagem dendrítica, que se torna mais densa conforme a predominância argilosa. Localmente, podem ser encontrados horizontes e/ou camadas de concreções lateríticas endurecidas, (regionalmente denominadas de pedra jacaré), de granulometria e espessura muito variável, de estrutura maciça desde o topo até a base da Formação Geológica Solimões, na zona de contato com o Complexo Xingu.

2.1.3- GEOMORFOLOGIA

O ambiente geomorfológico é descrito como sendo o Planalto Rebaixado da Amazônia, apresenta cobertura florestal Densa e Aberta, com a Campina e Campinarana, ocorrendo, principalmente, na parte noroeste, em contato com a floresta. Os solos predominantes são Podzólico-Vermelho-Amarelo, Laterita Hidromórfica, destacando-se em menor ocorrência, o Podzol Hidromórfico Gleizado.

Esse planalto se constitui na unidade de maior extensão, identificada ao longo do mapeamento geomorfológico elaborado pelo Projeto RADAMBRASIL para a Amazônia, estendendo-se desde o meridiano 42° WGr., na Folha AS.23 São Luiz, onde foi identificada por Barbosa & Pinto (1973), e prolongando-se para oeste, acompanhando a Sinéclese do Amazonas. Em vista de sua extensão, a unidade foi recebendo adjetivações, tais como: Baixo Amazonas, Médio Amazonas, Alto Amazonas. Tais planaltos são interrompidos, na sua continuidade, pela Planície Amazônica, isolando-as em três áreas: Interflúvios Solimões/Amazonas. Apesar disso, suas características geomorfológicas se mantêm semelhantes. Para oeste, a unidade continua pela Folha AS.19 Içá.

Talhado sobre sedimentos inconsolidados da Formação Solimões e Alter do Chão, o Planalto Rebaixado da Amazônia apresenta cobertura florestal Densa e Aberta, com a Campina e Campinarana, ocorrendo, principalmente, na parte noroeste, em contato com a floresta. Os solos predominantes são Podzólico-Vermelho-Amarelo, Laterita Hidromórfica, destacando-se em menor ocorrência, o Podzol Hidromórfico Gleizado.

A feição geomorfológica predominante, no segmento é de relevos com altimetria em torno de 100 m, representados pelos interflúvios tabulares (t51, t41, t31) cuja extensão do topo varia de 750 m a 12.750 m, enquanto o grau de aprofundamento da drenagem é muito fraco.

A Faixa de Transição entre Superfície Pediplanada e Planalto Dissecado, teve sua identificação efetuada por Franco, Del'Arco e Rivetti (1975). A característica que define essa faixa de transição é dada pela cobertura vegetal composta, predominantemente, por Áreas de Tensão Ecológica, representadas pelo contato Campina/Floresta. No entanto, verifica-se uma sub-dominância da Região Campina/Campinarana. A região bioclimática que caracteriza a área dessa faixa de transição é a Eutermaxérica, onde não se verifica a ocorrência de período biologicamente seco.

As variações nos tipos de relevo, solos e vegetação estão diretamente relacionadas à influência dos mecanismos de deposição, fixação e pedogênese dos sedimentos fluviais trazidos pelos rios. Quanto ao aspecto vegetal, verifica-se na maior parte da faixa a ocorrência de Áreas de Tensão Ecológica caracterizadas pelo contato de Formações Pioneiras/Floresta. Eventualmente, aparecem manchas de Floresta Tropical Densa e áreas de Formações Pioneiras. A Floresta se instala nas partes onde a consolidação dos sedimentos é mais efetiva, ao contrário das Formações Pioneiras que se localizam nas áreas lacustres, ainda em processo inicial de colmatagem.

Da mesma forma que o domínio morfoclimático anteriormente descrito, esta faixa de transição está inserida, em sua maior parte, na Região Bioclimática Eutermaxérica, com apenas um mês biologicamente seco. Caracteristicamente, o tropical ainda não atuou o tempo suficiente para destruir relevos herdados, mantendo conservadas áreas de relevo

mais antigo. A homogeneidade é, assim, uma característica permanente nas áreas interfluviais, mas essa característica é, violentamente, rompida nas largas planícies fluviais da margem esquerda do rio Solimões, onde as relações de hidráulica fluvial e os sedimentos recentes atingem o máximo de variedade de formas de relevo. Sobre essas planícies que aparentemente se desenvolvem sem nenhum controle, agiu e continua atuando, uma tectônica geradora de fenômenos geomorfológicos muito variados.

Sobre as unidades morfoclimáticas, dentre as séries realizadas por Ab'Saber com o intuito de se definirem os domínios morfoclimáticos intertropicais, o autor afirmou que “a região Amazônica constitui um domínio de terras baixas equatoriais florestadas, ou ainda o domínio de tabuleiros e baixos platôs equatoriais florestados”. Posteriormente, esta denominação foi alterada para domínio das terras baixas florestadas da Amazônia (Ab'Saber, 1970, 1971).

2.1.3.1- Solo

O solo da área diretamente afetada é do tipo podsólico-vermelho-amarelo-argiloso-distrófico, apresentando um horizonte B muito desenvolvido com textura variando de fortemente argilosa a argilo-arenosa com extratos intercalados de laterita hidromórfica, com espessura de 4 a 6 m, não apresentando horizonte C (correspondente ao contato com a rocha mãe).

Em decorrência de se tratar de solo sedimentar e das características climáticas da região o solo é excessivamente lavado se tornando muito pobre em bases tocáveis e nutrientes. O relevo suave de feições quase plaina torna o ambiente pouco passível de ação erosiva, mesmo quando desprovido da cobertura vegetal.

A textura fortemente argilosa permite ao solo um comportamento mecânico de compacidade, umidade e plasticidade elevada o que é importante para a instalação do projeto.

As variações nos tipos de relevo, solos estão diretamente relacionadas à influência dos mecanismos de deposição, fixação e pedogênese dos sedimentos fluviais trazidos pelos rios.

2.1.4- RECURSOS HÍDRICOS

2.1.4.1- Hidrologia

2.1.4.1.1- Localização dos Corpos D'água Superficiais na Área de Influência Direta.

As águas de superfície na área do projeto (ADA, AID e AII) são pertencentes ao ecossistema aquático de lagos de várzea do rio Solimões e os igarapés de terra firme apresentam água preta, se caracterizando como ecossistemas aquáticos de água preta. Contudo, os dois sistemas apresentam características físico-químicas bastantes distintas, sendo o primeiro um sistema eutrófico com alta produtividade primária e secundária e o segundo um sistema distrófico com baixa produtividade primária e secundária. A drenagem dos cursos d'água existentes é do tipo dendrítica delimitada por um divisor de águas bem caracterizado.

O projeto não afetará nenhum dos dois ecossistemas visto que a área em questão está fora das APPs dos respectivos ecossistemas aquáticos, por estar instalado na margem da estrada Caapiranga - Manacapuru.

2.1.4.2- Hidrogeologia

A formação Solimões apresenta aquíferos não confinados de elevado potencial de vazão os quais estão contidos em extratos arenosos. Excluído o lençol freático cuja profundidade é flutuante, os aquíferos são encontrados a partir de 20 metros de profundidade. Apresentam água ácida cujo pH aumenta com a profundidade do aquífero. É rica em gás carbônico que reage com a água formando Ácido Carbônico e Carbonato Ácido. Possui grande poder de solubilidade em decorrência da sua dessaturação em sais minerais, o que promove uma elevada ação corrosiva. Apresenta uma elevada concentração de sílica solúvel que juntamente com os carbonatos incrustam nos sistemas de torres de refrigeração.

Até o momento, são praticamente desconhecidos os parâmetros hidráulicos dos aquíferos da formação Solimões, sabe-se, contudo, que na profundidade de 80m ocorre um espesso estrato argiloso e que a partir daí a água apresenta uma qualidade físico-química muito boa, com pH na faixa de 6,0 a 6,5 salinidade próxima à estabelecida como padrão de referência pela Resolução 518 da ANVISA.

Na área do projeto, (Terminal de gás do Gasoduto Urucu-Manaus), situada no mesmo ambiente geomorfológico existe um poço artesiano de profundidade de 60m apresentando vazão de 27.200L/h com nível estático de 26m e dinâmico de 29m. Considerando estes dados, a sua similaridade com a área do projeto e considerando ainda que, todo aquífero apresenta representatividade lateral, podemos afirmar que na área do projeto as condições hidrogeológicas são idênticas.

As características hidroquímicas do recurso hídrico em questão podem ser avaliadas na tabela a seguir:

Tabela 2.1 – Parâmetros e suas máximas concentrações

Parâmetros Dosados	Unidades	Portaria 518 ANVISA	Poço do terminal de Gás 60m
pH	-	6,0 a 9,50	5,40
Cor Aparente	µH	Até 15	0,10
Sabor	-	Não Objetável	Não Objetável
Odor	-	Não Objetável	Não Objetável
Dureza	mg/L	Até 500	43,50
Sólidos Totais Dissolvidos	mg/L	Até 1000	389,50
Turbidez	UT	Até 5,0	0,10
Amônia	mg/L	Até 1,5	0,1
Cálcio	mg/L	Até 5,0 mg/L	3,65
Cloreto	mg/L	Até 250	1,08
Ferro	mg/L	Até 0,3	0,01
Magnésio	mg/L	Até 1,0 mg/L	0,55
Nitrato	mg/L	Até 10	0,02
Potássio	mg/L	2,5	2,4
Sódio	mg/L	Até 200	1,6
Sílica	mg/L	Sem Referencia	45,8

2.1.4.3- Investigação Geométrica para Determinação s Hidrogeológicas e de Estabilidade Física

2.1.4.3.1- Introdução.

Em três perfis distintos, denominados de L1, L2 e L3, a seguir georeferenciados, localizados no município de Caapiranga, situado no estado do Amazonas, foi realizado um levantamento geofísico utilizando-se o método geométrico, tendo como escopos principais a determinação da profundidade do nível freático e das características litológicas da subsuperfície.

2.1.4.3.2- Procedimentos Metodológicos de Campo.

O método geométrico utilizado constituiu-se na determinação do parâmetro geofísico resistividade elétrica do material geológico ocorrente na subsuperfície dos três locais estudados. A resistividade elétrica de qualquer material se define, formalmente, como a relação entre o gradiente da tensão entre as faces opostas de um determinado material e a densidade de corrente que flui perpendicularmente a este material (Parasnis, 1976; Telford et al., 1990). A unidade de resistividade aparente é o (.m), portanto, este parâmetro depende do caminho percorrido pela corrente elétrica, e não da área ou do volume deste material. Este método emprega uma fonte artificial de corrente, que é introduzida no terreno através de eletrodos pontuais. O fluxo de corrente elétrica no terreno permite a

determinação de variações de potencial elétrico, para cada distribuição eletródica, com os quais se determina a resistividade elétrica das litologias em subsuperfície.

Conforme Dobrin e Savit (1998), a aplicação do método supra mencionado implica na utilização de dois circuitos elétricos, sendo um através do qual se injeta corrente elétrica no terreno, por tal motivo denominado circuito emissor ou de corrente; e outro para a medida do potencial elétrico resultante, também denominado circuito receptor ou de potencial (Figura A).

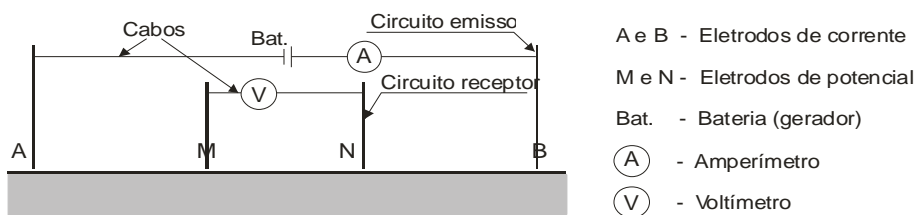


Figura A – Representação esquemática dos circuitos emissor (bateria, eletrodos A e B e amperímetro) e receptor (eletrodos M e N e volímetro).

A técnica geofísica empregada neste trabalho foi a Sondagem Elétrica Vertical (SEV). Esta técnica tem como objetivo a investigação elétrica da subsuperfície, tendo, ainda, como principal característica, o fato de se poder controlar a profundidade de interesse, de maneira confiável (Parasnis, 1976).

Para a aplicação dessa técnica foi empregada a configuração eletródica de Wenner. De acordo com essa configuração eletródica, a determinação da resistividade elétrica (ρ), a partir dos parâmetros medidos e da geometria de distribuição dos eletrodos na superfície do terreno, é feita a partir da equação seguinte (Parasnis, 1976):

$$\rho = 2 a \cdot (V/I) \quad (1)$$

Onde:

V – diferença de potencial medida entre os eletrodos M e N;

I - intensidade de corrente elétrica injetada no terreno;

a – distância entre os eletrodos;

O objetivo da SEV é o de determinar a variação da resistividade elétrica com a profundidade, sob um determinado ponto da superfície terrestre, e relacioná-la com os dados geológicos disponíveis. O procedimento se baseia no fato de que, para uma determinada profundidade referencial (Z), a fração da corrente elétrica introduzida no terreno, que passa sob esta profundidade, aumenta com o incremento da distância entre os eletrodos de corrente.

Em todas as SEVs investigou-se o intervalo de profundidade desde 1,0 m (um metro) até 20,0 m (vinte metros), em intervalos discretos de 1,0 m (um metro).

O equipamento usado nas atividades de campo foi o resistímetro inglês de marca Megger. As fotos 1 e 2 mostram este equipamento e a disposição dos eletrodos no campo.

2.1.4.3.3- Resultados e Discussão.

Foram realizadas três sondagens elétricas verticais (SEV) no município de Caapiranga (AM). Tais sondagens foram executadas abrangendo o intervalo de 1 m a 20 m (um a vinte metros) de profundidade, em intervalos discretos de 1 m (um metro), tendo como escopos principais a determinação da profundidade do nível freático e das características litológicas da subsuperfície. As coordenadas dos três locais estudados são apresentadas na tabela 2.2:

Tabela 2.2: Coordenadas dos locais estudados

Local	Latitude	Longitude
L1	03° 17' 41,8"	61° 12' 58,5"
L2	03° 17' 41,9"	61° 12' 56,6"
L3	03° 17' 44,2"	61° 12' 55,7"

Os resultados referentes às sondagens geoeletricas realizadas nos locais L1, L2 e L3 são mostrados nas figuras 1 a 3, respectivamente, como, também, na tabela 2.3. A fim de melhor visualização, para efeitos de comparação dessas três sondagens geoeletricas, apresentamos a figura 4.

As figuras de 1 a 4 mostram que os três locais estudados (L1, L2 e L3) têm características geoestratigráficas idênticas, portanto, trata-se de uma área litologicamente homogênea. Da superfície em direção à subsuperfície, os três locais caracterizam-se por uma camada essencialmente arenosa. No intervalo de profundidade de cerca de 13m (treze metros) a 20m (vinte metros) há diminuição gradativa do teor de areia e, conseqüentemente, aumento proporcional no teor de argila.

No entanto, embora ocorra tal gradação estratigráfica, a subsuperfície da área estudada é caracterizada por estratos fundamentalmente arenosos.

As figuras 1 a 4 mostram também, que a subsuperfície da área em pauta pode ser tratada, geologicamente, como uma única camada essencialmente arenosa. Da superfície até a profundidade de 13 m (treze metros), os valores de resistividade elétrica do local L1 são inferiores aos valores registrados de resistividade elétrica concernentes aos locais L2 e L3. Contudo, todos os valores atinentes à área estudada são característicos de material essencialmente arenoso. E a ascensão abrupta dos valores deste parâmetro geofísico à profundidade de 7 m (sete metros), observado nos locais L2 e L3 são

Tabela 2.3: Valores de resistividade nos perfis estudados

Z (m)	(.m)		
	L1	L2	L3
1	998,5	1205,8	1174,4
2	1016,1	1220,8	1174,4
3	1090,8	1379,1	1330,1
4	1178,1	1386,6	1326,3
5	1208,9	1413	1309,4
6	1224,6	1364	1311,3
7	1217,7	1648,5	1591,4
8	1200,7	1276,1	1125,4
9	1147,4	1322,6	1237,8
10	1136,7	1331,4	1237,2
11	1112,2	1264,2	1132,9
12	1002,3	1296,2	1175,6
13	1118,5	1306,2	1134,8
14	1160,5	1283,6	1081,4
15	1139,8	1252,9	1045,6
16	1115,3	1205,8	1085,2
17	1089	1185	1035,6
18	1044,5	1209,5	998,1
19	1030,9	1144,3	992,7
20	1097,7	1169,3	1009,8

2.1.4.3.4 - Conclusões

Da análise desses resultados nos foi possível obter as seguintes conclusões:

- 1- Até a profundidade de 20 m (vinte metros), a área estudada é litologicamente homogênea e essencialmente arenosa;
- 2- Na área estudada, não foram registrados indícios da presença de blocos rochosos, nem de cavidades;
- 3- O nível freático encontra-se a cerca de 7 m (sete metros) de profundidade.



Foto 11- Equipamento utilizado para medir a resistividade do solo

Foto 12- Detalhe da distribuição do perfil no solo.

2.1.5- QUALIDADE DO AR

Neste tópico será apresentada a descrição e análise da qualidade do ar e suas interações na área de influência da UTE CAAPIRANGA de modo a caracterizar a situação ambiental da área antes da implantação do projeto. O diagnóstico apresentado engloba os fatores susceptíveis de sofrer, direta ou indiretamente, efeitos significativos das ações na fase operação do empreendimento.

2.1.5.1 Parâmetros e Padrões de Qualidade do Ar

Em uma dada região, a concentração dos diferentes poluentes no ar é determinada pelas características das fontes emissoras, pelo relevo, pela ocupação do solo, pela altura da camada limite atmosférica e pelas condições meteorológicas.

De acordo com a composição média de sua camada gasosa, as diferentes regiões do planeta apresentam características próprias de qualidade do ar.

A composição natural do ar de uma região, também denominada background, caracteriza o estado natural da mesma com relação à qualidade do ar, isto é, ela não sofre interferência de substâncias provenientes de atividades humanas.

Os mecanismos de transporte responsáveis de poluentes de uma fonte emissora até o receptor seja ele o homem, os animais, as plantas, os monumentos, entre outros, são afetados pelos parâmetros meteorológicos, como velocidade e direção do vento, precipitação pluviométrica, temperatura e umidade relativa do ar etc..

A resolução CONAMA n.º 03/1990 estabelece os padrões de qualidade do ar, que define legalmente um limite máximo para a concentração de uma substância ou composto na atmosfera de maneira a garantir a proteção a saúde e ao bem estar das pessoas. Esses padrões são definidos com base em estudos científicos dos efeitos adversos que os poluentes podem gerar e são fixados em níveis que possam propiciar uma margem de segurança.

No Art. 2.º da Resolução CONAMA n.º 03/1990, foram estabelecidos dois tipos de padrões de qualidade do ar: o primário e o secundário. O primário é entendido como o nível máximo tolerável de concentração de poluentes atmosféricos, constituindo-se em meta de curto e médio prazo. O secundário é entendido como nível desejado de concentração de poluentes, com o qual se prevê o mínimo efeito adverso sobre o bem estar da população e se constitui em meta de longo prazo.

O rigor adotado nesses padrões, em termos de vigilância da qualidade do ar é que o padrão médio anual não deve ser excedido e os padrões horários não devem ser excedidos mais do que uma vez ao ano.

A tabela 2.4 apresenta os padrões nacionais de qualidade do ar estabelecidos pela Resolução CONAMA n.º 03/1990.

Tabela 2.4- Padrões Nacionais de Qualidade do Ar – Resolução CONAMA N.º 003/90.

Poluente	Tempo de amostragem	Padrão primário (g/m ³)	Padrão secundário (g/m ³)
PTS – Partículas totais em suspensão	24 horas ¹	240	150
	MGA ²	80	60
PM ₁₀ – Partículas inaláveis	24 horas ¹	150	150
	MAA ³	50	50
Fumaça	24 horas ¹	150	100
	MAA ³	60	40
SO ₂ – Dióxido de enxofre	24 horas ¹	365	100
	MAA ³	80	40
NO ₂ – Dióxido de nitrogênio	1 hora	320	190
	MAA ³	100	100
CO – Monóxido de carbono	8 horas ¹	10.000	10.000
	1 hora ¹	40.000	40.000
Ozônio – O ₃	1 hora ¹	160	160

(1) Não deve ser excedido mais de uma vez por ano.

(2) MGA – Média Geométrica Anual.

(3) MAA – Média Aritmética Anual.

Tabela 2.5: Efeitos gerais dos poluentes atmosféricos a saúde humana quando expostos por longo período a níveis acima dos limites legais.

Poluente	Efeitos Gerais sobre a Saúde
Monóxido de Carbono (CO).	Combina-se rapidamente com a hemoglobina ocupando o lugar do oxigênio, podendo levar a morte por asfixia. A exposição crônica pode causar prejuízos ao sistema nervoso central, cardiovascular, pulmonar e outros. Também pode afetar fetos causando peso reduzido no nascimento e desenvolvimento pós-natal retardado.
Dióxido de Enxofre (SO ₂).	A inalação, mesmo em concentrações muito baixas, provoca espasmos passageiros dos músculos lisos dos brônquios pulmonares. Em concentrações progressivamente maiores, causam o aumento da secreção mucosa nas vias respiratórias superiores, inflamações graves da mucosa e redução do movimento ciliar do trato respiratório. Pode, ainda, aumentar a incidência de rinite, faringite e bronquite.
Dióxido de Nitrogênio (NO ₂)	O NO ₂ é altamente tóxico ao homem, pois aumenta sua susceptibilidade aos problemas respiratórios em geral. Além disso, é irritante às mucosas e pode nos pulmões ser transformado em nitrosaminas (algumas das quais são carcinogênicas).
Material Particulado (PM ₁₀)	As PM ₁₀ são as que causam maiores prejuízos à saúde, uma vez que não são retidas pelas defesas do organismo. Essas podem causar irritação nos olhos e na garganta, reduzindo a resistência às infecções e ainda provocando doenças crônicas. Além disso, atingem as partes mais profundas dos pulmões, transportando para o interior do sistema respiratório substâncias tóxicas e cancerígenas.
Hidrocarbonetos Totais (HCT)	Estes compostos podem causar irritação da membrana mucosa, conjuntivite, danos na pele e nos canais respiratórios superiores independentemente de estarem no estado gasoso, assim como spray ou aerossol. Em contacto com a pele podem causar pele sensível e enrugada, e quando ingeridos ou inalados em quantidades elevadas causam lesões no esôfago, traquéia, trato gastrointestinal, vômitos, perda de consciência e desmaios.

Fonte: CETESB (2010).

Os poluentes listados na tabela 2.4 podem afetar a saúde humana de diversas formas conforme mostra a tabela 2.5. Os efeitos podem ir desde o desconforto até a morte quando em níveis muito acima dos preconizados pela legislação em vigor. Alguns desses efeitos incluem irritação dos olhos e das vias respiratórias, redução da capacidade pulmonar, aumento da suscetibilidade a infecções virais e de doenças cardiovasculares,

redução da performance física, dores de cabeça, alterações motoras e enzimáticas, agravamento de doenças crônicas do aparelho respiratório, danos ao sistema nervoso central, alterações genéticas, nascimento de crianças defeituosas e câncer (DAMILANO, 2006).

Os efeitos da poluição atmosférica sobre a vegetação incluem desde a necrose dos tecidos das folhas, caule e frutos a redução e/ou supressão da taxa de crescimento, o aumento da suscetibilidade a doenças, pestes e clima adverso, até a interrupção total do processo produtivo da planta (ALMEIDA, 1999). Os danos podem ocorrer de forma aguda ou crônica. São ocasionados pela redução da penetração da luz, com conseqüente redução da capacidade fotossintetizadora, podendo ser originada devido a vários fatores, a saber: por deposição de partículas nas folhas; mediante penetração de poluentes através das raízes, após deposição de partículas ou dissolução de gases no solo; pela penetração de poluentes através dos estômatos, que são pequenos poros na superfície das plantas (ASSUNÇÃO, 1998).

Quanto à vida animal, os efeitos dos poluentes atmosféricos incluem o enfraquecimento do sistema respiratório, danos aos olhos, dentes e ossos, aumento da suscetibilidade a doenças, pestes e outros riscos, relacionados ao stress, a diminuição das fontes de alimentos e a diminuição da capacidade de reprodução (ASSUNÇÃO, 1998).

O primeiro efeito visível da poluição atmosférica sobre os materiais é a deposição de partículas, principalmente poeira e fumaça, nas edificações e monumentos. Os efeitos dessa deposição sobre as estruturas incluem basicamente descoloração, erosão, corrosão, enfraquecimento e decomposição de matérias de construção (tabela 2.6)

Tabela 2.6: Efeitos gerais dos poluentes atmosféricos ao meio ambiente quando expostos por longo período a níveis acima dos limites legais.

Poluente	Efeitos Gerais sobre o Meio Ambiente
Monóxido de Carbono (CO).	Resistem às concentrações de CO observadas até o momento. Mesmo concentrações de 1% de CO não prejudicam as plantas.
Dióxido de Enxofre (SO ₂).	Em certas condições, o SO ₂ pode transformar-se em trióxido de enxofre (SO ₃) e, com a umidade atmosférica, transformar-se em ácido sulfúrico, sendo assim um dos componentes da chuva ácida.
Dióxido de Nitrogênio (NO ₂)	Pode levar a formação da chuva ácida e conseqüentemente danos à vegetação e agricultura. Além disso, contribui para formação do ozônio na troposfera; para o aquecimento global; formação de compostos quimiotóxicos e alteração da visibilidade.
Material Particulado (PM ₁₀)	Alteração da visibilidade; alteração no balanço de nutrientes de lagos, rios e do solo; danificação da vegetação e alteração na diversidade do ecossistema. Além disso, pode causar danos estéticos (manchas e danificações de rochas e outros materiais).

Fonte: CETESB (2010).

2.1.5.2- Caracterização da Qualidade do Ar na Área de Estudo

A região do entorno do empreendimento, localizado no município de Caapiranga – AM apresenta característica rural de topografia plana, com baixa densidade

de ocupação populacional, com cerca de 11.170 habitantes de acordo com as estimativas do IBGE/2009.

A UTE CAAPIRANGA estará aproximadamente a cerca de 3,5 km da cidade, nas proximidades da estrada Caapiranga-Manacapuru, em área rural. Entretanto, não existe estação de monitoramento da qualidade do ar na região, para medir as concentrações ambientais dos poluentes citados na Resolução CONAMA n.º 03/1990.

As principais fontes de emissões atmosféricas na região são a movimentação de barcos nos rios e canais que cortam a região, resultando na emissão de monóxido de carbono (CO), óxidos de nitrogênio (NO_x), dióxido de enxofre (SO₂), hidrocarbonetos (HC) e partículas inaláveis menores do que 10 µm (PM₁₀) gerada pela fuligem do escapamentos dos barcos a óleo Diesel. Entretanto, tais emissões podem ser consideradas desprezíveis em função da baixa quantidade de barcos que circulam na região e da grande capacidade dispersiva da atmosfera.

Portanto, mesmo não existindo elementos suficientes para a adequada caracterização da qualidade do ar na região em estudo; a inexistência de emissões significativas de poluentes na região, devido a presença das atividades de comércio, pecuária e agricultura; a localização do empreendimento numa região rural; a presença de vias não pavimentadas, com pouca intensidade de tráfego; em conjugação com os fatores climáticos (boas condições de dispersão atmosférica, com constante renovação do ar circulante, devido as correntes de vento existentes na região) e do relevo plano, levam a concluir que a qualidade do ar é boa, com níveis de poluentes em patamares de background (concentrações de fundo que oscilam entre 10,0 a 20,9 g/m³, encontradas naturalmente em suspensão na atmosfera – Seinfeld, J. H. Air Pollution: Physical and Chemical Fundamentals. McGraw-Hill, New York, 1978, pp. 9).

Neste contexto é adotado como padrão de qualidade do ar para efeitos de diagnóstico em torno da cidade de Caapiranga como sendo:

Óxidos de nitrogênio (NO_x): menor que 15 µg/m³ para a média de 1 hora e menor do que 5 µg/m³ para a média anual;

Dióxido de enxofre (SO₂): menor que 15 µg/m³ para a média de 24 horas e menor do que 5 µg/m³ para a média anual;

Monóxido de carbono (CO): menor que 15 µg/m³ para a média de 1 hora e menor do que 5 µg/m³ para a média anual;

Hidrocarbonetos totais (HCT): menor que 15 µg/m³ para a média de 24 horas e menor do que 5 µg/m³ para a média anual;

Partículas inaláveis menor que 10 µm (PM₁₀): menor que 15 µg/m³ para a média de 24 horas e menor do que 5 µg/m³ para a média anual;

Dióxido de carbono (CO₂): menor que 15 µg/m³ para a média anual.

*Vale ressaltar que:

o CO₂ não é considerado poluente, mas somente um gás que contribui para o efeito estufa, desta forma, suas emissões serão contabilizadas somente em relação a média anual;

o HCT é um poluente atmosférico, entretanto, até a presente data não existe limites estabelecidos na legislação sobre os padrões deste gás quanto a sua exposição ao homem e a fauna e flora.

Por esta razão, as dispersões de poluentes na região, sejam estas de origem biogênica e antropogênica não apontam para características comprometedoras da qualidade do ar sobre a cidade de Caapiranga.

2.2- MEIO BIÓTICO

2.2.1- FLORA

A microregião em estudo faz parte do Ecossistema de Várzea Alta e de Terra Firme da bacia hidrográfica do rio Solimões. A vegetação mais comum neste ecossistema se caracteriza por uma Floresta Ombrófila Densa¹, multiestrata, sendo:

O primeiro estrato é de árvores emergentes (Macrofanerófitas²) do dossel superior da floresta;

O segundo, constituído por árvores quase todas da mesma altura (Mesofanerófitas³), constituindo o dossel propriamente dito;

O terceiro, da submata, é formado por árvores menores (Microfanerófitas⁴);

E o quarto formado por arvoretas, arbustos, subarbustos e ervas mais altas, formando o andar arbustivo-herbáceo.

Assim a característica ombrotérmica da Floresta Ombrófila Densa está presa a fatores climáticos tropicais de elevadas temperaturas (média de 25° C), e de alta precipitação, bem distribuída durante o ano, apresentando de 0 a 60 dias secos, o que determina uma situação bioecológica, praticamente, sem período biologicamente seco.

A composição florística é muito variada em espécies arbóreas, cujos indivíduos apresentam copas luxuriantes e troncos altos e retilíneos, suportando quase sempre enormes lianas que lhes atingem as copas.

São freqüentes e com ampla distribuição as seguintes espécies: *Bertholletia excelsa* HBK.(castanheira), *Pithecellobium racemosum* D. (angelim-rajado), *Couratari* sp.

¹ Floresta Ombrófila Densa termo criado por J. Trochain (1946-1954), substituído por ombrofila (de origem latina) por ombrófila (de origem grega), ambos com o mesmo significado "amigo das chuvas" (SCHNELL, 1971; VELOSO, 1991).

² Macrofanerófitos são plantas de alto porte, variando entre 30m a 50m altura (VELOSO et al., 1991).

³ Mesofanerófitos são plantas de porte médio, variando entre 20m a 30m altura (VELOSO et al., 1991).

⁴ Microfanerófitos são plantas de baixo porte, variando entre 5m a 20m altura (VELOSO et al., 1991).

N.B. Os termos macro, meso e microfanerófitos advém de um sistema de classificação das formas de vida de RAUNKIAER (1905; 1918) adaptado às condições locais, que é um grande sucesso, do ponto de vista, e se baseia essencialmente sobre o comportamento das espécies em relação aos períodos climáticos, e particularmente pela posição e proteção dos órgãos de crescimento (gemas e brotos). Nesta classificação que concerne às plantas superiores, são distinguidos dois tipos biológicos fundamentais: fanerófitos, efitos, hemicriptófitos, criptófitos e terófitos (SCHNELL, 1971).

(tauari), *Clarisia racemosa* R. et P. (guariúba), *Vochisia maxima* D. (quaruba), *Cedrelinga catenaeformis* D. (cedrorana), *Tabebuia* spp. (pau-d'arco), *Ocotea* spp (louros), *Hevea brasiliensis* Muell. Arg. (seringueira), *Virola* spp. (ucuúbas), etc (BOHRER et al., 1991; VELOSO et al., 1991).

Não obstante a densa vegetação que se desenvolve na "terra firme", seu sistema edáfico é normalmente pobre e infértil, predominando solos que se originaram na primeira fase de formação da bacia Amazônica (terciário e pleistoceno) com mais de 100.000 anos, o depósito mais recente. Além disso, predominam neste ambiente latossolos distróficos e excepcionalmente eutróficos (SCHUBART & SALATI, 1982; VELOSO et al., 1991).

Do mesmo modo, FERNANDES & SERRÃO (1992) e FALESI (1986), enfatizam as características indesejáveis dos latossolos (Oxissolos) e os podzólicos (Ultissolos) que ocorrem na terra firme, afirmando que 75% são solos ácidos e de baixa fertilidade, caracterizados por baixa reserva de nutrientes, alta toxidez de alumínio e baixa disponibilidade de fósforo.

Por sua vez NOBRE (1989) ao estudar a fertilidade em solos de terra firme, verificou que a ciclagem fechada em floresta densa se dá nas delgadas camadas superficiais de até 10 cm de profundidade e que a vegetação subsiste autonomamente em relação ao substrato mineral, pois se trata da zona de maior atividade decompositora e exploração radicular é, rica em quartzo da fração areia e mineral inerte que só pode servir como suporte mecânico e como esqueleto para os grumos orgânicos.

O mesmo autor verificou também a importância da liteira ao detectar que existe um acúmulo de materiais particulados finos no topo do solo mineral na fração silte, coincidindo com um acúmulo de materiais finos na base da liteira, o que sugere haver um fluxo importante destes materiais da liteira para o solo.

2.2.1.1- Levantamento da Vegetação na Área da futura UTE

2.2.1.1.1. Descrição da Área

Apresenta uma área de aproximadamente 1,6 ha formada por um platô de várzea alta/terra firme com solo argiloso (latossolo vermelho amarelo distrófico) e no meio um vale com solo argilo-arenoso; ambos degradados por ação antrópica humana, cobertos completamente por vegetação pioneira em vários graus ou estágios de sucessão secundária.

Fisionomicamente a vegetação mostra-se em 04 estratos vegetais ou Hábitos Biológicos (Cipós, Herbáceas, Arbustivas e Arbóreas), apresentando um padrão definido de colonização, como é observado em outras capoeiras de terra firme.

2.2.1.1.2- Objetivos do Levantamento da Área

Levantar taxonomicamente a vegetação pioneira nesses dois tipos de ambientes da área a ser desmatada.

Identificar os estágios sucessionais e os tipos de estratos constituídos pela vegetação secundária.

2.2.1.1.3- Material e Métodos

O levantamento taxonômico da área foi pelo método direto (determinação “in situ” por meio de observação de parâmetros morfológicos e reprodutivos, isso pelo conhecimento adquirido em outros estudos de sucessão vegetal) e indireto (determinação comparativa da Bibliografia especializada e consulta de material identificado no Herbário do Inpa, utilizando acicatas férteis, colhidas aleatoriamente ao longo dos estratos vegetais da área).

A forma e o tamanho das unidades amostrais foram estabelecidas tendo por base o modelo proposto por Lanprecht (1962), Finol (1971), Lima filho (1996) e Revilla et al. (1981), o qual consiste em uma faixa de 10 x 1000 m (1 ha), divididas em parcelas de 10 x 50 m. O sistema de amostragem foi o sistemático-aleatório, cuja distribuição das amostras obedeceu, sistematicamente, o sentido norte-sul e alocando-as aleatoriamente nos diferentes tipos de vegetação.

2.2.1.1.4- Resultados

A área de intervenção e de influência direta, onde a UTE de CAAPIRANGA será implantada apresenta uma vegetação típica de campo antrópico, onde a supressão da vegetação natural foi quase completamente modificada pela ação humana para atividade agropecuária; registrando-se a ocorrência de floresta secundária nos diversos estágios da sucessão formando pequenos mosaicos ou ilhas, com predominância de Palmeiras: Maximiliana maripa (Inajá); Astrocaryum aculeatum (Tucumã); Euterpe oleracea, E. Precatoria (Açaí); Mauritia flexuosa (burití) Mauritiella aculeta (Buritirana); Bactris gasipaes (Pupunha) etc.

Estas espécies estão consorciadas a outras espécies pioneiras arbóreas das famílias: Cecropiaceae (imbaúbas), Malpighiaceae (Muricís), Clusiaceae (Lacres), Solanaceae (Jurubeba), Rubiaceae, Melastomataceae (Goiabas de anta) , Celastraceae (cupiuba), Annonoaceae (Enviras) Lauraceae (Canelas) etc.; que ocupam o docel superior, atingindo alturas de aproximadamente 12 m. Seu estrato herbáceo arbustivo é muito desenvolvido e apresenta uma acentuada presença de lianas (cipós).

No levantamento de espécies de hábito lianas ou cipós foram registradas, 31 famílias, 49 gêneros, 68 espécies; herbáceas foram registradas 23 famílias, 48 gêneros, 67 espécies; arbustivas foram registradas 25 famílias, 37 gêneros, 80 espécies e para as árvores foram registradas 38 famílias, 88 gêneros e 118 espécies.

2.2.1.1.5- Descrição dos Estratos vegetais

A)- Estrato Cipó (lianas)

Essas espécies são de crescimento rápido e ocorrência aleatória, porém mais abundantes na vegetação ciliar ou ecótono entre o estrato arbóreo e arbustivo.

As espécies deste hábito biológico, de acordo a sua consistência, são de natureza herbácea e lenhosa, com crescimento direcionado à copa dos arbustos e árvores ocupando o dossel superior desses estratos; (Apocinaceae, Araceae, Bignoniaceae, Caesalpinoideae, Marantaceae, Papilionoideae, Dilleniaceae, Mimosoideae, Dioscoreaceae, Menispermaceae, Malpighiaceae, etc).

Estas espécies estão representadas pela listagem a seguir:

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME VULGAR
APOCYNACEAE	Anacampa sp	Cipó-leitoso
	Matelea babilloi	Cipó leitoso
	Mandevilla scabra	Cipó-leitoso
	Mandevilla sp	Cipó-leitoso
	Prestonia megagros	
	Secondatia sp.	
ARACEAE	Philodendron arcuatum	
	Philodendron billietiae	
	Monstera sp.	

ARECACEAE	<i>Desmoncus polyacanthos</i>	Jacitara
ARISTOLOCHACEAE	<i>Aristolochia</i> sp	Cipó
ASCLEPIADACEAE	<i>Asclepia</i> sp.	Cipó
BIGNONIACEAE	<i>Arrabidaea nigrescens</i>	
	<i>Memora bracteosa</i>	
	<i>Memora</i> cf. <i>bracteosa</i>	
CAESALPINOIDEAE	<i>Bauhinia guianensis</i>	Escada de jabutí
	<i>Bauhinia cupreonitens</i>	Escada de jabutí
	<i>Bauhinia coronata</i>	Escada de jabutí
	<i>Batesia floribunda</i>	
	<i>Senna quinquangulata</i>	Cipó
PAPILIONOIDEAE	<i>Derris amazonica</i>	
	<i>Derris floribunda</i>	
	<i>Desmodium ascendens</i>	
	<i>Dalbergia multiflora</i>	
CONNARACEAE	<i>Connarus</i> sp.	
CONVOLVULACEAE	<i>Dicranostylis densa</i>	
DICHAPETALACEAE	<i>Dichapetalum rugosum</i>	
DILLENIACEAE	<i>Davilla kunthii</i>	Cipó-de-fogo
	<i>Davilla</i> cf. <i>rugosa</i>	
	<i>Doliocarpus amazonicus</i>	
	<i>Doliocarpus spraguei</i>	
DIOSCOREACEAE	<i>Dioscorea trifida</i> .	
	<i>Dioscorea laxiflora</i>	
	<i>Dioscorea marginata</i>	
GNETACEAE	<i>Gnetum paniculatum</i>	
	<i>Gnetum schwackeanum</i>	
ICACINACEAE	<i>Humirianthera rupestris</i>	Batata-mairá
LOGANIACEAE	<i>Strychnos peckii</i>	Murta da mata
	<i>Strychnos subcordata</i>	Murta da mata
MALPIGHIACEAE	<i>Heteropterys</i> spp.	
	<i>Hiraea affinis</i>	
	<i>Banisteriopsis martiniana</i>	
	<i>Banisteriopsis wurdackii</i>	
MARANTACEAE	<i>Ischnosiphon gracilis</i>	
	<i>Ischnosiphon martianus</i>	
	<i>Ischnosiphon puberulus</i>	
MENDOCIACEAE	<i>Mendocia coccínea</i>	
MIMOSOIDEAE	<i>Acacia paniculata</i>	
	<i>Mimosa spruceana</i> .	Unha de gato
MENISPERMACEAE	<i>Abuta</i> cf. <i>grisebachii</i>	

	<i>Abuta grandifolia</i>	Cipó-abuta
	<i>Cissampelos andromorpha</i>	
	<i>Disphania lobata</i>	
PASSIFLORACEAE	<i>Passiflora coccínea</i>	Maracujá.-de-morcego
	<i>Passiflora auriculata</i>	Maracujá-de-mato
PIPERACEAE	<i>Piper guianense</i>	
	<i>Piper paraense</i>	
	<i>Peperonia macrostachya</i>	
POLYGONACEAE	<i>Coccoloba cf. parimensis</i>	
POLYGALACEAE	<i>Securidaca cf. longifolia</i>	
SOLANACEAE	<i>Solanum sp.</i>	
SMILACACEAE	<i>Smilax cf. papiraceae</i>	
STERCULIACEAE	<i>Bittneria sp.</i>	
VERBENACEAE	<i>Aegyphylla scandens</i>	
	<i>Petrea volubilis</i>	Viuvinha
TRYGONIACEAE	<i>Trygonia sp</i>	
VITACEAE	<i>Cissus erosa</i>	Uva do mato
	<i>Cissus guyanensis</i>	Uva do mato

B)- Estrato Herbáceo

As espécies desse estrato são de crescimento e ocorrência densa, mais abundante no vale e na vegetação ciliar ou ecótono entre o estrato arbóreo e arbustivo.

As espécies deste hábito biológico, de acordo a sua consistência, são de natureza herbácea (Cyperáceae, Compositae, Heliconiaceae, Marantaceae, Poaceae, Polypodiaceas, Rubiaceae, Urticaceae etc.), com cre

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME VULGAR
AMARANTHACEAE	<i>Alternanthera sessilis</i>	
	<i>Cyanthula prostata</i>	
APIACEAE	<i>Hydrocotyle umbellata</i>	
ARACEAE	<i>Montrichardia arborescens</i>	
	<i>Anthurium trinerve</i>	
ARECACEAE	<i>Geonoma deversa</i>	
	<i>Spathiphyllum maguirei</i>	
	<i>Schimatoglotis spruceana</i>	
	<i>Dieffenbachia elegans</i>	
ASCLEPIADACEAE	<i>Asclepias curassavica</i>	Oeirana
CARYOPHYLLACEAE	<i>Drymaria cordata</i>	
COMMELINACEAE	<i>Commelina nudiflora</i>	
COMPOSITAE	<i>Emilia sonchifolia</i>	
	<i>Sapilantes acmella</i>	Jambu
CYPERACEAE	<i>Cyperus ferruginea</i>	Piprioca
	<i>Cyperus surinamensi</i>	
	<i>Cyperus luzulae</i>	
	<i>Fuirena umbellata</i>	Capim taira
	<i>Scleria cyperia</i>	
	<i>Scleria secans</i>	
	<i>Scleria pratensis</i>	Capim tiririca
HELICONIACEAE	<i>Heliconia cf. acuminata</i>	
	<i>Heliconia psittacorum</i>	
	<i>Heliconia velutina</i>	Bico de tucano
	<i>Heliconia lasiorachis</i>	Bico de tucano
LORANTHACEAE	<i>Phthirusa micrantha</i>	Erva-de-passarinho
MARANTACEAE	<i>Calathea cf. altissima</i>	
	<i>Calathea aff. mansonis</i>	
	<i>Calathea zingiberina</i>	
	<i>Calathea aff. panamensis</i>	
	<i>Monotagma laxum</i>	
	<i>Monotagma tomentosum</i>	
	<i>Monotagma densiflorum</i>	
MELASTOMATACEAE	<i>Aciotis aequatorialis</i>	
	<i>Nepseria aquática</i>	
OCHNACEAE	<i>Sauvagesia erecta</i>	
PIPERACEAE	<i>Peperonia pellucida</i>	Erva-de-jabuti
	<i>Peperonia macrostachya</i>	Erva de formiga

POACEAE	<i>Andropogon bicornis</i>	Capim-colchão
	<i>Andropogon leucostachyus</i>	
	<i>Andropogon nordus</i>	Capim santo
	<i>Andropogon bicornis</i>	Capim rabo de raposa
	<i>Cynodon dactylon</i>	Gramma de burro
	<i>Axonopus compressus</i>	Gramma de burro
	<i>Cymbopogon citratus</i>	Capim santo
	<i>Digitaria horizontalis</i>	Capim de roçã
	<i>Eleusine indica</i>	Capim pé de galinha
	<i>Imperata brasiliensis</i>	Capim sapé
	<i>Gynnopogon foliosus</i>	Capim penacho
	<i>Melinis minutiflora</i>	Capim gordura
	<i>Panicum laxum</i>	
	<i>Panicum laxum</i>	
	<i>Panicum pilosum</i>	
	<i>Pariana cf. campestris</i>	
<i>Paspalum conjugatum</i>	Capim-roxo	
PORTULACACEAE	<i>Portulaca oleracea</i>	Flor das onze
POLYPODIACEAE	<i>Pteridium aquilinum</i>	Samambaia
PHYTOLACCACEAE	<i>Phytolacca rivinoides</i>	Mucuracará
RUBIACEAE	<i>Borreria verticilata</i>	Vassoura-de-botão
	<i>Geophylla repens</i>	
	<i>Geophylla cordifolia</i>	
	<i>Sipanea pratensis</i>	
SELAGINELLACEAE	<i>Selaginella porkeri</i>	Samambaia
SOLANACEAE	<i>Physalis angulata</i>	Capulí
TURNERACEAE	<i>Turnera serratifolia</i>	
URTICACEAE	<i>Pilea microphylla</i>	Urtiga
	<i>Laportea aestuans</i>	Urtiga

C)- Estrato Arbustivo

As espécies deste estrato são de crescimento e ocorrência densa, com maior diversidade tanto na área de terra firme como no vale, formando fisionomicamente o dossel médio; constitui a maior vegetação ciliar ou ecótomo. As espécies deste hábito biológico de acordo a sua consistência são de natureza lenhosa, perenes e caducifólias (Clusiaceae, Flacourtiaceae Monimiaceae, Guttiferaceae, Cecropiaceae, Verbenaceae, Malpighiaceae,

Melastomataceae, Myrtaceae, Arecaceae, Piperaceae, Rubiaceae, Sterculiaceae etc.), com crescimento e formação de biomassa elevada, ocupando as áreas abertas e o dossel inferior da vegetação. Este estrato vegetal é uma das segundas fases da sucessão vegetal, geralmente de ciclos reprodutivos anuais e perenes cuja importância é formar o substrato e proteção para o desenvolvimento das demais fases sucessionais até o clímax. Elas estão representadas por:

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME VULGAR
ANNONACEAE	<i>Xilopia prancei</i>	Envirataia
	<i>Xilopia aromatica</i>	Envirataia
	<i>Xilopia amazônica</i>	Envirataia
ANACARDIACEAE	<i>Anacardium occidentale</i>	Caju
ARECACEAE	<i>Bactris cf. arenaria</i>	Marajazinha
	<i>Bactris hirta</i>	Marajá
	<i>Bactris gastoniana</i>	Marajá
BIXACEAE	<i>Bixa orellana</i>	Urucú
CECROPIACEAE	<i>Cecropia concolor</i>	Imbaúba-branca
	<i>Cecropia scyadophylla</i>	Imbaúba
	<i>Cecropia leucócoma</i>	Imbaúba
	<i>Cecropia purpurascens</i>	Imbaúba
	<i>Pourouma villosa</i>	
	<i>Porouma cecropiaefolia</i>	Sucuba
CHRYSOBALANACEAE	<i>Hirtella duckei</i>	
CLUSIACEAE	<i>Vismia guianensis</i>	Lacre-vermelho
	<i>Vismia duckei</i>	Lacre-vermelho
	<i>Vismia cauliflora</i>	Lacre vermelho
	<i>Vismia glabra</i>	Lacre - branco
	<i>Vismia cayennensis</i>	Lacre-branco
	<i>Clusia grandiflora</i>	Cegola grande de mato
ERYTHROXYLACEAE	<i>Erythroxylum amplum</i>	Pimenta-de-nambu
	<i>Euphorbia cotinoides</i>	Assacurana
FLACOURTIACEAE	<i>Laetia cupulata</i>	Café-bravo
	<i>Casearia negrensis</i>	Café-bravo
	<i>Casearia resinifera</i>	
MALPIGHIACEAE	<i>Byrsonima spicata</i>	Murici-miúdo
	<i>Byrsonima verbascifolia</i>	Murici-rasteiro
	<i>Byrsonima cf. crispa</i>	Murici-da-mata
MELASTOMATACEAE	<i>Bellucia imperialis</i>	Goiaba-de-anta
	<i>Bellusia grossularioides</i>	Araçá-de-anta
	<i>Aciotis indecora</i>	
	<i>Aciotis purpurascens</i>	

	<i>Clidemia capitellata</i>	
	<i>Clidemia rubra</i>	
	<i>Clidemia novemnervia</i>	
	<i>Miconia dispar</i>	Tinteira
	<i>Miconia nervosa</i>	
	<i>Tococa bullifera</i>	
	<i>Miconia duckei</i>	
MYRTACEAE	<i>Eugenia biflora</i>	Murta
	<i>Myrcia fallax</i>	Murta-grande
	<i>Myrcia magna</i>	Casca-fina
	<i>Myrcia citrifolia</i>	Pedra –ume-caá
	<i>Psidium guajaba</i>	Goiaba
MONIMIACEAE	<i>Siparuna amazônica</i>	Capitiú
OCHNACEAE	<i>Sauvagesia elata</i>	
	<i>Ouratea odora</i>	
PIPERACEAE	<i>Piper aduncum</i>	Pimenta-longa
	<i>Piper manusense</i>	Pimenta-longa
	<i>Piper citrifolium</i>	
	<i>Piper cyrtopodon</i>	Jacamim
	<i>Piper cavancantei</i>	Panquilé
	<i>Piper hispidum</i>	
POLYGONACEAE	<i>Ruprechtia sp.</i>	
RUBIACEAE	<i>Psychotria cf. barbiflora</i>	
	<i>Psychotria paradoxa</i>	Erva-de rato
	<i>Psychotria poeppigiana</i>	Erva- de rato
	<i>Psychotria prancei</i>	
	<i>Palicourea corymbifera</i>	Erva-de rato
	<i>Palicourea guianensis</i>	Erva-de rato
	<i>Palicourea virens</i>	
	<i>Remijia ulei</i>	
SAPINDACEAE	<i>Talisia mollis</i>	
SOLANACEAE	<i>Solanum rugosum</i>	Amor-de-cunhã
	<i>Solanum caavurana</i>	Jurureba
	<i>Solanum grandiflorum</i>	Jurureba-branca
	<i>Solanum crinitum</i>	Jurubeba
	<i>Solanum sendtneianum</i>	
	<i>Solanum stramonifolium</i>	
	<i>Solanum subinerve</i>	
	<i>Solanum juripeba</i>	Jurireba-roxa
STERCULIACEAE	<i>Theobroma grandiflorum</i>	Copuaçu
	<i>Theobroma sylvestris</i>	Cacauí

	<i>Sterculia duckeana</i>	Xixá
STRELITZIACEAE	<i>Phenakospermum guianense</i>	Sororoca
VERBENACEAE	<i>Lantana camara</i>	Chumbinho
ULMACEAE	<i>Trema micrantha</i>	Periquitinho
VIOLACEAE	<i>Rinorea guianensis</i>	Branquinha
	<i>Rinorea racemosa</i>	Branquinha

D)- Estrato Arbóreo

De crescimento lento e ocorrência pontual, com maior diversidade na área de terra firme, formando fisionomicamente o dossel superior, que constitui a vegetação maior em comprimento e largura, porém a sua diversidade é baixa. As espécies deste hábito biológico de acordo a sua consistência, são de natureza lenhosa, perenes e caducifólias, (Annonaceae, Anacardiaceae, Arecaceae, Apocynaceae, Bombacaceae, Cecropiaceae, Caesalpinoideae, Clusiaceae, Euphobiaceae, Lecythidaceae, Lauraceae, Cochlospermaceae, Combretaceae, Chrysobalanaceae, Melastomataceae, Meliaceae, Sterculiaceae, etc.). Este estrato vegetal é uma das últimas fases da sucessão vegetal ou clímax, geralmente de ciclos reprodutivos anuais e perenes. As espécies de árvores em estágios mais desenvolvidos na área levantada correspondem a indivíduos introduzidos ou plantados (manga, taperebá, dendê, caju, ingá, castanheira etc.). Elas estão representadas por:

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME VULGAR
ANNONACEAE	<i>Duguetia cauliflora</i>	
	<i>Guatteria megaphylla</i>	
	<i>Xylopia benthamii</i>	Envira
	<i>Bocageopsis sp.</i>	
ANACARDIACEAE	<i>Anacardium giganteu</i>	Cajú bravo
	<i>Anacardium parvifolium</i>	
ARALIACEAE	<i>Didynopanax morototoni</i>	Morototo
ARECACEAE	<i>Oenocarpus bacaba Mart.</i>	Bacaba
	<i>Oenocarpus minor</i>	Bacabinha
	<i>Oenocarpus bataua</i>	Patauá
	<i>Attalea attaleoides</i>	Palha branca
	<i>Astrocaryum aculeatum</i>	Tucumã
	<i>Astrocaryum jauari</i>	Jauari
	<i>Bactris gasipaes</i>	Pupunha

	<i>Euterpe precatoria</i>	Açaí
	<i>Euterpe oleraceae</i>	Açaí
	<i>Euterpe controversa</i>	Chumbinho-açaí
	<i>Elaeis oleifera</i>	Caiaué ou dendê
	<i>Mauritia flexuosa</i>	Buriti
	<i>Maximiliana maripa</i>	Inajá
	<i>Socratea exorrhiza</i>	Paxiúba
APOCYNACEAE	<i>Ambelania acida</i>	Pepino-doce
	<i>Aspidosperma spruceanum</i>	
	<i>Aspidosperma nitidulum</i>	Carapanaúba
	<i>Geissospermum argenteum</i>	Acariquara-branca
	<i>Hymatanthus sucuuba</i>	Sucuuba
BOMBACACEAE	<i>Scleronema micranthum</i>	Cedrinho
	<i>Ceiba pentandra</i>	Samaúma
	<i>Ochroma lagopus</i>	Pao de balsa
	<i>Pseudobombax munguba</i>	Munguba
BIGNONIACEAE	<i>Jacaranda copaiba</i>	Caroba
	<i>Tabebuia serratifolia</i>	Pau D' arco, Ipé
BURSERACEAE	<i>Protium amazonicum.</i>	Breu
	<i>Protium giganteum</i>	Breu
	<i>Protium aracouchini</i>	Breu-branco
	<i>Trattinnickia burserifolia</i>	
	<i>Tetragastris altissima</i>	
CAESALPINOIDEAE	<i>Tachigalia paniculata.</i>	Tachi
	<i>Dimorphandra gigantea</i>	
	<i>Sclerolobium rugosum</i>	
	<i>Copaifera multijuga</i>	Copaíba
CARYOCARIACEAE	<i>Caryocar sp.</i>	Piquia
CECROPIACEAE	<i>Cecropia sciadophylla</i>	Embaúba
	<i>Cecropia purpurancens</i>	Embaúba
	<i>Pourouma ovata</i>	Embaúba
CELASTRACEAE	<i>Goupia glabra</i>	Cupiúba
CHRYSOBALANACEAE	<i>Licania densiflora</i>	Macucu
	<i>Licania parviflora</i>	
	<i>Couepia robusta</i>	Macucu
	<i>Coepia guianensis</i>	
	<i>Hirtella rodriguensis</i>	
	<i>Parinari exelsa</i>	
CLUSIACEAE	<i>Clusia leprantha</i>	Apuí grande
	<i>Clusia insignis</i>	Apui, cebola grande
	<i>Rheedia macrophylla</i>	

COCHLOSPERMACEAE	Cochlospermum orinoccense	Sumaúba brava
COMBRETACEAE	Buchenavia macrophylla	Tanimbuca
ELEOCARPACEAE	Sloanea excelsa	Urucurana
EUPHORBIACEAE	Hevea brasiliensis	Seringa verdadeira
	Croton lonjouvensis	
	Hura crepitans	Assacu
	Mabea angustifolia	
LAURACEAE	Ocotea canaliculata	Louro-amarelo
	Ocotea nigreses	Louro-preto
	Ocotea amazonica	
	Aniba canellila	
LECYTHIDACEAE	Eschweilera micrantha	matá-matá-amarelo
	Bertholletia exelsa	Castanha do Pará
	Eschweilera coriacea (D.C.) Mart.	Ripeiro-preto
	Schweilera amazonica	
	Cariniana micrantha	
	Corythophora rimosa	Castanha-jacaré
	Lecythis poiteani	Castanha-sapucaia
MELASTOMATACEAE	Bellucia imperialis.	Goiaba-de-anta
	Miconia ampla	
MELIACEAE	Carapa guianensis	Andiroba
	Cedrela odorata	Cebola do mato
	Cedrelinga cateniformis	Cedrorana
	Swietenia macrophylla	Mogno-Aguano
MUSACEAE	Musa cf. paradisiaca	Banana
MIMOSOIDEAE	Pithecolobium racemosum	Angelim rajado
	Pithecellobium amplum	
	Cedrelinga catanaeaeformis	Cedrelinga
	Parkia pendula	
MORACEAE	Brosimum utile (H.B.K.) Pittier	Amapá
	Brosimum rubensis	Amapá
	Helycostilis elegans	
	Clarisia racemosa	Miratinga
	Sorocea mariculata	
MYRSINACEAE	Cybianthus guyanensis	
MYRTACEAE	Syzigium jambolanum	Azeitona
	Calypttranthes densiflora	
MYRISTICACEAE	Virola surinamensis	Ucuúba amarela
	Virola venosa	Ucuúba branca
	Virola calophylla	

OLACACEAE	<i>Minquartia guianensis</i>	Acariquara
	<i>Heisteria barbata</i>	
PAPILIONOIDEAE	<i>Dipteryx odorata</i>	Cumarú
POLYGALACEAE	<i>Moutabea guianensis</i>	Taxiseiro
	<i>Moutabea excoriata</i>	
RUBIACEAE	<i>Genipa americana</i>	Genipapo
RUTACEAE	<i>Citrus sinensis</i>	Laranja
SAPOTACEAE	<i>Pouteria platyphylla</i>	Abiu
	<i>Pouteria guianensis</i> Aubl.	Abiurana
	<i>Pouteria caimito</i>	Abiú
	<i>Pouteria laurifolia</i>	
	<i>Manilkara amazonica</i>	
	<i>Manilkara huberi</i>	Maçaranduba
	<i>Chrysophyllum sanguinolentum</i>	
	<i>Chrysophyllum amazonicum</i>	Balata
STERCULIACEAE	<i>Sterculia parviflora</i>	
	<i>Sterculia exelsa</i>	Tacacazeiro
TILIACEAE	<i>Lueheopsis duckeana</i>	
VIOLACEAE	<i>Rinoria macrocarpa</i>	
	<i>Leonia glydicarpa</i>	
VOCHYSIACEAE	<i>Erisma bicolor</i>	
	<i>Vochysia</i> sp	

2.2.2- FAUNA

Foram abordados dentro de fauna os grupos de vertebrados terrestres, como a herpetofauna (anfíbios e répteis), aves e mamíferos não voadores.

Para a coleta de dados atuais in loco foram usadas trilhas no local do empreendimento. Nessas trilhas foram feitas as observações dos animais durante os dias 10 e 11 de junho de 2010. Foram feitas observações em diferentes horários (amostragens diurnas e noturnas), percorrendo-se os trajetos lentamente (aproximadamente 1,5 Km/h) e em silêncio.

Foram anotados os registros visuais e também registros sonoros, desde que as vocalizações pudessem ser identificadas com precisão. Também foram aproveitadas informações a partir de evidências indiretas, como pegadas, pêlos, fezes, ossos, etc.

2.2.2.1- Herpetofauna

Herpetofauna são os animais classificados como anfíbios e répteis. Apesar de serem de classes distintas, na antiguidade todos os animais que apresentassem glândulas, verrugas e saliências eram enquadrados em um mesmo grupo por lembrarem os sintomas da doença “herpes”, mas mesmo com o aumento do conhecimento acerca da diversidade e parentesco filogenético o agrupamento “artificial” permanece até os dias atuais.

Anfíbios são os conhecidos sapos, rãs e pererecas. São animais que, na maioria das vezes, precisam de água (igarapés, rios, poças, etc.) para o desenvolvimento dos seus filhotes, os girinos. No mundo há cerca de 4.500 espécies e na Amazônia brasileira são conhecidas pouco mais de 160 espécies (Azevedo-Ramos e Galatti, 2001), entretanto uma única localidade pode abrigar mais de 50 espécies (Tocher, 1998).

Já os répteis sempre possuem escamas na pele e não colocam os ovos na água, mas podem ter diferentes formas, sendo divididos em lagartos, cobras, quelônios (tartarugas, jabutis), jacarés e anfisbenas (cobras cegas). No mundo todo há cerca de 6.500 espécies, sendo a grande maioria lagartos (3.750) e cobras (2.400). Na Amazônia brasileira podemos encontrar 16 espécies de quelônios, 4 de jacarés, pelo menos 89 de lagartos (Ávila-Pires, 1995) e possivelmente cerca de 300 espécies de serpentes (Vogt et al, 2001), sendo que em uma única localidade pode ocorrer mais de 60 espécies de ofídios (Martins e Oliveira, 1998).

A herpetofauna amazônica ainda é bastante desconhecida, principalmente os anfíbios, lagartos e serpentes, sendo poucos os trabalhos referentes às comunidades de certas regiões ou mesmo listas preliminares (Duellman, 1978; Hoogmoed, 1973; Cunha & Nascimento, 1993; Gascon & Pereira, 1993), inclusive na região de Manaus (Hödl, 1977; Zimmermann & Rodrigues, 1990; Martins, 1991; Martins & Oliveira, 1998).

O estado do Amazonas como um todo é praticamente inexplorado quanto à herpetofauna, ou mesmo se considerarmos só os anfíbios, que formam um grupo relativamente abundante e de fácil captura. Sequer sabemos quais são os pontos de maior diversidade e se há padrões de distribuição ou barreiras geográficas que estariam determinando a diversidade das comunidades, a abundância das espécies ou até mesmo afetando a variabilidade genética das populações. Para o estado do Amazonas, além de alguns poucos relatórios técnicos bastante desatualizados e incompletos, há apenas dois trabalhos que menciona as espécies de anfíbios de áreas restritas de terra-firme da região de Manaus (Hero, 1990; Zimmermann & Rodrigues, 1990), dois sobre as espécies de várzea (Hödl, 1977; Gordo, 2003), uma lista preliminar da região do alto rio Urucu (Gascon & Pereira, 1993) e uma listagem preliminar e desatualizada do rio Madeira (Heyer, 1977).

Na Amazônia Brasileira as barreiras geográficas mais importantes para muitos grupos taxonômicos, como por exemplo os macacos, são os rios, mas para a herpetofauna em geral isso é pouco estudado, havendo algumas evidências para algumas espécies de lagartos (Ávila-Pires, 1995). Na Amazônia brasileira não há registros de endemismos muito restritos para a herpetofauna, geralmente as distribuições geográficas são amplas, sendo os endemismos ligados aos ambientes ou microambientes, ou ainda ser um artefato relacionado à falta de conhecimento sobre as distribuições geográficas em grandes extensões.

Os grandes rios da Amazônia e seus tributários podem ser barreiras relevantes pelo seu porte (volume e largura) e pela vegetação inundável, que limitam quais as espécies que conseguem suportar as variações sazonais do nível d'água, mas até que ponto isso é verdadeiro para a herpetofauna, ainda não sabemos. Apesar de já serem visíveis as diferenças entre a herpetofauna dos ambientes inundados periodicamente (várzeas e igapós) e ambientes de terra firme, os estudos realizados na região do Rio Urucu (Gascon & Pereira, 1993; observação pessoal) e os levantamentos feitos no Parque Nacional do Jaú (Neckel-Oliveira e Gordo, 2004) a herpetofauna apresenta semelhanças, mesmo sendo áreas em margens opostas do rio Solimões.

As diferenças são bem visíveis quanto à composição de espécies e abundâncias relativas de anfíbios e répteis dentro de um mesmo ambiente quando analisamos os diferentes microambientes, sendo que muitas das espécies de microambientes abertos (clareiras, capoeiras baixas, macrófitas aquáticas, roçados, pastos, etc.) são bastante oportunistas colonizando áreas recém desmatadas ou simplesmente aumentando suas densidades, como é o caso dos lagartos heliófilos Ameiva ameiva, Kentropx spp e Cnemidophorus spp. (Cruz Neto & Gordo, 1996; obs. Pess.) e muitas espécies de anfíbios, como Scinax spp, Hyla leucophyllata, H. walfordi, etc. (Tocher, 1998; obs. Pess.).

2.2.2.1.1- Anfíbios



De modo grosseiro podemos dividir a fauna de anuros em três comunidades relacionadas aos ambientes de vegetação aberta de terra firme, florestas de terra firme e florestas inundadas periodicamente. Dentro de cada um desses ambientes ocorrem divisões mais sutis no uso de microambientes, como por exemplo, as espécies mais freqüentes em baixios do que em platôs e vice versa. Em todos os casos ocorrem espécies que usam diferentes estratos da cobertura vegetal e com diferentes estratégias reprodutivas, podendo variar entre reprodução aquática com desenvolvimento dos girinos (larvas) dentro da água (rios, igarapés ou poças) até espécies que têm reprodução e desenvolvimento totalmente terrestres. Entretanto, o primeiro caso é o mais freqüente para essa região.

Nenhuma das espécies registradas consta na lista de espécies ameaçadas e todas têm ampla distribuição na Amazônia, apesar de algumas sempre aparecerem em baixas densidades (como, por exemplo, *Ceratophrys cornuta*).

Família	Espécie
Pipidae	<i>Pipa arrabali</i> <i>Pipa pipa</i>
Bufo	<i>Atelopus spumarius</i> <i>Bufo granulatus</i> <i>Bufo margaritifer</i> <i>Bufo marinus</i> <i>Bufo proboscideus</i> <i>Dendrophryniscus minutus</i>
Hylidae	<i>Hyla aff. Minuta</i> <i>Hyla boans</i> <i>Hyla calcarata</i> <i>Hyla cf. Leali</i> <i>Hyla cf. Microcephala</i> <i>Hyla geographica</i>
	<i>Hyla granosa</i> <i>Hyla lanciformis</i> <i>Hyla leucophyllata</i> <i>Hyla marmorata</i>
	<i>Hyla multifasciata</i> <i>Hyla parviceps</i> <i>Hyla walfordi</i> <i>Hyla wavrini</i> <i>Osteocephalus buckleyi</i> <i>Osteocephalus oophagus</i> <i>Osteocephalus taurinus</i> <i>Phrynohyas coriacea</i> <i>Phrynohyas resinifictrix</i> <i>Phyllomedusa bicolor</i> <i>Phyllomedusa tarsius</i> <i>Phyllomedusa tomopterna</i> <i>Phyllomedusa vaillanti</i> <i>Scinax boesemani</i> <i>Scinax cruentommus</i> <i>Scinax garbei</i> <i>Scinax proboscideus</i> <i>Scinax ruber</i> <i>Scinax sp. A</i>
Centrolenidae	<i>Cochranella oyampiensis</i>

Dendrobatidae	Allobates femoralis Colostethus aff. Marchesianus Colostethus stepheni
Leptodactylidae	Adenomera andreae Ceratophrys cornuta Eleutherodactylus fenestratus Eleutherodactylus ockendeni Eleutherodactylus zimmermanae Leptodactylus knudseni Leptodactylus leptodactyloides Leptodactylus mystaceus Leptodactylus pentadactylus Leptodactylus petersi Leptodactylus rhodomystax Leptodactylus riveroi Leptodactylus stenodema Lithodytes lineatus
Microhylidae	Chiasmocleis gr. Hudsoni Chiasmocleis shudikarensis Chiasmocleis sp Ctenophryne geayi Synapturanus mirandaribeiroi Synapturanus salseri
Cecilidae	Siphonops sp.

2.2.2.1.2- Répteis



A maioria das espécies de répteis da região está no grupo das serpentes, seguido por lagartos, quelônios, jacarés e anfisbenas (em ordem decrescente no número de espécies). Os répteis constituem um grupo muito diversificado quanto aos hábitos, nichos e ecologia, ocupando ambientes aquáticos e terrestres em diferentes estratos e com os mais variados hábitos alimentares. Entretanto todos possuem reprodução em ambientes terrestres, mesmo os aquáticos, como quelônios e jacarés.

Assim como no caso dos anfíbios, certas espécies têm yamanduá específicos e ocorre em maior frequência em determinados microhabitats, como é o caso do quelônio *Platemis platicephala* que só é encontrada em poças marginais de igarapés, ou *Phrynops rufipes*, que vive apenas em igarapés de terra firme.

Na listagem a seguir estão relatados os répteis (famílias e espécies) encontrados.

Ordem	Família	Espécie
Crocodilia	Alligatoridae	Caiman crocodilus
		Paleosuchus trigonatus
Chelonia	Testudinidae	Geochelone denticulata
	Chelidae	Platemys platycephala Phrynops rufipes
	Pelomedusidae	Podocnemis unifilis Podocnemis expansa
Squamata		
Serpentes		Anilius scytale
	Boidae	Boa constrictor Corallus caninus Corallus hortulanus Epicrates cenchria Eunectes murinus
	Colubridae	Apostolepis pyymi Atractus latifrons Atractus major Atractus snethlageae Atractus torquatus Chironius carinatus Chironius cinnamomeus Chironius fuscus Chironius scurrulus 48amand 48amand Dendrophidium dendrophis Dipsas catesbyi Drymarchon corais Drymoluber dichrous Erythrolamprus aesculapii Helicops angulatus Helicops hagmanni Hydrops triangularis Imantodes cenchoa Leptodeira annulata Leptophis ahaetulla Liophis breviceps Liophis cobella Liophis miliaris Liophis poecilogyrus Liophis reginae Liophis typhlus Mastigodryas boddaerti Oxybelis aeneus Oxybelis fulgidus Oxyrhopus formosus Oxyrhopus petola Oxyrhopus trigeminus Phylodryas viridissimus Pseustes poecilonotus Pseustes sulphureus Rhinobothryum lentiginosum Siphlophis cervinus Spilotes pullatus Taeniophallus brevirostris Taeniophallus nicagus Tantilla melanocephala Tripanurgos compressus Xenodon rhabdocephalus

		Xenodon severus Xenoxybelis argenteus
--	--	--

Elapidae

P. unifilis	Tracajá
Geochelone spp.	Jabuti
Caiman crocodilus	Jacaretinga

Das espécies consumidas, as que estão mais suscetíveis a extinção local são os quelônios aquáticos (tartaruga e tracajá), por terem seus sítios de desova facilmente saqueados e as fêmeas perseguidas durante a época de desova (setembro a novembro). Entretanto, nas proximidades, não foram registrados tabuleiros de reprodução que concentre esses animais.

As duas espécies de jabutis, apesar da dificuldade de encontro, são bastante perseguidas e por terem potencial reprodutivo menor em relação a outros quelônios é facilmente extinto localmente sob pressão intensa de caça.

No local, a pressão de caça sobre os jacarés é pequena, provavelmente pelas baixas densidades. Um dos usos relativamente freqüente na região é a captura de exemplares jovens (e posterior soltura) e focagem noturna de jacarés como atrativo turístico.

2.2.2.2- Aves



Poucas regiões na bacia amazônica que podem ser consideradas como relativamente bem estudadas e com listas detalhadas de espécies. Regiões inteiras sequer foram amostradas no passado (Oren & Albuquerque, 1991), e estudos de campo recentes têm não só ampliado as distribuições conhecidas de numerosas espécies de aves em centenas ou até milhares de quilômetros (Cohn-Haft et al., 1997; Whittaker & Oren, 1998; Borges et al., 2001), como também têm resultado em descobertas de algumas espécies de aves novas para a ciência. Dentre os pontos na Amazônia brasileira que podem ser considerados relativamente bem amostrados se encontram as florestas de terra firme da região ao norte de Manaus (Cohn-Haft et al., 1997), a região do Parque Nacional do Jaú

(Borges et al., 2001), a área de Alta Floresta (Zimmer et al., 1997) e o Parque Nacional da Amazônia (Oren & Parker, 1997).

Apesar desta falta generalizada de informações ornitológicas para a Amazônia, aves ainda é o grupo biológico (entre os vertebrados) mais bem conhecido. Os padrões de distribuição e endemismo são razoavelmente bem estabelecidos (Cracraft, 1985), assim como a seleção de hábitat da grande maioria das espécies. Isto permite que se preveja, com relativa precisão a avifauna esperada de ocorrer num determinado ambiente ou numa determinada região.

Este grupo também ocupa os diferentes ambientes e microambientes de maneira a existirem diferentes comunidades. Portanto há espécies que só podem ser encontradas em florestas densas, em subosques, em campinaranas e Campinas, em matas de igapó e assim por diante.

*Espécies raras, endêmicas, ameaçadas e de interesse econômico e subsistência

A maioria das espécies de aves presentes na Amazônia é endêmica a grandes regiões como os interflúvios Amazonas-Negro, Negro-Solimões, Solimões-Madeira, Madeira-Tapajós, por exemplo. Portanto as espécies que ocorrem no Município, não são exclusivas daquela área, mas sim de uma distribuição bem mais ampla.

Nenhuma espécie de ave que ocorre na área de entorno do empreendimento, ou em qualquer parte da Amazônia central brasileira, está atualmente considerada ameaçada de extinção.

No local do empreendimento ou arredores, não foram registrados ninhais ou locais com grande concentração de aves, principalmente para reprodução.

Na tabela a seguir vemos as famílias e espécies encontradas.

Família	Espécie
Anatidae	Oxyura dominica
Apodidae	Chaetura brachyura Chaetura chapmani Chaetura spinicauda Panyptila cayennensis Streptoprocne zonaris Tachornis squamata
Trochilidae	Amazilia fimbriata Amazilia versicolor Anthracothorax nigricollis Avocettula recurvirostris Campylopterus largipennis Chrysolampis mosquitus Discosura longicauda Florisuga mellivora Heliothryx aurita Hylocharis sapphirina

	Phaethornis bourcierii Phaethornis ruber Phaethornis superciliosus Polytmus theresiae Thalurania furcata Topaza pella
Caprimulgidae	Caprimulgus nigrescens Chordeiles acutipennis Chordeiles minor Lurocalis semitorquatus Nyctidromus albicollis
Nyctibiidae	Nyctibius aethereus Nyctibius bracteatus Nyctibius grandis Nyctibius griseus Nyctibius leucopterus
Charadriidae	Charadrius collaris Pluvialis dominica
Jacaniidae	52amand jacana
Scolopacidae	Actitis macularia Calidris fuscicollis Calidris melanotos Calidris minutilla Gallinago gallinago Micropalama himantopus Tringa flavipes Tringa melanoleuca Tringa solitaria
Ardeidae	Ardea alba Ardea cocoi Bubulcus ibis Butorides striatus Cochlearius cochlearius Nycticorax nycticorax Pilherodias pileatus Tigrisoma lineatum
Ciconiidae	Mycteria americana
Threskiornithidae	Mesembrinibis cayennensis
Columbidae	Columba plumbea Columba subvinacea Columbina passerina Columbina talpacoti Geotrygon montana Leptotila verreauxi
Alcedinidae	Ceryle torquata Chloroceryle aenea Chloroceryle amazona Chloroceryle americana Chloroceryle inda
Momotidae	Momotus momota Cuculidae Piaya melanogaster
Cuculidae	Coccyzus euleri Coccyzus melacoryphus Crotophaga ani Crotophaga major Dromococcyx pavoninus Piaya cayana
Accipitridae	Accipiter bicolor Accipiter poliogaster Accipiter superciliosus Buteo albicaudatus Buteo brachyurus Buteo magnirostris Buteo nitidus

	<p>Buteo platypterus Buteogallus urubitinga Chondrohierax uncinatus Elanoides forficatus Gampsonyx swainsonii Harpagus bidentatus Harpia harpyja Heterospizias meridionalis Ictinia 53amandu Leptodon cayanensis Leucopternis albicollis Leucopternis melanops Morphnus guianensis Pandion haliaetus Spizaetus ornatus Spizaetus tyrannus Spizastur melanoleucus</p>
Cathartidae	<p>Cathartes aura Cathartes melambrotos Coragyps atratus Sarcoramphus papa</p>
Falconidae	<p>Daptrius americanus Daptrius ater Falco ruficularis Micrastur gilvicollis Micrastur mirandollei Micrastur ruficollis Micrastur semitorquatus Milvago chimachima Polyborus plancus</p>
Cracidae	<p>Crax alector Ortalis motmot Penelope jacquacu 53amandú marail Pipile cumanensis</p>
Odontophoridae	<p>Odontophorus gujanensis</p>
Eurypygidae	<p>Eurypyga helias</p>
Heliornithidae	<p>Heliornis fulica</p>
Psophiidae	<p>Psophia crepitans</p>
Rallidae	<p>Aramides cajanea Laterallus melanophaius Laterallus viridis</p>
Conopophagidae	<p>Conopophaga aurita</p>
Cotingidae	<p>Cotinga cayana Cotinga cotinga Haematoderus militaris Iodopleura fusca Lipaugus vociferans Perissocephalus tricolor Phoenicircus carnifex Xipholena punicea</p>
Dendrocolaptidae	<p>Campylorhamphus procurvoides Deconychura longicauda Deconychura stictolaema Dendrexetastes rufigula Dendrocincla fuliginosa Dendrocincla merula Dendrocolaptes certhia Dendrocolaptes picummus Glyphorynchus spirurus Hylexetastes perrotii Lepidocolaptes albolineatus Nasica longirostris Sittasomus griseicapillus</p>

	<i>Xiphorhynchus pardalotus</i>
Emberizidae	<i>Ammodramus aurifrons</i> <i>Arremon taciturnis</i> <i>Cacicus haemorrhous</i> <i>Caryothraustes canadensis</i> <i>Coereba flaveola</i> <i>Conirostrum speciosum</i> <i>Cyanocompsa cyanoides</i> <i>Dendroica fusca</i> <i>Dendroica petechia</i> <i>Dendroica striata</i> <i>Icterus cayanensis</i> <i>Icterus chryscephalus</i> <i>MCercomacra cinerascens</i> <i>Cercomacra laeta</i> <i>Cercomacra tyrannina</i> <i>Cymbilaimus lineatus</i> <i>Formicarius analis</i> <i>Formicarius colma</i> <i>Frederickena viridis</i> <i>Grallaria varia</i> <i>Gymnopithys rufigula</i> <i>Herpsilochmus dorsimaculatus</i> <i>Herpsilochmus sticturus</i> <i>Hylopezus macularius</i> <i>Hylophylax naevia</i> <i>Hylophylax poecilinota</i> <i>Hypocnemis cantator</i> <i>Myrmeciza atrothorax</i> <i>Myrmeciza ferruginea</i> <i>Myrmornis torquata</i> <i>Myrmothera campanisona</i> <i>Myrmotherula axillaris</i> <i>Myrmotherula brachyura</i> <i>Myrmotherula guttata</i> <i>Myrmotherula gutturalis</i> <i>Myrmotherula longipennis</i> <i>Myrmotherula menetriesii</i> <i>Percnostola rufifrons</i> <i>Pithys albifrons</i> <i>Schistocichla leucostigma</i> <i>Sclateria naevia</i> <i>Terenura spodioptila</i> <i>Thamnomanes ardesiacus</i> <i>Thamnomanes caesius</i> <i>Thamnophilus murinus</i> <i>Tolothrus bonariensis</i> <i>Oryzoborus angolensis</i> <i>Phaeothlypis rivularis</i> <i>Psarocolius viridis</i> <i>Saltator grossus</i> <i>Saltator maximus</i> <i>Scaphidura oryzivora</i> <i>Sporophila bouvronides</i> <i>Sporophila castaneiventris</i> <i>Sporophila lineola</i> <i>Sturnella militaris</i> <i>Volatinia jacarina</i>
Formicariidae	<i>hamnophilus punctatusg</i>
Furnariidae	<i>Automolus infuscatus</i> <i>Automolus ochrolaemus</i> <i>Automolus rubiginosus</i> <i>Philydor erythrocerus</i> <i>Furnariidae Philydor pyrrhodes</i> <i>Sclerurus caudacutus</i> <i>Sclerurus mexicanus</i> <i>Sclerurus rufigularis</i>

	<p>Synallaxis rutilans Xenops milleri Xenops minutus</p>
Hirundinidae	<p>Hirundo rustica Neochelidon tibialis Progne chalybea Progne sp. Progne subis Progne tapera Riparia riparia Stelgidopteryx ruficollis</p>
Muscicapidae	<p>Catharus fuscescens Catharus minimus Microbates collaris Polioptila guianensis Polioptila plumbea Ramphocaenus melanurus Turdus albicollis</p>
Pipridae	<p>Corapipo gutturalis Manacus manacus Neopelma chrysocephalum Neopipo cinnamomea Pipra erythrocephala Pipra pipra Pipra serena Piprites chloris Schiffornis turdinus Tyranneutes virescens</p>
Thraupidae	<p>Chlorophanes spiza Cyanerpes caeruleus Cyanerpes cyaneus Cyanerpes nitidus Cyanicterus cyanicterus Dacnis cayana Dacnis lineata Euphonia cayennensis Euphonia chlorotica Euphonia chrysopasta Euphonia minuta Euphonia 55amandu Hemithraupis flavicollis Lamprospiza melanoleuca Lanio fulvus Piranga rubra Ramphocelus carbo Tachyphonus cristatus Tachyphonus phoenicius Tachyphonus surinamus Tangara chilensis Tangara gyrola Tangara mexicana Tangara punctata Tangara varia Tangara velia Tersina viridis Thraupis episcopus Thraupis palmarum</p>
Troglodytidae	<p>Cyphorhinus arada Microcerculus bambla Thryothorus coraya Thryothorus leucotis Troglodytes aedon</p>
Tyrannidae	<p>Attila spadiceus Camptostoma obsoletum Conopias parva Contopus borealis Contopus virens</p>

	<p> <i>Corythopsis torquata</i> <i>Elaenia chiriquensis</i> <i>Elaenia parvirostris</i> <i>Empidonomus auranioatrocristatus</i> <i>Empidonomus varius</i> <i>Hemitriccus zosterops</i> <i>Laniocera hypopyrra</i> <i>Legatus leucophaeus</i> <i>Lophotriccus galeatus</i> <i>Lophotriccus vitiosus</i> <i>Mionectes macconnelli</i> <i>Muscivora tyrannus</i> <i>Myiarchus ferox</i> <i>Myiarchus tuberculifer</i> <i>Myiobius barbatus</i> <i>Myiodynastes maculatus</i> <i>Myiopagis caniceps</i> <i>Myiopagis gaimardii</i> <i>Myiornis ecaudatus</i> <i>Myiozetetes cayanensis</i> <i>Myiozetetes luteiventris</i> <i>Onychorhynchus coronatus</i> <i>Ornithion inerne</i> <i>Pachyrampus marginatus</i> <i>Pachyrampus minor</i> <i>Pachyrampus rufus</i> <i>Pachyrampus surinamus</i> <i>Phaeomyias murina</i> <i>Phyllomyias griseiceps</i> <i>Phylloscartes virescens</i> <i>Pitangus sulphuratus</i> <i>Platyrinchus coronatus</i> <i>Platyrinchus platyrhynchos</i> <i>Platyrinchus saturatus</i> <i>Pyrocephalus rubinus</i> <i>Ramphotrigon ruficauda</i> <i>Rhynchocyclus olivaceus</i> <i>Rhytipterna simplex</i> <i>Sirystes sibilator</i> <i>Terenotriccus erythrurus</i> <i>Tityra cayana</i> <i>Todirostrum pictum</i> <i>Tolmomyias assimilis</i> <i>Tolmomyias poliocephalus</i> <i>Tyrannopsis sulphurea</i> <i>Tyrannulus elatus</i> <i>Tyrannus melancholicus</i> <i>Tyrannus savana</i> <i>Tyrannus tyrannus</i> <i>Zimmerius gracilipes</i> </p>
Vireonidae	<p> <i>Cyclarhis gujanensis</i> <i>Hylophilus muscicapinus</i> <i>Hylophilus ochraceiceps</i> <i>Hylophilus semicinereus</i> <i>Hylophilus thoracicus</i> <i>Vireo altiloquus</i> <i>Vireo olivaceus</i> <i>Vireolanius leucotis</i> </p>
Anhingidae	<p><i>Anhinga anhinga</i></p>
Bucconidae	<p> <i>Bucco capensis</i> <i>Bucco tamatia</i> <i>Chelidoptera tenebrosa</i> <i>Malacoptila fusca</i> <i>Monasa atra</i> <i>Nonnula rubecula</i> <i>Notharchus macrorhynchus</i> </p>

	Notharchus tectus
Capitonidae	Capito niger
	57amandu albirostris
Galbulidae	57amandu dea 57amandu leucogastra Jacamerops aurea
Picidae	Campephilus rubicollis Celeus elegans Celeus flavus Celeus grammicus Celeus torquatus Celeus undatus Dryocopus lineatus Melanerpes cruentatus Piculus chrysochloros Piculus flavigula Picumnus exilis Veniliornis cassini
Ramphastidae	Pteroglossus viridis Ramphastos tucanus Ramphastos vitellinus Selenidera culik
Podicipedidae	Podiceps dominicus
Psittacidae	Amazona autumnalis Amazona farinosa Ara ararauna Ara chloroptera Ara macao Ara manilata Aratinga leucopthalmus Brotogeris chrysopterus Deropterus accipitrinus Forpus sp. Pionopsitta caica Pionus fuscus Pionus menstruus Touit purpurata
Strigidae	Ciccaba huhula Ciccaba virgata Strigidae Glaucidium hardyi Lophotrix cristata Otus watsonii Pulsatrix perspicillata Speotyto cunicularia
Tytonidae	Tyto alba
Tinamidae	Crypturellus brevirostris Crypturellus soui Crypturellus variegatus Tinamus major
Trogonidae	Pharomachrus pavoninus Trogon rufus Trogon sp. Trogon violaceus Trogon viridis

2.2.2.3- Mamíferos não Voadores

Os diferentes ambientes são ocupados pelos mamíferos, sendo que as separações de comunidades ou restrições no uso são mais relevantes para ambiente terrestres, sendo que algumas espécies são restritas a ambientes com grandes corpos d'água, como lontras, ariranhas e botos. Primatas estão restritos a áreas com florestas (primárias e secundárias), assim como um grande número de pequenos mamíferos.

A composição florística pode influenciar grandemente a ocorrência de certas espécies ou suas abundâncias, o que provoca alterações na mastofauna quando comparamos capoeiras, florestas primárias, igapós, campinaranas, etc.

Grande parte dos serviços de dispersão de sementes é feito por mamíferos de médio e grande porte, como cutia, jupará, macacos (Spironello, 1999; Peres & Van Roosmalen, 2002) e anta (Bodmer, 1991), que são, por outro lado, muito caçados (Smith 1976; Redford & Robinson 1987; Peres 1990; Peres & Van Roosmalen, 2002). Asquith et al. (1997), sugerem que a perda da comunidade de mamíferos interfere negativamente nos processos de recrutamento de plântulas na Ilha de Barro Colorado (Panamá). Apesar das evidências dos efeitos negativos da defaunação no recrutamento e composição da floresta nos ambientes perturbados, faz-se necessário avaliar os impactos em longo prazo.

*Espécies raras, endêmicas, ameaçadas e de interesse econômico e subsistência.

A maioria dos mamíferos, com exceção de alguns roedores (como cutias), em florestas da Amazônia Central é pouco abundante. Isso dificulta diagnosticar essas espécies como raras, pois têm ampla distribuição na Amazônia ou em parte dela. No caso da área em estudo as espécies geralmente distribuem-se em amplas regiões do interflúvio dos rios Negro-Branco-Amazonas, podendo chegar até as Guianas ou Venezuela (Emmons, 1997).

Muitos mamíferos possuem importância para a subsistência dos moradores locais, sendo caçadas freqüentemente, tal como anta, porco (queixada e caititu), veados, cutia, paca, tatus, etc. Até mesmo onças pardas são eventualmente caçadas para alimentação.

Na listagem a seguir vemos as famílias e espécies encontradas:

Ordem	Espécie
Marsupialia	Didelphis marsupialis Caluromys lanatus Caluromys philander Marmosa cinerea Marmosa murina Marmosops parvidens Philander opossum
Xenarthra	Bradypus tridactylus Cabassous unicinctus Choloepus didactylus Cyclops didactylus Dasypus kappleri Dasypus novemcinctus Dasypus sp. Priodontes maximus 58amanduá tetradactyla

Primates	Alouatta seniculus Aotus sp. Ateles paniscus Cebus apella Chiropotes satanas Pithecia pithecia Saguinus bicolor Saimiri sciureus
Carnivora	Galictis vitatta Heipailurus yaguarondi Leopardus pardalis Lontra longicaudis Eira barbara Nasua nasua Panthera onca Potos flavus Puma concolor Speothos venaticus Pteronura brasiliensis
Cetacea	Inia geoffrensis Sotalia fluviatilis
Perissodactyla	Tapirus terrestris
Artiodactyla	Tayassu pecari Tayassu tajacu Mazama americana Mazama gouazoubira
Rodentia	Dasyprocta leporina
	Echimys chrysurus
	Hydrochaeris hydrochaeris
	Isothrix pagurus
	Mesomys hispidus
	Metachirus nudicaudatus
	Micoureus demerarae
	Monodelphis brevicaudata
	Myoprocta acouchy
	Myoprocta exilis
	Myrmecophaga tridactyla
	Neacomys guianae
	Oecomys bicolor
	Oecomys paricola
	Oecomys regalis
	Oryzomys capito
	Oryzomys macconnelli
	Oryzomys megacephalus
	Proechimys cuvieri
	Proechimys guyannensis
Rhipidomys mastacalis	
Sciurus aestuans	

2.3- MEIO SÓCIO ECONÔMICO

2.3.1- ASPECTOS HISTÓRICOS

A história do município de Caapiranga se prende a de Manacapuru. Em 15 de fevereiro de 1786 foi fundada, com o nome de Manacapuru, uma aldeia no local onde havia uma comunidade de índios Muras. Com o seu desenvolvimento, Manacapuru é desmembrado de Manaus em 27 de setembro de 1894 e passa a constituir Município autônomo.

Em 1939, Manacapuru perde grande parte de seu território para Manaus, ficando sua estrutura administrativa composta por três distritos: Manacapuru (sede), Beruri e Caapiranga.

Em 10 de dezembro de 1981 pela emenda Constitucional n.º 12, o Distrito de Caapiranga é desmembrado de Manacapuru, fato que foi publicado no Diário Oficial do Estado somente no dia 28 de dezembro do mesmo ano. Acrescido de território adjacente, até então pertencente a Anori, passa a constituir o novo Município de Caapiranga. A 1ª. Posse de Prefeito, Vice-prefeito e Vereadores, aconteceu em 1º de janeiro de 1983.

O nome Caapiranga é de origem Tupi e significa: CAA = FOLHA, PIRANGA = VERMELHA, COLORIDA OU ENSANGÜENTADA, ou seja, CAAPIRANGA significa FOLHA VERMELHA. Esta planta foi usada pelos índios como pintura para seus festejos e o Município recebeu esse nome devido à grande quantidade encontrada dessa planta no local de surgimento da cidade.

2.3.2- LOCALIZAÇÃO

O município de Caapiranga está situado na sétima Sub-região do Rio Negro/Solimões, de acordo com a Constituição do Estado do Amazonas, Art. 26. A área do Município é de 9.457 Km² (nove mil, seiscentos e dezessete quilômetros quadrados).

A sede está situada no lago de Caapiranga a margem esquerda do Rio Solimões e dista da Capital (Manaus) 147 Km em linha reta e 272,2 milhas por via fluvial.

O clima característico é o Tropical chuvoso e úmido, com temperatura máxima de 38º C, mínima de 22º C e média de 29º C

O Principal acidente Geográfico é o Lago de Caapiranga de grande viscosidade. A floresta é densa e tropical.

Para se chegar à sede do município o visitante tem as seguintes opções: Da Capital do Estado (Manaus) até Caapiranga: por via fluvial – através de barco com viagem

de aproximadamente 12 horas de duração. Por via terrestre é possível viajar de ônibus ou taxi lotação, com duração da viagem de 1 hora até a cidade de Manacapuru e de lá por via fluvial, através de barco denominados jatinhos que chegam até a sede de Caapiranga com 2:30h de viagem, aproximadamente.

2.3.3- LIMITES

O município de Caapiranga limita-se com: Manacapuru, Anamã, Codajás e Novo Airão.

2.3.4- CARACTERIZAÇÃO POPULACIONAL E ESTRUTURA PRODUTIVA E DE SERVIÇOS

2.3.4.1- População

Sua população estimada em 2004 era de 9.604 habitantes. Distribuída da seguinte forma:

Menores de 1 ano –	312
1 a 4 anos –	1.225
5 a 9 anos –	1.406
10 a 19 anos –	2.482
20 a 49 anos –	3.313
50 a 59 anos -	444
60 e mais -	422

A densidade demográfica é de 0,93 hab/km². A taxa de analfabetismo da população (15 anos ou mais) de cerca de 26,63%.

Fonte- <http://dtr2002.saude.gov.br/caadab/indicadores/amazonas/CAAPIRANGA>

2.3.4.2- Estrutura Produtiva

A cidade de Caapiranga está organizada em cinco bairros, mas a maioria dos estabelecimentos comerciais, institucionais e de serviços, localiza-se no Centro, e apenas uns poucos estão distribuídos nos outros bairros.

A cidade possui uma agência bancária do Bradesco e outra da Caixa Econômica Federal, um hospital com capacidade para 20 leitos, seis postos médicos, cinco igrejas católicas e inúmeras evangélicas. A distribuição de água para a cidade é feita pela Caaí e de energia elétrica pela Amazonas Distribuidora de Energia. Possui também, supermercados, padarias, postos de gasolina, serrarias, etc.

Fonte- Coleta oral de informações no local e pelo site, <http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/>

2.3.4.3- ECONOMIA

O município teve a economia alavancada a partir de ações governamentais promovidas pelo IDAM através do projeto Zona Franca Verde o que tem diminuído a migração para a capital e melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

Sua economia está dividida nos seguintes setores:

Setor Primário

- Pecuária: encontra-se em desenvolvimento principalmente quanto a criação de bovinos e suínos. –
- Agricultura: as atividades agrícolas são utilizadas como opção de mão-de-obra, e os principais produtos agrícolas são: cará, batata, mandioca, juta e malva, milho e a fruticultura com destaque para o açaí, vindo a seguir: abacaxi, limão, mamão, manga entre outras. –
- Avicultura: é praticada a nível doméstico para consumo local. Não soma para a geração de renda familiar.
- Pesca: atividade artesanal, desenvolvida para o consumo local, sem nenhuma expressão econômica para a formação de renda local. –
- Extrativismo Vegetal: atividade econômica representativa em virtude da ampla utilização da mão-de-obra, Destacam-se entre outros produtos a exploração da borracha, goma não elástica, madeira e castanha.

Setor Secundário

- Indústria: Olarias, serrarias, padarias e oficinas de móveis em madeira e confecção de produtos alimentares.

Setor Terciário

- Comércio: varejista. - Serviço: hotéis e pensões, oficinas mecânicas e estaleiros, agência bancária.

2.3.5- ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO

*Evolução 1991-2000

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Caapiranga cresceu 15,34%, passando de 0,541 em 1991 para 0,624 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 100,8%, seguida pela Longevidade, com 2,8% e pela Renda, com -3,6%.

Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 - IDH) foi reduzido em 18,1%. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 23,5 anos para alcançar São

Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 13,1 anos para alcançar Manaus (AM), o município com o melhor IDH-M do Estado (0,774).

*Situação em 2000

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Caapiranga é 0,624. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8)

Em relação aos outros municípios do Brasil, Caapiranga apresenta uma situação ruim: ocupa a 4231ª posição, sendo que 4230 municípios (76,8%) estão em situação melhor e 1276 municípios (23,2%) estão em situação pior ou igual.

Em relação aos outros municípios do Estado, Caapiranga apresenta uma situação intermediária: ocupa a 34ª posição, sendo que 33 municípios (53,2%) estão em situação melhor e 28 municípios (46,8%) estão em situação pior ou igual.

2.3.6- PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E ARQUEOLÓGICO

2.3.6.1- Introdução

Como desdobramento do gasoduto Coari-Manaus, implantado nos municípios localizados na região do médio-baixo rio Solimões entre Coari e Manaus, será cada vez mais freqüente o surgimento de projetos de geração de energia elétrica através da construção de usinas termelétricas, com o fim de abastecer estes municípios. Este relatório refere-se ao levantamento arqueológico realizado para os estudos prévios para a elaboração do EIA/RIMA das áreas impactadas pela futura construção da usina termelétrica de Caapiranga.

Os trabalhos se desenvolveram entre os dias 10 e 11 do mês de junho de 2010, por uma equipe formada por quatro profissionais da área de arqueologia, e tiveram como objetivo realizar prospecções arqueológicas na superfície dos terrenos a serem diretamente impactados, assim como levantar informações sobre as áreas de entorno neste município, seguindo os protocolos legais que previnem a destruição do patrimônio arqueológico nacional. Iniciativas como esta, em que empreendimentos de médio e grande porte são plenamente signatários da legislação vigente e cumprem à risca o que é determinado, são extremamente importantes para que zonas outrora desconhecidas arqueologicamente – e que porventura venham a apresentar vestígios materiais de sociedades pretéritas – sejam identificados e passem a constar no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(IPHAN). Estes empreendimentos constituem uma oportunidade de se identificar novos sítios arqueológicos e de atualizar a base de dados atualmente disponível no CNSA do IPHAN.

A Área Diretamente Afetada (ADA) foi prospectada com o intuito de localizar e diagnosticar o potencial arqueológico do município, bem como sugerir medidas preventivas capazes de salvaguardar o patrimônio cultural brasileiro, conforme previsto na Legislação Federal em vigor. As prospecções, ainda, garantem a elaboração de um registro sistematizado sobre o eventual impacto – irreversível –, advindo das obras de instalações da usina termelétrica.

A área abordada localiza-se em um trecho considerável das obras do Gasoduto Coari-Manaus, iniciadas no ano de 2005. Em conjunto, obras de infra-estrutura do porte do gasoduto e da UTE, podem contribuir para a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Estado do Amazonas.

Os trabalhos foram realizados durante dois dias consecutivos no município, por dois técnicos da equipe que já conheciam parcialmente os locais prospectados porque haviam trabalhado nos levantamentos e resgates arqueológicos pertinentes ao projeto do Gasoduto Coari-Manaus (2005), aumentando assim a propriedade de interpretação e classificação dos níveis de baixo, médio e alto potencial arqueológico das áreas estudadas.

ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios.

A avaliação ambiental foi introduzida no Brasil com a Lei 6.938, de 31/09/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e que criou o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com o objetivo específico de estabelecer critérios e condutas para o licenciamento de atividades impactantes, impondo a realização de estudos ambientais prévios. A presença de arqueólogos nos trabalhos de avaliação ambiental passa a ser exigida a partir de Resolução nº 001 do CONAMA, de 23/02/86, que estabelece que os sítios arqueológicos devam passar por avaliação e posterior indicação de medidas mitigadoras e/ou compensatórias dos impactos negativos sobre o patrimônio.

A Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, nos artigos 215 e 216 estabelece os conceitos de patrimônio cultural e que o poder público, com a cooperação da sociedade, deve promover e proteger o Patrimônio Cultural Brasileiro. Dispõe ainda que esse patrimônio é constituído pelos bens materiais e imateriais que se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Lima e Moraes, 2010).

Os estudos arqueológicos visam atender as determinações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, vinculado ao Ministério da Cultura, que exige Levantamentos Arqueológicos ou Estudos de Arqueologia Preventiva em áreas onde serão instalados empreendimentos que possam causar impactos, diretos e/ou indiretos, ao patrimônio arqueológico nacional. Tais Estudos são a única garantia de que as evidências arqueológicas que porventura sejam identificadas não sejam expostas a qualquer impacto - direto e/ou indireto - decorrente do empreendimento em questão.

Além das justificativas legais, relacionadas à conservação do patrimônio arqueológico, há também justificativas de caráter científico e, no caso específico da Amazônia, a pesquisa arqueológica também encontra justificativas de cunho etno-histórico, que remetem à necessidade de conhecer aspectos fundamentais das sociedades que habitaram e manejaram a Floresta Tropical durante um longo tempo até a chegada dos colonizadores europeus (Lima e Parente, 2009).

2.3.6.3- Objetivos

Foram estabelecidos os seguintes objetivos para o trabalho:

Realizar um levantamento bibliográfico sobre o histórico das pesquisas na região do médio-baixo rio Solimões.

Levantar informações orais in loco sobre as ocorrências arqueológicas na área de impacto indireto (AII) do empreendimento;

Realizar prospecções arqueológicas de superfície na área de diretamente afetada (ADA) do empreendimento;

Sistematizar as informações coletadas num relatório que comporá o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA do empreendimento.

2.3.6.4- Procedimentos Metodológicos

Os trabalhos foram divididos em quatro etapas, sendo que procedimentos específicos para cada uma delas foram adotados, de acordo com os parâmetros arqueológicos anteriores ligados ao Projeto Amazônia Central (PAC), vinculado ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) e aos trabalhos de arqueologia ligados ao Gasoduto Coari-Manaus (Neves, 2010).

2.3.6.5- Levantamentos Bibliográficos

Os levantamentos pautaram-se em pesquisas arqueológicas anteriores realizadas na Amazônia e, especificamente, na região do médio-baixo Solimões. Foram consultados os relatórios técnicos do Gasoduto Coari-Manaus e do Projeto PIATAM (Possíveis Impactos Ambientais no Transporte Fluvial de Petróleo e Gás Natural na Amazônia), ligado ao Centro de Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Amazonas (CCA-UFAM), bem como Teses e Dissertações Acadêmicas no âmbito da arqueologia e áreas afins.

O levantamento dos sítios arqueológicos registrados no CNSA ocorreu em pesquisa realizada no site do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural (IPHAN). No que tange aos aspectos socioeconômicos do município de Caapiranga, os perfis foram construídos a partir do site do Governo do Estado do Amazonas.

2.3.6.6- Levantamentos Oraís na Área de Impacto

As informações orais foram coletadas junto aos moradores próximos das áreas prospectadas, visando construir um registro histórico acerca das dinâmicas culturais relativas ao uso do espaço e do tempo no local. Tal procedimento tem um alto potencial para revelar sítios arqueológicos e históricos, tanto em contextos de terra firme quanto de várzea, e, também, os sítios em areais.

O conhecimento empírico das populações locais acerca dos processos naturais e culturais que delineiam a história que se quer investigar, certamente as torna imprescindíveis para a efetivação de um registro sistêmico da área alvo das prospecções de superfície e subsuperfície. Exemplos disso são as áreas de ocorrência de Terra Preta de

Índio (TPI) – solos antropogênicos extremamente férteis, hoje muito procurados para agricultura – e os próprios afloramentos de vestígios cerâmicos.

2.3.6.7- Prospecções de Superfície na ADA

O rio Solimões é caracterizado por águas brancas, que transportam partículas aluviais desde a cadeia montanhosa dos Andes até a foz do rio Amazonas, no Estado do Pará. Suas várzeas passam por processos sazonais de cheia e vazante do rio, chegando a expor platôs elevados que, na maioria das vezes, comportam os sítios arqueológicos já estudados. Os solos aluviais presentes nestas várzeas se configuram pela alta fertilidade em decorrência da deposição de nutrientes trazidos pelo processo natural de cheia e vazante do rio. Nos meses de maio até setembro o rio se apresenta altamente piscoso, com grande variabilidade de pescado. As chamadas várzeas amazônicas, características do rio Solimões, tem extensões que variam de alguns metros até muitos quilômetros, alterando a paisagem conforme a dinâmica do rio.

Na Amazônia, a imensa quantidade de vestígios arqueológicos e seu elevado apreço estético despertaram grande interesse por parte de moradores locais, arqueólogos e viajantes. Nem sempre tais interesses convergiram para uma busca pela reconstrução da história e dos modos de vida das populações que viveram nessa área no passado. Para fins analíticos, podemos dividir a história das pesquisas arqueológicas na Amazônia em dois períodos principais (Neves, 1999; Barreto, 1992).

Na segunda metade do século XIX, os trabalhos se desenvolveram com o intuito de se obter coleções: cerâmicas decoradas Marajoaras, Santarém, Cunani, Miracanguera, peças estas que sempre despertaram interesse de pesquisadores, colecionadores e até mesmo contrabandistas. Este período coincidiu com o início das escavações em busca de vestígios de populações extintas na região amazônica. Ainda em 1857, Barbosa Rodrigues pesquisou sítios arqueológicos nos vales dos rios Tapajós, Nhamundá, Trombetas, Urubu, dentre outros. Também neste período começaram as explorações dos chamados “tesos” localizados na Ilha de Marajó/PA. Desde então, sítios devidamente conhecidos e identificados passaram a atrair novos exploradores na busca dos vestígios, como os pesquisadores Charles Hartt e Ferreira Penna. Além de recolher inúmeras peças arqueológicas, estes primeiros historiadores estavam interessados em interpretar a origem das culturas e estabelecer sequencias regionais para os sítios arqueológicos estudados, privilegiando o entendimento de mudanças no estilo do material depositado (Brochado e Lathrap 1982, Neves 1999).

Além desses estudiosos, outros pesquisadores de renome se destacam por terem realizado estudos exaustivos sobre cultura material e a pré-história da região

amazônica durante a primeira metade do século XX, como o etnólogo Curt Nimuendajú, Erland Nordenskiöld, e Helen Palmatary.

O segundo período se refere ao pós-guerra e remonta às idéias desenvolvidas por LOWIE e STEWARD (1948) com o conceito de cultura de floresta tropical, que consistia no movimento migratório de ocupação vindo do noroeste da América do Sul chegando até as Antilhas com o mesmo padrão cultural tradicional e até a foz do rio Amazonas subindo o rio continente adentro, até a floresta tropical.

Desta perspectiva, devido a vários fatores do ambiente tropical, este grupo teria perdido seu padrão cultural, ‘retrocedendo’ culturalmente em razão do ambiente tropical. Esta seria uma justificativa para o início do povoamento do território correspondente à floresta tropical amazônica.

Uma grande mudança deste enfoque se dá no final da década de 1940 e começo de 1950, quando o Brasil vive um momento de formação de duas linhas teóricas que dividiram a Arqueologia brasileira em dois pólos – perceptíveis até os dias de hoje: a linha de pesquisa norte-americana trazida pelo casal de arqueólogos Betty Meggers e Clifford Evans, quando de suas pesquisas na foz do rio Amazonas (1949/1950), e a linha de pesquisa francesa trazida por Joseph Emperaire e Annette Laming que, em 1954 quando de suas pesquisas nos sambaquis do Paraná e São Paulo.

Particularmente, Meggers e Evans pesquisaram a foz do rio Amazonas para testar o modelo de ocupação do continente sul-americano criado por Steward (1949-1950), que partia da prerrogativa de que esses povos – portadores de um padrão cultural denominado “Cultura de Floresta Tropical” (Lowie, 1948) – seriam oriundos das terras altas andinas, ocupando a bacia Amazônica a partir de um movimento migratório. Dentro das bases do determinismo ecológico, sugeriram que estes povos teriam ‘retrocedido’ culturalmente devido às limitações ambientais impostas pela Floresta Tropical.

Ainda, baseada em estudos de quatro grupos indígenas a eles contemporâneos e de dois grupos extintos (que constavam nos relatos e crônicas da época da colonização), Meggers definiu dois padrões de assentamento distintos: o ambiente de terra firme e o de várzea (1971). Os grandes sítios foram interpretados como resultados de múltiplas reocupações ou sucessivas fases ao longo do tempo.

Outra importante atuação do casal norte-americano à arqueologia brasileira e amazônica foi sua participação no Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), em 1965, com a finalidade de mapear os sítios arqueológicos do Brasil e definir suas fronteiras culturais. Posteriormente, em 1977, também criaram o PRONAPABA com a finalidade de dar continuidade ao reconhecimento dos sítios arqueológicos da bacia Amazônica, com vários pesquisadores brasileiros.

Para contrapor o modelo interpretativo de Meggers, Donald Lathrap lança um segundo modelo interpretativo da pré-história amazônica, que propunha um padrão em que todos os sistemas agrícolas da América do Sul teriam se derivado de um sistema antigo de cultura de mandioca, centrado nas várzeas da Amazônia ou norte da América do Sul, propondo que o centro de desenvolvimento cultural estaria localizado nas proximidades da cidade de Manaus/AM.

Este chamado modelo cardíaco, foi posteriormente desenvolvido nos trabalhos de outros pesquisadores (Brochado e Lathrap 1982). Para Lathrap (1970), o desenvolvimento cultural na Amazônia estaria relacionado às origens das principais plantas cultivadas, sendo uma das mais importantes, a mandioca, domesticada a mais de sete mil anos atrás. Postulava ainda que, devido à uniformidade dos utensílios encontrados nos sítios arqueológicos da bacia amazônica, o desenvolvimento cultural da região teria ocorrido a partir das primeiras levas migratórias para o continente americano (idem).

Já na década de 1980, opondo-se as proposições de Meggers, a arqueóloga norte-americana Anna Roosevelt, sugeriu que o cultivo do milho associado a outros meios favoráveis teria proporcionado o desenvolvimento das sociedades complexas com organização social que pode ser chamada de Cacicado, que teriam se desenvolvido de forma autóctone sem influência dos Andes. A pesquisadora identificou outros sítios pré-cerâmicos muito antigos, com datações radiocarbônicas de até 11 mil anos A.P, e também as cerâmicas mais antigas da América, com datas de 7 mil anos A.P.

A proposição, por Denevan (1996), do chamado Bluff Model, veio no sentido de romper com a dicotomia várzea – terra-firme. Tal modelo sugere um sistema subsistência pré-colonial baseado na exploração tanto dos recursos de terra firme quanto dos recursos de várzea. Estes locais estariam livres de cheias e estrategicamente permitiriam explorar a várzea e a terra firme, e parecem corroborar os achados arqueológicos encontrados na área do Rio Solimões particularmente.

As hipóteses gerais anteriormente mencionadas, especialmente aquelas de D. Lathrap, estavam compostas em modelos que careciam de dados empíricos. Tal controvérsia motivou o surgimento do Projeto Amazônia Central (PAC), criado em 1995, por Eduardo Góes Neves, James Petersen e Michael Heckenberger.

A proposta foi justamente testar as hipóteses antagônicas de Lathrap e Meggers como forma de compreender ocupação da bacia amazônica (Neves, 2003). Pesquisas arqueológicas mais recentes, particularmente aquelas empreendidas no Xingu (Michael Heckenberger) e na Amazônia Central (PAC) têm, portanto, complexificado o âmbito dessas discussões para além de modelos dicotômicos, explorando toda a diversidade sócio-ambiental da Amazônia presente e pretérita (Lima, 2008).

2.3.6.8- Contextualização

2.3.6.8.1-Parâmetros Teóricos das Pesquisas Arqueológicas na Amazônia

Na Amazônia, a imensa quantidade de vestígios arqueológicos e seu elevado apreço estético despertaram grande interesse por parte de moradores locais, arqueólogos e viajantes. Nem sempre tais interesses convergiram para uma busca pela reconstrução da história e dos modos de vida das populações que viveram nessa área no passado. Para fins analíticos, podemos dividir a história das pesquisas arqueológicas na Amazônia em dois períodos principais (Neves, 1999; Barreto, 1992).

Na segunda metade do século XIX, os trabalhos se desenvolveram com o intuito de se obter coleções: cerâmicas decoradas Marajoaras, Santarém, Cunani, Miracanguera, peças estas que sempre despertaram interesse de pesquisadores, colecionadores e até mesmo contrabandistas. Este período coincidiu com o início das escavações em busca de vestígios de populações extintas na região amazônica. Ainda em 1857, Barbosa Rodrigues pesquisou sítios arqueológicos nos vales dos rios Tapajós, Nhamundá, Trombetas, Urubu, dentre outros. Também neste período começaram as explorações dos chamados “tesos” localizados na Ilha de Marajó/PA. Desde então, sítios devidamente conhecidos e identificados passaram a atrair novos exploradores na busca dos vestígios, como os pesquisadores Charles Hartt e Ferreira Penna. Além de recolher inúmeras peças arqueológicas, estes primeiros historiadores estavam interessados em interpretar a origem das culturas e estabelecer sequencias regionais para os sítios arqueológicos estudados, privilegiando o entendimento de mudanças no estilo do material depositado (Brochado e Lathrap 1982, Neves 1999).

O segundo período se refere ao pós-guerra e remonta às idéias desenvolvidas por LOWIE e STEWARD (1948) com o conceito de cultura de floresta tropical, que consistia no movimento migratório de ocupação vindo do noroeste da América do Sul chegando até as Antilhas com o mesmo padrão cultural tradicional e até a foz do rio Amazonas subindo o rio continente adentro, até a floresta tropical.

Desta perspectiva, devido a vários fatores do ambiente tropical, este grupo teria perdido seu padrão cultural, ‘retrocedendo’ culturalmente em razão do ambiente tropical. Esta seria uma justificativa para o início do povoamento do território correspondente à floresta tropical amazônica.

Uma grande mudança deste enfoque se dá no final da década de 1940 e começo de 1950, quando o Brasil vive um momento de formação de duas linhas teóricas que dividiram a Arqueologia brasileira em dois pólos – perceptíveis até os dias de hoje: a linha de pesquisa norte-americana trazida pelo casal de arqueólogos Betty Meggers e Clifford Evans, quando de suas pesquisas na foz do rio Amazonas (1949/1950), e a linha de

pesquisa francesa trazida por Joseph Emperaire e Annette Laming que, em 1954 quando de suas pesquisas nos sambaquis do Paraná e São Paulo.

Particularmente, Meggers e Evans pesquisaram a foz do rio Amazonas para testar o modelo de ocupação do continente sul-americano criado por Steward (1949-1950), que partia da prerrogativa de que esses povos – portadores de um padrão cultural denominado “Cultura de Floresta Tropical” (Lowie, 1948) – seriam oriundos das terras altas andinas, ocupando a bacia Amazônica a partir de um movimento migratório. Dentro das bases do determinismo ecológico, sugeriram que estes povos teriam ‘retrocedido’ culturalmente devido às limitações ambientais impostas pela Floresta Tropical.

Ainda, baseada em estudos de quatro grupos indígenas a eles contemporâneos e de dois grupos extintos (que constavam nos relatos e crônicas da época da colonização), Meggers definiu dois padrões de assentamento distintos: o ambiente de terra firme e o de várzea (1971). Os grandes sítios foram interpretados como resultados de múltiplas reocupações ou sucessivas fases ao longo do tempo.

Outra importante atuação do casal norte-americano à arqueologia brasileira e amazônica foi sua participação no Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), em 1965, com a finalidade de mapear os sítios arqueológicos do Brasil e definir suas fronteiras culturais. Posteriormente, em 1977, também criaram o PRONAPABA com a finalidade de dar continuidade ao reconhecimento dos sítios arqueológicos da bacia Amazônica, com vários pesquisadores brasileiros.

Para contrapor o modelo interpretativo de Meggers, Donald Lathrap lança um segundo modelo interpretativo da pré-história amazônica, que propunha um padrão em que todos os sistemas agrícolas da América do Sul teriam se derivado de um sistema antigo de cultura de mandioca, centrado nas várzeas da Amazônia ou norte da América do Sul, propondo que o centro de desenvolvimento cultural estaria localizado nas proximidades da cidade de Manaus/AM.

Este chamado modelo cardíaco, foi posteriormente desenvolvido nos trabalhos de outros pesquisadores (Brochado e Lathrap 1982). Para Lathrap (1970), o desenvolvimento cultural na Amazônia estaria relacionado às origens das principais plantas cultivadas, sendo uma das mais importantes, a mandioca, domesticada a mais de sete mil anos atrás. Postulava ainda que, devido à uniformidade dos utensílios encontrados nos sítios arqueológicos da bacia amazônica, o desenvolvimento cultural da região teria ocorrido a partir das primeiras levadas migratórias para o continente americano (idem).

Já na década de 1980, opondo-se às proposições de Meggers, a arqueóloga norte-americana Anna Roosevelt, sugeriu que o cultivo do milho associado a outros meios favoráveis teria proporcionado o desenvolvimento das sociedades complexas com organização social que pode ser chamada de Cacicado, que teriam se desenvolvido de

forma autóctone sem influência dos Andes. A pesquisadora identificou outros sítios pré-cerâmicos muito antigos, com datações radiocarbônicas de até 11 mil anos A.P, e também as cerâmicas mais antigas da América, com datas de 7 mil anos A.P.

A proposição, por Denevan (1996), do chamado Bluff Model, veio no sentido de romper com a dicotomia várzea – terra-firme. Tal modelo sugere um sistema subsistência pré-colonial baseado na exploração tanto dos recursos de terra firme quanto dos recursos de várzea. Estes locais estariam livres de cheias e estrategicamente permitiriam explorar a várzea e a terra firme, e parecem corroborar os achados arqueológicos encontrados na área do Rio Solimões particularmente.

As hipóteses gerais anteriormente mencionadas, especialmente aquelas de D. Lathrap, estavam compostas em modelos que careciam de dados empíricos. Tal controvérsia motivou o surgimento do Projeto Amazônia Central (PAC), criado em 1995, por Eduardo Góes Neves, James Petersen e Michael Heckenberger.

A proposta foi justamente testar as hipóteses antagônicas de Lathrap e Meggers como forma de compreender ocupação da bacia amazônica (Neves, 2003). Pesquisas arqueológicas mais recentes, particularmente aquelas empreendidas no Xingu (Michael Heckenberger) e na Amazônia Central (PAC) têm, portanto, complexificado o âmbito dessas discussões para além de modelos dicotômicos, explorando toda a diversidade sócio-ambiental da Amazônia presente e pretérita (Lima, 2008).

2.3.6.8.2- Arqueologia na Região do Médio Baixo Amazonas

O rio Solimões é caracterizado por águas brancas, que transportam partículas aluviais desde a cadeia montanhosa dos Andes até a foz do rio Amazonas, no Estado do Pará.

Suas várzeas passam por processos sazonais de cheia e vazante do rio, chegando a expor platôs elevados que, na maioria das vezes, comportam os sítios arqueológicos já estudados. Os solos aluviais presentes nestas várzeas se configuram pela alta fertilidade em decorrência da deposição de nutrientes trazidos pelo processo natural de cheia e vazante do rio. Nos meses de maio até setembro o rio se apresenta altamente piscoso, com grande variabilidade de pescado. As chamadas várzeas amazônicas, características do rio Solimões, tem extensões que variam de alguns metros até muitos quilômetros, alterando a paisagem conforme a dinâmica do rio.

Nas áreas de interflúvio os sedimentos da formação Solimões são depositados em grandes camadas de latossolo de coloração amarelada ou avermelhada. É importante observar que a escassez das rochas passíveis de lascamento implica diretamente na

ausência de indústrias líticas nos sítios arqueológicos da região do Solimões.

A palavra Solimões provém da terminologia étnica Sorimã, atribuída aos indígenas conhecidos como Sorimões. E, conforme os relatos, passaram a ser chamados de Solimões (Silveira Bueno, 1998, p. 319).

Pesquisas arqueológicas sistemáticas no médio-baixo Solimões têm início com os trabalhos do alemão Peter Hilbert (1968) que, sob a orientação do casal Meggers e Evans, definiram uma seqüência cronológica da ocupação pré-colonial da região.

Esta cronologia envolveu períodos de ocupações de povos ceramistas, com início nos primeiros séculos da Era Cristã até, aproximadamente, o momento do contato, definindo três principais conjuntos, as fases Manacapuru, Paredão e Guarita (idem).

Posteriormente aos trabalhos de Hilbert, deram-se as pesquisas arqueológicas vinculadas aos já mencionados projetos PIATAM e Gasoduto Coari-Manaus, ambos realizados por membros da equipe do PAC (MAE/USP).

Mapa 1 - Localização dos municípios trabalhados.

Tabela de Identificação dos sítios arqueológicos na área de pesquisa (Fonte: Relatório Técnico do Gasoduto Coari-Manaus – Neves 2010, p. 36 a 322)

SÍTIO	MUNICÍPIO	COORDENADAS UTM (ZONA 20M)	IDENTIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO SUMÁRIA
São Jorge II	Caapiranga/AM	708172 E / 9653650 N	Identificado durante a prospecção de abertura da Clareira do Gasoduto -- não escavado.	Sítio cerâmico a céu aberto localizado na comunidade de São Jorge, no acesso entre a Clareira e a faixa diretriz . É formado por dezenas de urnas enterradas que foram parcialmente impactadas pelas edificações das habitações da comunidade.
Arara- Tucupi	Caapiranga/AM	713372 E / 9641398 N	Identificado durante a prospecção da faixa do Gasoduto -- não escavado.	Sítio cerâmico a céu aberto localizado no ramal entre Caapiranga e a comunidade Munguba. Foram encontrados dezenas de fragmentos cerâmicos no leito da estrada por mais de 100m e outros mais numa plantação de côco e cupuaçu do Sr. Clóvis.
Apito	Caapiranga/AM	713865 E / 9642662 N	Identificado durante a prospecção da faixa do Gasoduto – não escavado.	Sítio cerâmico a céu aberto localizado a 1km da faixa diretriz de Caapiranga. Foi visitado por meio da informação oral de um morador da área. É formado por um pacote de terra mulata com cerca de 40cm de espessura e ocorrência de cerâmica. Abaixo deste pacote há um outro, também de terra mulata, só que aumenta a densidade cerâmica caracterizada com bordas extrovertidas, paredes com decoração plástica, decoração pintada e bases de assadores. Presença de eventuais montículos artificiais. Nos locais erodidos pela água é visível o pacote de terra preta e grande quantidade de fragmentos cerâmicos.
Brega	Caapiranga/AM	696552 E / 9636898N	Identificado durante a prospecção da faixa do Gasoduto -- não escavado.	Localizado na linha do ramal que liga Caapiranga até a faixa diretriz. Apresentou fragmentos cerâmicos somente em superfície. Sofreu impactação por atividades de terraplenagem que alargaram um açude já existente. Muitos dos fragmentos foram encontrados no montículo resultante dessa ação.
Patauá (Clareira 26)	Caapiranga/AM	0708230 / 9653742N	Identificado durante a etapa da pré-comunicação – sítio resgatado em junho de 2005.	Localizado na comunidade Membeca, município de Caapiranga. Apresenta uma área de maior concentração de material arqueológico que foi menos impactada pela obra. Possui sedimento argiloso que em geral, não pode ser associado à terra preta e sim à mulata. Nesse sítio foi escavada uma unidade de 1m ² .

2.3.6.9- Conclusão

O município de Caapiranga apresenta grande potencial arqueológico, fato já evidenciado pelas pesquisas arqueológicas relacionadas à implantação do Gasoduto Coari-Manaus, que identificaram cinco sítios arqueológicos ao longo de seu traçado.

A área onde foi realizado o levantamento está localizada a 06 Km da cidade de Caapiranga. Observou-se que o local de prospecção e seu entorno possui uma vegetação formada por capoeira baixa com algumas árvores de médio e grande porte, entre elas: tucumanzeiros, bananeiras (e outros tipos de palmeiras), pés de macaxeira. Vale destacar também que na sua porção oeste encontra-se o ponto de distribuição dos produtos advindos do Gasoduto Coari-Manaus.

Durante o percurso nas adjacências do referido empreendimento não foram encontradas evidências arqueológicas. No entanto, considerando que se trata de uma área importante do ponto de vista arqueológico – frente aos dados levantados pelo Projeto Piatam e pelo Gasoduto Coari-Manaus –, além de sua topografia, consideramos que as áreas de impacto direto (AID) e de influência indireta (AII) que envolve a construção da UTE no município de Caapiranga são de médio potencial arqueológico.

Esquema do caminhamento realizado na área prospectada.

2.3.6.10- RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Foto 13- Início do caminhamento e abertura de trilhas no vértice sudoeste.	Foto 14- Relação de altura entre a superfície original e a estrada.
Foto 15- Técnico em arqueologia próximo ao igarapé delimitador natural do vértice sudeste.	Foto 16- Observação do igarapé e estudo da possibilidade de travessia.
Foto 17- Deslocamento interno da equipe em direção ao vértice nordeste.	Foto 18- Plantas que indicam intervenção humana no local de estudo.
Foto 19- Abertura da trilha de prospecção em direção ao vértice noroeste.	Foto 20- Sedimento de coloração escura encontrado no deslocamento na linha de prospecção norte.

Foto 21- Igarapé que divide a área em duas partes e que foi atravessado pela equipe.	Foto 22- Trilha encontrada na extremidade norte depois de realizada a travessia do igarapé.
Foto 23- Extremidade nordeste, do outro lado do igarapé e o fundo da casa de farinha.	Foto 24- Plantação de macaxeira encontrada na extremidade norte e sem vestígios.
Foto 25- Técnico em arqueologia observando a concentração de solo em volta das plantas.	Foto 26- Início da abertura das trilhas de prospecção Leste e Oeste. Casa de farinha comunitária a sul.
Foto 27- Mesmo ponto da foto anterior, porém na direção norte.	Foto 28- Assistente de campo realizando a abertura das trilhas no interior da área estudada.

Foto 29- Detalhe do tamanho da vegetação em relação ao assistente de campo.	Foto 30- Técnico em arqueologia observando a superfície em busca de vestígios arqueológicos.

Fotos Margaret Cerqueira e Leandro Camilo da Silva 2010.

3 – IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

3.1- METODOLOGIA UTILIZADA

Este tópico foi desenvolvido buscando a melhor forma de identificação e avaliação dos impactos potenciais decorrentes do empreendimento, considerando-se sempre a relação causa/efeito.

Para a interpretação/classificação/valoração dos impactos ambientais, é feita uma análise criteriosa que permite estabelecer um prognóstico sobre eles, adotando-se os atributos listados abaixo.

3.1.1.- TIPO OU FORMA DE INCIDÊNCIA DO IMPACTO

Este atributo para classificação do impacto considera a consequência do impacto ou de seus efeitos em relação ao empreendimento, podendo ser classificado como:

Direto : quando o impacto é resultante de uma simples relação de causa e efeito;

Indireto: quando o impacto é resultante de uma reação secundária em relação à ação, ou quando é parte de uma cadeia de reações. De modo geral, impactos indiretos são decorrentes de desdobramentos consequentes dos impactos diretos.

3.1.2- CATEGORIA DO IMPACTO

O atributo categoria do impacto considera a sua classificação em positivo (benéfico) ou negativo (adverso), respectivamente, quando a ação resulta em melhoria ou prejuízo da qualidade de um fator ou parâmetro ambiental/social.

3.1.3- ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A definição criteriosa e bem delimitada das áreas de influência de um determinado empreendimento permite a classificação da abrangência de um impacto em:

Impacto Local: quando este ou seus efeitos ocorrem ou se manifestam somente na área de influência direta definida para o empreendimento;

Impacto Regional: quando este ou seus efeitos ocorrem ou se manifestam também na área de influência indireta definida para o empreendimento;

Impacto Estratégico: quando este ou seus efeitos se manifestam em áreas que extrapolam as Áreas de Influência definidas para o empreendimento, contudo, sem se apresentar como condicionante para ampliar tais áreas.

3.1.4- DURAÇÃO OU TEMPORALIDADE

Este atributo de classificação/avaliação corresponde ao tempo que o impacto pode ser verificado na área em que se manifesta, variando como temporário, permanente ou cíclico. Adotam-se os seguintes critérios para classificação em temporário ou permanente:

Temporário: Quando um impacto cessa a manifestação de seus efeitos em um horizonte temporal definido ou conhecido;

Permanente: Quando um impacto apresenta seus efeitos estendendo-se além de um horizonte temporal definido ou conhecido, ou seja, pode ser considerado que ocorre por toda a vida útil do empreendimento;

Cíclico: Quando um impacto cessa a manifestação de seus efeitos em um horizonte temporal definido, porém, volta a repetir-se de forma sistemática ao longo do empreendimento. De modo geral, os períodos de repetição das ações que geram o impacto são conhecidos e planejados.

3.1.5- GRAU DE REVERSIBILIDADE

A classificação de um impacto segundo este atributo considera as possibilidades de ele ser reversível ou irreversível, para o que são utilizados os seguintes critérios:

Reversível: Quando é possível reverter a tendência do impacto ou os efeitos decorrentes das atividades do empreendimento, levando-se em conta a aplicação de medidas para sua reparação (no caso de impacto negativo) ou com a suspensão da atividade geradora do impacto;

Irreversível: Quando mesmo com a suspensão da atividade geradora do impacto não é possível reverter a sua tendência.

3.1.6- PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO

Este atributo de um impacto considera o tempo para que ele ou seus efeitos se manifestem, desde a ação geradora, independentemente de sua área de abrangência, podendo ser classificado como imediato, de médio prazo ou de longo prazo. Procurando atribuir um aspecto quantitativo de tempo para este atributo, de forma a permitir uma classificação geral segundo um único critério de tempo, a metodologia utilizada se baseou nos critérios sugeridos por Rhode (1988), considerando-se a temporalidade para todos os impactos, como se segue:

Imediato: 1 ano ou menos.

Médio Prazo: 1 a 10 anos.

Longo Prazo: Acima de 10 anos.

3.1.7- MAGNITUDE

Este atributo considera a intensidade com que o impacto pode se manifestar, isto é, a intensidade com que as características ambientais podem ser alteradas, adotando-se uma escala nominal de fraca, média, forte ou variável.

A classificação de um impacto segundo o atributo magnitude consolida também a avaliação de todos os outros atributos de classificação anteriormente citados, na medida em que realiza o balanço da classificação desses atributos, além de avaliar a intensidade e a propriedade cumulativa e sinérgica de cada impacto identificado e avaliado.

Sempre que possível, a valoração da magnitude de um impacto se realiza segundo um critério não subjetivo, o que permite uma classificação quantitativa dele, portanto, mais precisa.

Todavia, observa-se que a maior parte dos impactos potenciais previstos não é passível de ser mensurada quantitativamente, dificultando a comparação entre os efeitos decorrentes do empreendimento com a situação anterior à sua instalação, não permitindo, assim, uma valoração objetiva com relação à magnitude dos impactos. Desta forma, na maior parte dos casos, há necessidade de utilizar critérios subjetivos, baseados principalmente no julgamento dos especialistas envolvidos. Também vale ressaltar que os critérios são variáveis entre os impactos, ou seja, a variação da magnitude pode depender de diferentes critérios, dependendo do impacto em análise.

Para todos os casos, utiliza-se para a sua classificação a escala subjetiva:

Intensidade fraca;

Intensidade média;

Intensidade forte.

Com relação à classificação dos impactos como de magnitude variável, observa-se que correspondem aos impactos cuja magnitude pode variar segundo as diferentes intensidades das ações que geraram este impacto, provocando efeitos de magnitudes diferentes. Procura-se, nestes casos, identificar as diferentes situações de variabilidade do impacto através da descrição de suas consequências conforme cada magnitude possível. Desta forma, para um impacto classificado como de magnitude variável, podendo variar como fraca, média e forte são apresentadas descrições indicando as situações em que sua ocorrência se dará com magnitude fraca, média ou forte.

3.2- IMPACTOS PROVOCADOS PELAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

3.2.1- INTRODUÇÃO

O critério para qualificação dos impactos provocados pelas emissões atmosféricas, decorrentes de alterações de concentrações de PM_{10} , HCT, NO_x , CO_2 e CO, foi baseado nos valores de incrementos adicionais simulados, nas áreas externas à região industrial para esses poluentes regulamentados.

Incrementos da mesma ordem de grandeza das concentrações atualmente verificadas (dezenas ou unidades) serão causadores de impactos de alta magnitude.

Incrementos de ordem de grandeza inferior às das concentrações atualmente verificadas (unidades ou décimos) serão causadores de impactos de média magnitude.

Incrementos de duas ordens de grandeza abaixo das concentrações atualmente verificadas (décimos ou menores) serão causadores de impactos de baixa magnitude.

No que se refere ao PM_{10} , a importância é estabelecida pela proximidade da concentração com o padrão primário da Resolução CONAMA 03/1990. Para concentrações esperadas abaixo de 15 g/m^3 , a importância pode ser considerada baixa, entre 15 g/m^3 e 30 g/m^3 , média, e acima de 30 g/m^3 , alta.

O HCT e o CO_2 podem ser estabelecidos de acordo com as concentrações simuladas. Para concentrações esperadas com incremento abaixo de 15%, a importância pode ser considerada baixa, entre 15% e 30%, média, e acima de 30%, alta.

Nas áreas habitadas da região, a concentração média ambiental de NO_x deverá, nos próximos anos, sofrer acréscimos que serão mais fortemente dependentes do aumento do tráfego de veículos automotores e das emissões industriais. O valor médio anual admissível pela legislação brasileira é de 100 g/m^3 . Essas características justificam o uso da escala de incrementos maiores que 60 g/m^3 como de impacto de alta magnitude, entre 30 g/m^3 e 60 g/m^3 como de impacto de média magnitude e até 30 g/m^3 como de baixa magnitude, haja vista que concentrações muito mais elevadas que as atuais deverão ser medidas nos próximos cinco a dez anos, considerando-se a tendência atual de crescimento industrial na região.

A magnitude do CO também foi estabelecida pela proximidade da concentração com o padrão primário da Resolução CONAMA 03/1990. Para concentrações esperadas abaixo de 1.500 g/m^3 , a importância pode ser considerada baixa, entre 1.500 g/m^3 e 3.000 g/m^3 , média, e acima de 3.000 g/m^3 , alta.

3.2.1.1- Dados do Equipamento para Geração de Energia.

O equipamento para geração de energia são grupos geradores com motores de combustão interna. Esses grupos não possuem turbinas, nem caldeiras e são refrigerados a água, através de radiadores e possuem ductos para emissão dos gases provenientes da queima do gás natural.

Na foto a seguir, mostramos um exemplo de grupo gerador a gás natural, apenas para melhor compreensão do projeto.

Foto – Exemplo de grupo gerador a gás natural apenas para melhor compreensão do projeto.

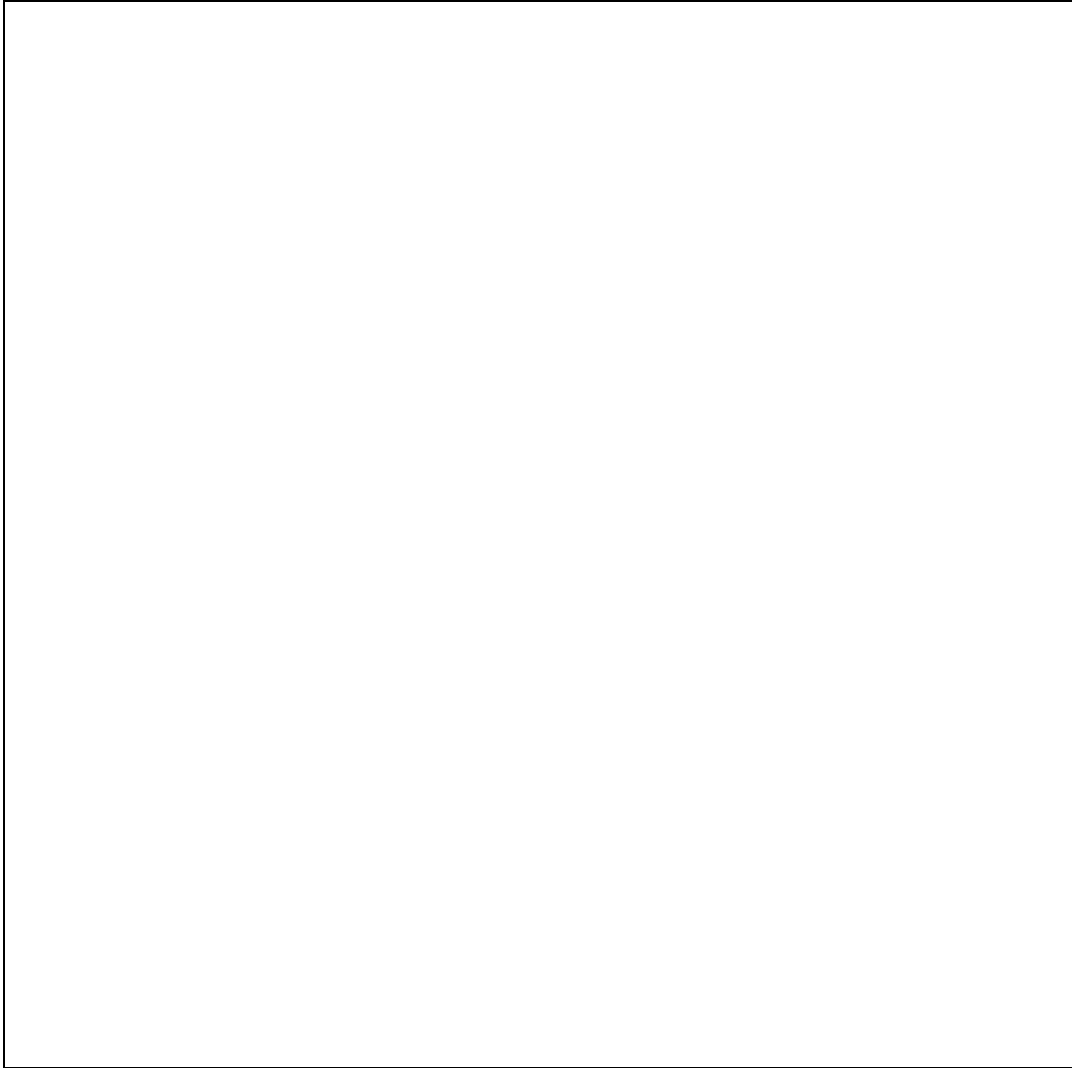
fonte http://www.tecsys.com.br/produto_4.htm

Os grupos geradores a gás natural são projetados para minimizar custos de operação. Usando os mais avançados sistemas de combustão em conjunto com os controles de ignição e anti-detonção, podem assegurar uma combustão otimizada em cada cilindro, garantindo continuamente o desempenho e o nível de emissões. Além disso, os robustos motores propiciam um largo intervalo entre manutenções.

Os dados referentes ao combustível utilizado estão referidos no tópico 1.6 (capacidade de geração e combustível).

3.2.2- IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS SOBRE A QUALIDADE DO AR

A identificação dos impactos é feita nas áreas habitadas da região, neste caso, será avaliadas a localidade de CAAPIRANGA que é a maior comunidade da área.



3.2.2.1- Fase de Implantação

Durante a fase de Instalação do empreendimento, as emissões atmosféricas mais significativas serão constituídas basicamente de material particulado em suspensão (PTS) e partículas inaláveis (PM_{10}) provenientes da limpeza e preparação do terreno para a sua instalação, da abertura de vias de acesso, da movimentação de cargas, da intensificação de tráfego de veículo ou barcos, das máquinas em atividades na obra e da construção civil nas escavações para instalação de pilares de sustentação das estruturas a serem edificadas.

Todas essas atividades citadas apresentam potencial para geração e suspensão de poeira no ar em virtude da ação eólica, da movimentação de materiais e das

máquinas em vias não pavimentadas, tratando-se de material particulado com granulometria em sua maior parte superior a 100 micrômetros, com agregação e abrangência de, no máximo, dezenas de metros. Portanto, é esperado que a abrangência espacial dessas emissões fique restrita à área da UTE CAAPIRANGA em virtude do solo úmido existente no local o que minimiza a dispersão de material particulado.

As emissões de gases oriundos dos escapamentos de veículos e máquinas que irão trabalhar nas obras dessa fase também poderão contribuir para a alteração da qualidade do ar da área interna do empreendimento e nas vizinhanças. Entretanto, não deverão ocorrer contribuições significativas que comprometam a qualidade do ar na região de entorno.

Portanto, o impacto será negativo, direto, de fraca magnitude, de abrangência local, de duração temporária e reversível, pois, concluída esta fase, a sua causa desaparecerá e os seus efeitos deixarão de existir. Trata-se também de um impacto que apresenta potencialidade de se fazer sentir tão logo sejam iniciadas as atividades previstas, ou seja, um impacto imediato.

3.2.2.2- Fase de Operação

Ao comparar as emissões atuais com as concentrações ambientais regulamentadas pela legislação vigente para qualidade do ar (Resolução CONAMA n.º 03/1990), verifica-se que na área de abrangência da UTE CAAPIRANGA, o impacto sobre a qualidade do ar dar-se-á por monóxido de carbono (CO), dióxido de carbono (CO₂), hidrocarbonetos totais (HCT), óxidos de nitrogênio (NO_x).

O prognóstico dos impactos sobre a qualidade do ar na fase de operação foi obtido por meio de simulações que traçam o que será provável de acontecer no futuro, quando a UTE CAAPIRANGA estiver em operação no ano todo. Também se pode ter um maior controle dessas emissões desde que se tenha um programa estruturado de medições contínuas nas principais fontes de emissões dos poluentes atmosféricos citados acima CO, CO₂, HCT e NO_x.

Conforme apresentado na tabela 3.1 as médias anuais das concentrações dos poluentes CO, CO₂, HCT, NO_x, PM₁₀ e SO₂, pode-se avaliar a magnitude e a importância dos impactos segundo os critérios já estabelecidos para a localidade de CAAPIRANGA. Os sinais que antecedem as magnitudes indicam se o impacto é positivo ou negativo

Tabela 3.1- Magnitude e importância dos impactos nos pontos de máxima concentração anual (exceto o CO que é dado pela média de 8 horas) na localidade de CAAPIRANGA em virtude das emissões da UTE .

PARÂMETRO	LOCALIDADE DE CAAPIRANGA			IMPACTO	
	DIAGNÓSTICO ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	PROGNÓSTICO ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	PERCENTUAL DE AUMENTO		
CO	< 5,0	< 8,0	60	Magnitude	- Alta
				Importância	Baixa
CO ₂	-	< 3.000,0	3.000	Magnitude	- Alta
				Importância	Baixa
HCT	< 5,0	< 5,3	6	Magnitude	- Baixa
				Importância	Baixa
NO _x	< 5,0	< 5,1	2	Magnitude	- Baixa
				Importância	Baixa
PM ₁₀	< 5,0	< 5,0	0	Magnitude	Baixa
				Importância	Baixa
SO ₂	< 5,0	< 5,0	0	Magnitude	Baixa
				Importância	Baixa

Os impactos cujas magnitudes são precedidas pelo sinal (-) foram considerados negativos, ou seja, apresentam um aumento na ocorrência do parâmetro estudado.

Portanto, para a alteração da qualidade do ar pelo aumento das concentrações ambientais de CO, CO₂, HCT, NO_x, PM₁₀ e SO₂, há um impacto direto, negativo, local, permanente, reversível e imediato.

Esse impacto ocorre na área de influência direta onde os níveis de poluentes que alcançarem o valor de 0,5% dos valores estabelecidos pelo padrão primário anual para o NO_x, e média de 8 horas para o CO, exceto o HCT que foi adotado o valor de 5% do valor do ponto de máxima concentração. E que o NO_x e o HCT são os principais poluentes delimitadores dessa área.

Assim, não se faz necessário o monitoramento da qualidade do ar na região na cidade de CAAPIRANGA, que é a comunidade mais próxima ao empreendimento, tendo em vista que o empreendimento está localizado em região afastada do centro urbano e em virtude de seu baixo potencial poluidor, por ser tratar de uma UTE de baixa potência. Além disso, os ventos predominantes da região indicam uma baixa contribuição da UTE na qualidade do ar de CAAPIRANGA.

3.3- IMPACTOS PROVOCADOS PELOS EFLUENTES LÍQUIDOS

Os efluentes líquidos (de origem humana e industrial) podem ocasionar poluição físico-química e biológica superficial do solo e das águas de superfície. As causas são as mais diversas, dentre elas:

Extravasamento do sumidouro por deficiência de drenagem.

Derrame acidental de óleos limpos ou contaminados.

Ineficiência da Caixa Separadora de Água e Óleo.

Transbordo das CSAO por falta de manutenção.

Nos tópicos a seguir são classificados os impactos nas fases implantação do empreendimento e de operação.

3.3.1- FASE IMPLANTAÇÃO

Os efluentes líquidos gerados durante a fase de construção serão decorrentes do uso a água para limpeza, preparação de alimentos, banhos e esgoto sanitário. Como o projeto prevê a construção de um sistema fossa sumidouro para o direcionamento deste tipo de efluente aquoso.

Portanto, os impactos ambientais sobre o solo em decorrência da destinação do efluente líquido gerado, será direto , negativo , local , permanente e imediato .

3.3.2- FASE OPERAÇÃO

Durante a fase operação teremos dois tipos de efluentes aquosos a considerar:

1. Efluentes aquosos de origem humana
2. Efluentes Aquosos da Caixa Sepradora de Água e Óleo.

No que concerne aos efluentes aquosos de origem humana sua destinação continuará sendo o sistema fossa sumidouro, como na fase de implantação.

Com relação aos efluentes aquosos provenientes da caixa separadora de água e óleo deverá ser destinado em ambiente a céu aberto para drenagem e/ou evaporação.

O impacto ambiental sobre o solo, em decorrência da destinação inadequada ou de acidente, do efluente líquido gerado, será direto , negativo , local , permanente e imediato .

3.4- IMPACTOS PROVOCADOS PELOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Os resíduos sólidos podem ocasionar poluição físico-química e biológica superficial do solo e das águas de superfície. As causas são as mais diversas, dentre elas:

Se tornarem nicho para roedores e vetores de doenças.

Ocasionarem poluição visual do ambiente.

Nos tópicos a seguir são classificados os impactos nas fases implantação do empreendimento e de operação.

3.4.1- FASE IMPLANTAÇÃO

Durante a fase de instalação é previsto a geração de resíduos sólidos, abaixo, os quais deverão ser retirados e destinados sob responsabilidade da empresa executora do projeto em conformidade com a legislação pertinente.

Embalagens de plástico e papel

Resíduos de Cozinha e Restaurante

Sucata de cabos e fios elétricos, lâmpadas e baterias

Sucata de oficina de montagem e manutenção

Resíduos de óleos e graxas

O impacto ambiental gerado em decorrência da destinação dos resíduos sólidos gerados será direto , negativo , local , permanente e imediato .

3.4.2- FASE OPERAÇÃO

Na fase operação é previsto a geração dos seguintes resíduos sólidos, os quais deverão ser retirados e destinados, sob responsabilidade da empresa operadora da usina.

Óleo Lubrificante usado

Resíduos de óleo e graxas da oficina de manutenção

Vasilhames de produtos utilizados na UTE

Sucata de oficina de manutenção

Embalagens de plástico, papel e outros

O impacto ambiental gerado em decorrência da destinação dos resíduos sólidos gerados será direto , negativo , local , permanente e imediato .

3.5- IMPACTOS PROVOCADOS PELOS RUÍDOS E VIBRAÇÕES SONORAS

Os impactos provocados pelos ruídos e vibrações, além do limite determinado pela NBR 10151/2000, podem ocasionar danos à saúde da população do entorno do empreendimento.

Nos tópicos a seguir são classificados os impactos nas fases implantação do empreendimento e de operação.

3.5.1- FASE IMPLANTAÇÃO

Durante a fase de instalação é previsto a geração de ruídos e vibrações decorrentes das atividades de engenharia no canteiro de obra, tais como:

Ruídos provocados por máquinas de terraplenagem.

Ruídos e vibrações decorrentes de bate estacas.

Ruídos provocados pela movimentação de veículos automotivos.

Ruídos provocados pela descarga de materiais de construção.

O impacto ambiental gerado em decorrência da destinação dos resíduos sólidos gerados será direto, negativo, local, temporário, reversível, imediato e pequeno.

3.5.2- FASE OPERAÇÃO

Durante a fase operação os ruídos e vibrações serão decorrentes do funcionamento dos grupos geradores, como o projeto prevê que os mesmos funcionarão confinados em um galpão. Assim, o impacto ambiental gerado será: direto, negativo, local, permanente, irreversível, imediato e pequeno.

3.6- IMPACTOS PROVOCADOS SOBRE O MEIO BIÓTICO.

3.6.1- FASE IMPLANTAÇÃO

Durante a fase de instalação haverá supressão de vegetação, atividades de terraplenagem e aterros e da construção civil, o que provocará a artificialização do local. O impacto ambiental gerado será: direto, negativo, local, permanente, irreversível, imediato e pequeno, visto que no diagnóstico realizado a área de intervenção não constitui habitat especial e nem possui espécies vegetais e animais em risco de extinção ou em estado de proteção.

3.6.2- FASE OPERAÇÃO

Na fase de operação, como se trata de geração de energia elétrica, não é previsto nenhuma intervenção sobre o meio biótico, além, das realizadas na fase de instalação, não havendo previsão de outros impactos sobre o meio biótico.

3.7- IMPACTOS SOBRE O MEIO SOCIO ECONÔMICO

3.7.1- FASE IMPLANTAÇÃO

Durante os serviços de instalação do projeto haverá oferta de empregos diretos e indiretos para a população local, bem como, maior pressão de compra de material para a construção civil e de bens de consumo. É previsto um aumento da taxa de ocupação na rede hoteleira. O impacto sobre o meio sócio econômico, portanto, será: positivo, diretos, local, imediato e temporário.

3.7.2- FASE OPERAÇÃO

Durante a fase operação haverá geração de empregos, oferta de energia elétrica mais limpa e mais confiável o que proporcionará maiores garantias para os investimentos produtivos dependentes de energia elétrica. A locação da UTE na zona rural proporcionará maior qualidade de vida aos cidadãos de Caapiranga, tanto pela eliminação do risco representado por uma Usina dentro da cidade, como no que tange ao conforto de vizinhança. O impacto sobre o meio sócio econômico será: positivo, direto, local permanente, irreversível.

3.8- QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS

Impacto	Manifestação	Símbolo Adotado
Tipo de Incidência	Direto	D
	Indireto	I
Previsibilidade	Previsível	Pr
	Imprevisível	Ip
Magnitude	Pequeno	Pq
	Médio	M
	Grande	G
Efeito do Impacto	Negativo	N
	Positivo	P
Abrangência	Local	L
	Regional	RG
	Estratégico	E
Ação	Simple	S
	Acumulativo	A
	Sinérgico	Sg
Periodicidade	Temporário	T
	Permanente	Pm
	Cíclico	C
Reversibilidade	Reversível	R
	Irreversível	Ir
Prazo para Manifestação	Imediato	Im
	Médio prazo	Mp
	Longo prazo	Lp

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SEGUNDO AS ATIVIDADES E OS PROCESSOS AMBIENTAIS ENVOLVIDOS

Fase: Instalação

Impactos Gerados	Processos Ambientais	Avaliação do Impacto						
		N	Pr	G	D	A	Pm	Ir
Degradação paisagística decorrente da supressão da vegetação e pela terraplenagem.	Provocado pela remoção da vegetação natural existente, retirada da camada orgânica do solo, construção de aterros, compactação.	N	Pr	G	D	A	Pm	Ir
Impactos da instalação do projeto e das atividades desenvolvidas no canteiro de obras sobre as comunidades vizinhas	Provocados pela destinação inadequada dos resíduos de derivado do petróleo utilizados para abastecimento de máquinas e equipamentos que serão utilizados, lixo doméstico do canteiro de obra,	N	Pr	P	D	S	T	R
Impacto produzido pelos ruídos decorrentes da operação de máquinas	Provocado pelas atividades de engenharia e construção	N	Pr	M	D	A	T	R
Impacto decorrente de resíduos da construção civil	Provocados pela destinação indevida de resíduos de edificação, de rede elétrica, de rede hidráulica, Ferragem, residual de minerais utilizados na construção civil,	N	Pr	M	D	A	T	R
Impacto decorrente de efluentes aquosos de origem humana e serviços	Provocados pela destinação de esgoto de origem humana (sistema fossa sumidouro) e de efluentes aquosos contaminados com água e óleo.	N	P	M	D	A	Pm	Ir
Impacto sobre o lençol freático e estabilidade do solo	Provocado pelos serviços de desmatamento, limpeza da área, terraplenagem e compactação de aterros	N	P	G	D	S	Pm	Ir
Impactos dos movimentos de terra nos corpos d'água, a jusante e montante das obras especialmente quanto assoreamento	Provocados pelo escoamento de águas pluviais, erosão e assoreamento do ambientes físicos de cota mais baixa que a do projeto.	N	P	G	D	A	Pm	Ir

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SEGUNDO AS ATIVIDADES E OS PROCESSOS AMBIENTAIS ENVOLVIDOS

Fase: Instalação (cont.)

Impactos Gerados	Processos Ambientais	Avaliação do Impacto						
		N	Pr	G	D	A	Pm	Ir
Impactos no comportamento hidráulico dos corpos d'água afetados.	Provocados pelos serviços de engenharia para as instalações da UTE. Provocados pela diminuição da permeabilidade do solo nos ambientes de aterros. Pelo assoreamento do ambiente aquático pela erosão pluvial desenvolvida no ambiente das encostas.	N	Pr	G	D	A	Pm	Ir
Impactos gerados pelas atividades de navegação e transporte de cargas pesadas.	Provocado pelo aumento das atividades de navegação para atender a demanda de serviços (Bálças, empurradores, motores regionais, voadeiras)	N	Pr	G	I	A	Pm	Ir
Impactos por poluição das áreas dos acampamentos e sítios de trabalho por resíduos não adequadamente dispostos.	Provocados por lançamento de lixo doméstico na área circunvizinha. Provocados por resíduo do trato fisiológico humano, ao redor dos acampamentos.	N	Pr	M	D	S	T	R
Impactos da extração de material para recobrimento das de minerais selecionadas	Provocados pelas atividades de mineração realizadas	N	Pr	M	D	A	Pm	IR
Impacto decorrente do sistema de abastecimento de combustível	Diminuição do risco de acidentes em decorrência da ausência de tancagem de combustível e operações de abastecimento	P	Pr	G	D	A	Pm	Ir
Impactos decorrentes da queima de combustível mais limpo	Melhoria da qualidade física e química das emissões atmosféricas dos grupos geradores	P	Pr	G	D	A	Pm	Ir
Impactos na qualidade da água subterrânea	Provocados pelas atividades de remoção da vegetação, terraplenagem e aterros	N	Pr	P	D	S	Pm	Ir
Impactos na qualidade da água superficial do entorno	Provocados pelas atividades de remoção da vegetação, terraplenagem e aterros e dispersão de efluentes	N	Pr	M	D	S	Pm	Ir

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS ENVOLVIDOS

Fase: Operação

Impactos Gerados	Processos Socioeconômicos	Avaliação do Impacto						
Impactos pela instalação de indústrias.	Aumento dos investimentos produtivos.	P	Pr	G	D	Sq	Pm	Ir
Impactos sobre a população, principalmente, quanto a ruídos e aspectos sociais e econômicos		P	pr	M	D	S	Pm	Ir
Impactos da contribuição do empreendimento para a geração de emprego e renda da população.	Na fase de instalação haverá contratação de mão de obra não qualificada. Na fase de operação haverá oferta de empregos, visto que o sistema será operado por produtor independente de energia elétrica.	P	Pr	Pq	D	S	T	R
Impactos da contribuição do empreendimento para a geração de emprego e renda da população.	Na fase de instalação haverá contratação de mão de obra não qualificada. Na fase de operação haverá oferta de empregos, visto que o sistema será operado por produtor independente de energia elétrica.	P	Pr	Pq	D	S	T	R
Impactos pela oferta de energia elétrica à população com equipamentos mais confiáveis.	Melhoria das condições socioeconômicas da população em geral e dos empreendimentos produtivos.	P	Pr	G	D	Sg	Pm	I
Impactos pela criação de opções tecnológicas para aperfeiçoamento da mão de obra.	Aumento da demanda pela formação de mão de obra especializada.	P	Pr	G	D	Sq	Pm	Ir
Impactos pelo aumento do número de empregos diretos e indiretos	Expansão e diversificação da oferta de trabalho.	P	Pr	G	D	Sq	Pm	Ir

4 – PROGNÓSTICO AMBIENTAL

4.1- DAS EMISSOES ATMOSFÉRICAS

4.1.1- CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Neste capítulo serão descritas as emissões atmosféricas geradas em decorrência da implantação e operação das plantas da UTE CAAPIRANGA, considerando:

as fontes de geração;

a caracterização qualitativa e quantitativa destas fontes;

a descrição dos sistemas e equipamentos de controle de emissões atmosféricas;

o combustível utilizado;

a meteorologia utilizada na modelagem de qualidade do ar;

as emissões atmosféricas geradas na fase de operação da UTE CAAPIRANGA;

a modelagem matemática de dispersão de poluentes atmosféricos gerados na operação do empreendimento.

As principais emissões atmosféricas decorrentes da atividade de produção de energia elétrica, da UTE CAAPIRANGA, a gás natural, constituem-se de óxidos de nitrogênio (NO_x), monóxido de carbono (CO) e hidrocarbonetos totais (HCT), podendo também ser emitidos o material particulado inalável (PM_{10}) e dióxido de enxofre (SO_2). Também é emitido dióxido de carbono (CO_2) fruto da combustão, que não é considerado um poluente atmosférico, mas somente um gás de efeito estufa.

A seguir é feito o diagnóstico das fases de implantação e operação da UTE CAAPIRANGA.

4.1.2- FONTES DE GERAÇÃO DE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

Para as fases de implantação e operação, as fontes de emissões atmosféricas serão classificadas em três tipos:

Fontes fixas pontuais: estarão presentes na fase de operação, pelas chaminés dos motogeradores de combustão interna, onde serão emitidos gases e particulados originados da combustão entre o ar atmosférico e o combustível;

Fontes fixas fugitivas: estarão presentes principalmente na fase de implantação e o poluente gerado será o material particulado. São caracterizadas por não serem captadas por meio de chaminés antes do lançamento das emissões na atmosfera e por ocorrerem de maneira desordenada e variável, mesmo em instantes. São potencializadas sob a ação do vento, movimentação de materiais e tráfego de

veículos, como por exemplo, a terra removida durante as operações de preparação do terreno e a movimentação de veículos nas vias não pavimentadas de tráfego interno. Na fase de operação este tipo de fonte será representado pela movimentação de veículos nas vias pavimentadas de tráfego interno;

Fontes móveis: são representadas pelos veículos de transporte de cargas e de passageiros e máquinas utilizadas na fase de implantação tais como: barcos, caminhões, ônibus, tratores, pás-carregadeira e outros. Na fase de operação serão os veículos de transportes que representarão este tipo de fonte. As fontes móveis irão gerar gases e material particulado para atmosfera, provenientes dos seus motores.

4.1.2.1- Fase de Implantação

As atividades modificadoras do meio ambiente para a fase de implantação estão relacionadas a seguir:

Movimentação de solo : é representada pelas operações de limpeza da área (remoção da camada vegetal); preparação do terreno e movimentação de materiais, através de corte, escavação, aterro, nivelamento do solo, obtenção de material de empréstimo e disposição de bota-foras necessários à instalação de canteiro de obras e implantação de vias de acesso;

Construção das plantas de força – UTE CAAPIRANGA : representada pelas obras civis, destinadas à construção de edificações, obras de captação de água e energia, sistemas de coleta, tratamento e disposição de resíduos sanitários e industriais, sistemas de drenagem de águas pluviais e retenção de sólidos sedimentáveis, bases das estruturas metálicas da subestação e da linha de transmissão.

Durante as obras de implantação do empreendimento, o principal poluente gerado será o material particulado (MP), proveniente das atividades de movimentação de solo e construção da planta de força. Essas atividades irão gerar emissões de material particulado para a atmosfera, devido à ação eólica, à movimentação de materiais e ao tráfego de máquinas e veículos sobre vias e áreas não pavimentadas e locais a descobertos. Sendo as vias de tráfego internas não pavimentadas as principais fontes de emissões atmosféricas nessa fase. O volume do material gerado e conseqüentemente exposto à ação dos ventos será fortemente dependente do controle por umectação adotado.

Além dessas, haverá a geração das emissões de óxidos de nitrogênio (NO_x), dióxido de enxofre (SO_2), monóxido de carbono (CO), hidrocarbonetos totais (HCT) e material particulado (MP), provenientes dos motores dos veículos de transportes e máquinas (terraplanagem) e dos geradores de energia eletromecânica utilizados durante essa fase.

A figura 4.1 apresenta o fluxograma da fase de implantação da plantas de força da UTE CAAPIRANGA, mostrando as fontes de emissões atmosféricas, os poluentes gerados e seus respectivos controles.

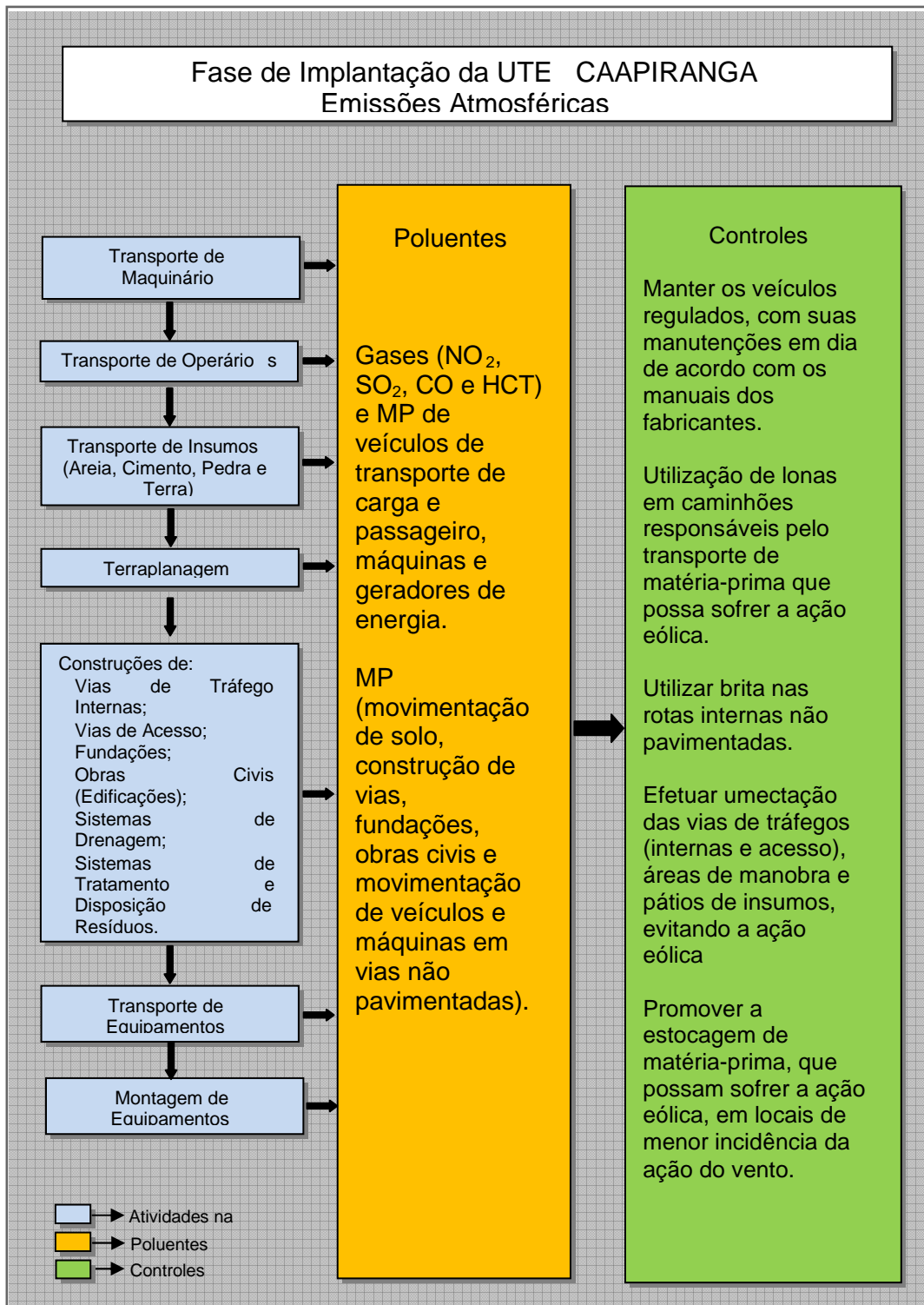


Figura 4.1: Fluxograma da fase de implantação da UTE CAAPIRANGA – fontes, emissões de poluentes atmosféricos e seus sistemas de controle.

4.1.2.2- Fase de Operação

Nesta fase, as principais fontes de emissão atmosférica da UTE CAAPIRANGA serão constituídas pelas 5 (cinco) chaminés originadas da combustão entre o ar e o gás natural dos 5 (cinco) motogeradores da marca GUASCOR POWER, modelo SFGLD 360.

Os principais poluentes gerados nos motogeradores a combustão interna são os óxidos de nitrogênio – NO_x , monóxido de carbono (CO) e hidrocarbonetos totais (HCT), podendo também ser emitidos em menores quantidades o material particulado inalável (PM_{10}) e dióxido de enxofre (SO_2).

O gás natural proporciona uma série de vantagens quando comparado com o óleo Diesel, dentre elas se destacam:

As baixas emissões de fuligem;

Baixos teores de enxofre.

Por esta razão as emissões de PM_{10} e de SO_2 são diretamente relacionadas a quantidade de fuligem e ao teor ou concentração de enxofre contido no gás natural, respectivamente. O PM_{10} e SO_2 aparecerão em quantidade significativa se for utilizado como combustível o óleo pesado. Em virtude das características do gás natural a ser utilizado, com baixa emissão de fuligem e com baixa concentração de enxofre total (menor que 1,02 mg/m³ de S total), as emissões de PM_{10} e SO_2 não serão significativas, e portanto, consideradas desprezíveis. Esta conclusão somente é feita pelo fato do combustível ser o gás natural, caso contrário, estes dois poluentes devem ser considerados nas simulações.

A formação do NO_x está diretamente relacionada às temperaturas elevadas que ocorrem durante o processo de combustão e do teor de nitrogênio contido no combustível.

As emissões de CO, HCT nas chaminés são resultados da combustão incompleta entre o ar e o combustível utilizado. As emissões de CO_2 são provenientes da combustão completa entre o ar e o combustível utilizado.

Outras fontes de menor potencial poluidor também podem gerar emissões de NO_x , SO_2 , CO, HCT e PM_{10} , provenientes dos motores dos veículos de transportes (motores a Diesel, gasolina, álcool e GNV), do gerador de emergência (motores a Diesel) e do trocador de calor de óleo lubrificante, utilizados durante essa fase. As vias pavimentadas de tráfego interno também é outra fonte de menor potencial poluidor, com geração de material particulado para a atmosfera.

As principais fontes de emissões atmosféricas originadas na operação da Usina Termoelétrica de CAAPIRANGA e seus respectivos poluentes estão apresentadas na Tabela 4.1 e a Figura 4.2 ilustra essas fontes de emissões atmosféricas.

Tabela 1: Principais fontes de emissão atmosférica da UTE CAAPIRANGA.

TERMOELÉTRICA	FONTES EMISSORAS	POLUENTES EMITIDOS
UTE CAAPIRANGA	5 Chaminés dos motogeradores de combustão interna – GUASCOR POWER SFGLD 360.	NO _x , CO, HCT e CO ₂

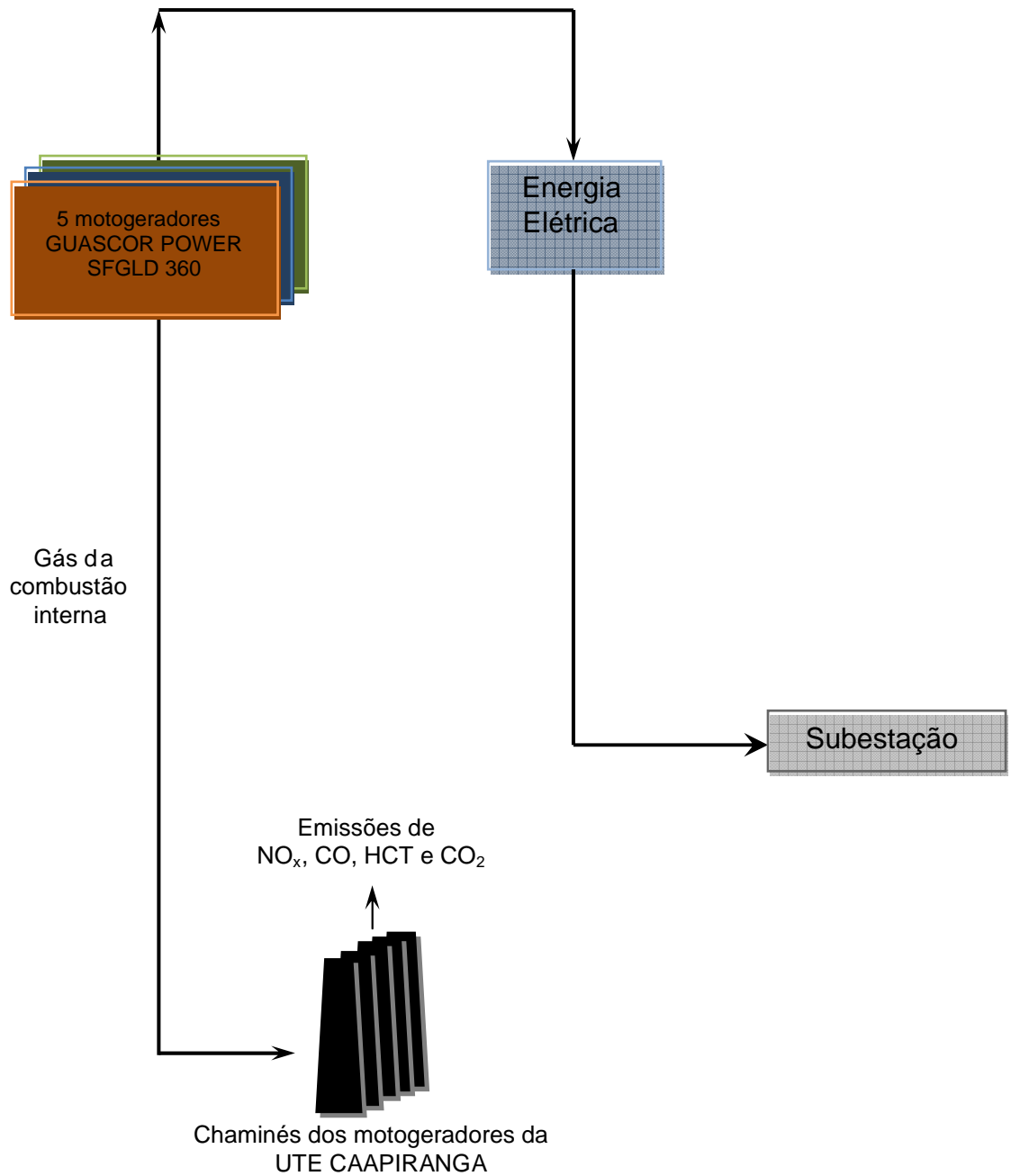


Figura 4.2- Fluxograma do processo de produção de energia elétrica da UTE CAAPIRANGA a gás natural.

4.1.3- CARACTERIZAÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DA S EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

4.1.3.1- Fase de Implantação

Nesta fase do empreendimento, a geração de emissão de material particulado será proveniente das atividades de movimentação de solo e construção das UTE CAAPIRANGA, em virtude da ação eólica, à movimentação de materiais e ao tráfego de máquinas e veículos. A emissão de material particulado nesta fase, com o devido controle por umectação, apresenta granulometria de partículas superiores que 10 micrômetros e menores a 100 micrômetros, oriundos de solos, com agregação e abrangência de, no máximo, dezenas de metros.

Na implantação, a principal fonte de emissões de particulado será gerada pela atividade de tráfego de máquinas e veículos em vias não pavimentadas, entretanto este impacto é minimizado ao máximo tendo em vista os acessos fluviais na região.

As emissões de particulados que ocorrem sempre que veículos trafegam sobre uma superfície não pavimentada são derivadas das emissões diretas dos escapamentos dos veículos, do uso do freio, do uso do pneu e da re-suspensão do material livre na superfície da estrada. Em condições gerais, as emissões de re-suspensão de particulados em estradas não asfaltadas são originadas da camada de material livre na superfície que é retro-alimentada sobre esta superfície proveniente desta e de outras fontes.

Quando um veículo trafega em um local não pavimentado, a força dos pneus sobre o solo causa uma pulverização no material dessa superfície. As emissões de material particulado ocorrem, quando as partículas são desprendidas da superfície do solo, pelo movimento dos pneus e pela ação dos ventos.

Para o cálculo da estimativa de emissões de material particulado em vias não pavimentadas foi utilizado como referência o “AP-42 – 13.2.2 Unpaved Roads – EPA – U.S. Environmental Protection Agency”.

A Tabela 4.2 apresenta as taxas de emissão de particulados para as vias não pavimentadas, considerando as partículas totais (MPT) e PM₁₀, após o controle de umectação por caminhão pipa.

Tabela 4.2: Taxa de emissão de material particulado estimada para as emissões decorrentes do tráfego de veículos em vias não pavimentadas na fase de implantação da UTE CAAPIRANGA.

FONTES EMISSORAS	TIPO	CONTROLE	EFIC. (%)	Fatores de emissão (g/kvt) ⁽¹⁾		TAXA DE EMISSÃO ⁽²⁾			
				PM ₁₀	MPT	PM ₁₀ (kg/h)	MPT (kg/h)	PM ₁₀ (g/s)	MPT (g/s)
Vias de tráfego internas não pavimentadas	Fugitivas	Umectação das vias	89,0	748,61	2.620,06	0,95	3,33	0,26	0,92

(1) Fatores de emissão sem controle (g/kvt), calculados de acordo com as informações dadas pela Section 13.2.2, “Unpaved Roads”, Compilation of Air Pollutant Emission Factors - AP-42 - EPA.

(2) Considerado na estimativa das emissões a eficiência de controle por umectação das vias.

A umectação das vias para a UTE CAAPIRANGA não se faz necessária, pois trata-se de uma região de constantes alagamentos e de acesso preferencial por barco. Desta forma, as próprias condições locais já minimizam este tipo de impacto, por se tratar de solo já umectado naturalmente.

4.1.3.2- Memorial de cálculo das estimativas de material particulado em vias de tráfego interna, não pavimentada na fase de implantação da UTE CAAPIRANGA

Para os cálculos de emissão de material particulado em vias não pavimentadas foram utilizados fatores de emissão em g/vkt (grama por veículo quilometro trafegado), retirado da Section – 13.2.2 Unpaved Roads, Compilation of Air Pollutant Emission Factors - AP-42 - EPA.

Segue abaixo a equação usada para a determinação dos fatores de emissão:

$$E = k \cdot (s/12)^a \cdot (w/3)^b \quad (\text{lb/vmt}) \quad [\text{Equação 01}]$$

Onde,

$$1 \text{ lb/vmt} = 281,9 \text{ g/vkt}$$

E_{MPT} = Fator de emissão para material particulado total (g/vkt).

$E_{\text{PM}_{10}}$ = Fator de emissão para partículas menores de 10 μm (g/vkt).

s = Teor médio de sedimento do material da superfície do solo - silt (grãos de areia sedimentar de até 0,05mm no máximo) [%].

w = Peso médio dos veículos (tonelada).

k = Constante empírica (fator de multiplicação do tamanho de partícula).

a, b = Constantes empíricas.

vkt – Distância em km percorrido pelo veículo.

Nos cálculos foram adotados os seguintes valores de referência:

s = 8,5 % (Construction Sites);

w = 2,2 t (peso médio dos veículos leves);

w = 27,0 t (peso médio dos veículos pesados);

k, a, b = valores retirados da tabela 13.2.2-2 (Section – 13.2.2 Unpaved Roads, Compilation of Air Pollutant Emission Factors - AP-42 – EPA).

Tabela 4.3: Constantes empíricas – k, a, b (EPA) – Equação 01.

Constantes	Industrial Roads	
	PM ₁₀	MPT
k (lb/VMT)	1.5	4,9
a	0.9	0,7
b	0.45	0,45

As taxas de emissão das vias de tráfego internas não pavimentadas foram calculadas conforme a fórmula geral descrita a seguir:

$$T.E_{MPT \text{ ou } PM_{10}} = ((E_{MPT \text{ ou } PM_{10}} \cdot N^{\circ} \text{ Veículos} \cdot D) \cdot ((100 - E_f)/100)) / (1000 \cdot 24))$$

[Equação 02]

Onde,

T.E_{MPT} = Taxa de emissão para material particulado total (kg/h).

T.E_{PM10} = Taxa de emissão para partículas menores de 10 µm (kg/h).

E_{MPT} = Fator de emissão para material particulado total (g/vkt).

E_{PM10} = Fator de emissão para partículas menores de 10 µm (g/vkt).

Nº Veículos = Número de veículos trafegando nas vias por dia (130 veículos/dia).

D = Distância em km percorrido por veículo (2,13 km percorrido).

E_f = Eficiência de Controle (%).

24 = número de horas por dia (h/dia).

O valor “1000” corresponde à transformação de grama para quilograma.

A eficiência de controle foi estimada através da equação 03.

$$E_f = 62 + 6,7 \cdot M$$

[Equação 03]

Onde,

E_f = Eficiência de Controle (%).

M = Razão de Umidade (teor de umidade da superfície umectada dividido pelo teor de umidade de uma superfície não umectada) [“Fugitive Emissions” – Air Pollution Engineering Manual – Air & Waste Management Association, New York, 1992 e Section – 13.2.2 Unpaved Roads, Compilation of Air Pollutant Emission Factors - AP-42 – EPA].

Foi considerado um teor de umidade de 8,0% para superfície umectada e o teor de 2,0 % para a superfície não umectada, resultando em um M = 4.

4.1.3.3- Fase de Operação

Aqui serão apresentados os resultados das emissões atmosféricas das principais fontes da UTE CAAPIRANGA, considerando: as taxas de emissões de partículas inaláveis menores do que 10 μ m (PM_{10}), óxidos de nitrogênio (NO_x), monóxido de carbono (CO), hidrocarbonetos totais (HCT), dióxido de enxofre (SO_2) e monóxido de carbono (CO_2), emitidas em cada fonte; dados físicos e localização geográfica.

O levantamento das fontes pontuais da UTE CAAPIRANGA foi realizado por meio de informações fornecidas pelo empreendedor junto ao fabricante dos motogeradores GUASCOR POWER, e contemplaram os seguintes dados: características físicas e geométricas (altura e diâmetro da chaminé e vazão e temperatura de saída dos gases de exaustão das chaminés) e as taxas de emissão (g/s, kg/h e t/ano) de PM_{10} , NO_x , CO, CO_2 e HCT. Os dados da altura do solo em relação à fonte e das coordenadas geográficas de localização (UTM) foram fornecidos pelo empreendedor.

4.1.3.4- Padrões de Emissão para as Fontes Fixas Pontuais de Emissões Atmosféricas – Geração de Energia Elétrica

Para as fontes fixas pontuais dos motogeradores a combustão interna a serem instaladas na UTE CAAPIRANGA, não existe legislação brasileira que especifique tais limites de emissão. Portanto, os limites de emissões preconizados nas Resoluções CONAMA 08/90 e 382/2006 não se aplicam ao empreendimento.

EMISSIONES ATMOSFÉRICAS - 2010 - USINA TERMELÉTRICA C AAPIRANGA - GRUPOS GERADORES A GÁS NATURAL - COMBUS TÃO INTERNA - OPERAÇÃO																	
Num.	Fonte Emissora	Tipo	Controle	Combustível	Coord X UTM (m)	Coord Y UTM (m)	Diâmetro Duto (m)	Altura Duto (m)	Altura do Solo (m)	Vazão Gases Duto (m ³ /s)	Temperatura Gases Duto (K)	PM ₁₀ (g/s)	SO ₂ (g/s)	NO _x (g/s)	CO ₂ (g/s)	CO (g/s)	HCT (g/s)
1	Duto 1 - GERADOR SFGLD 360 GUASCOR POWER	Pontual	-	Gás natural	698180	9635641	0.25	9.0	25.0	0.80	631.2	-	-	0.1175	6093.3192	0.1045	0.4178
2	Duto 2 - GERADOR SFGLD 360 GUASCOR POWER	Pontual	-	Gás natural	698178	9635646	0.25	9.0	25.0	0.80	631.2	-	-	0.1175	6093.3192	0.1045	0.4178
3	Duto 3 - GERADOR SFGLD 360 GUASCOR POWER	Pontual	-	Gás natural	698176	9635651	0.25	9.0	25.0	0.80	631.2	-	-	0.1175	6093.3192	0.1045	0.4178
4	Duto 4 - GERADOR SFGLD 360 GUASCOR POWER	Pontual	-	Gás natural	698174	9635656	0.25	9.0	25.0	0.80	631.2	-	-	0.1175	6093.3192	0.1045	0.4178
5	Duto 5 - GERADOR SFGLD 360 GUASCOR POWER	Pontual	-	Gás natural	698172	9635661	0.25	9.0	25.0	0.80	631.2	-	-	0.1175	6093.3192	0.1045	0.4178
Total												0.0000	0.0000	0.5876	30466.5959	0.5223	2.0891
EMISSIONES ATMOSFÉRICAS - 2010 - USINA TERMELÉTRICA C AAPIRANGA - GRUPOS GERADORES A GÁS NATURAL - COMBUS TÃO INTERNA - OPERAÇÃO																	
Num.	Fonte Emissora	Tipo	Controle	Combustível	Coord X UTM (m)	Coord Y UTM (m)	Diâmetro Duto (m)	Altura Duto (m)	Altura do Solo (m)	Vazão Gases Duto (m ³ /s)	Temperatura Gases Duto (K)	PM ₁₀ (kg/h)	SO ₂ (kg/h)	NO _x (kg/h)	CO ₂ (kg/h)	CO (kg/h)	HCT (kg/h)
1	Duto 1 - GERADOR SFGLD 360 GUASCOR POWER	Pontual	-	Gás natural	675625	9606991	0.25	9.0	20.0	0.80	631.2	-	-	0.4231	21935.9490	0.3760	1.5042
2	Duto 2 - GERADOR SFGLD 360 GUASCOR POWER	Pontual	-	Gás natural	675631	9606991	0.25	9.0	20.0	0.80	631.2	-	-	0.4231	21935.9490	0.3760	1.5042
3	Duto 3 - GERADOR SFGLD 360 GUASCOR POWER	Pontual	-	Gás natural	675636	9606991	0.25	9.0	20.0	0.80	631.2	-	-	0.4231	21935.9490	0.3760	1.5042
4	Duto 4 - GERADOR SFGLD 360 GUASCOR POWER	Pontual	-	Gás natural	675642	9606991	0.25	9.0	20.0	0.80	631.2	-	-	0.4231	21935.9490	0.3760	1.5042
5	Duto 5 - GERADOR SFGLD 360 GUASCOR POWER	Pontual	-	Gás natural	675647	9606991	0.25	9.0	20.0	0.80	631.2	-	-	0.4231	21935.9490	0.3760	1.5042
Total												0.0000	0.0000	2.1153	109679.7452	1.8802	7.5209
EMISSIONES ATMOSFÉRICAS - 2010 - USINA TERMELÉTRICA C AAPIRANGA - GRUPOS GERADORES A GÁS NATURAL - COMBUS TÃO INTERNA - OPERAÇÃO																	
Num.	Fonte Emissora	Tipo	Controle	Combustível	Coord X UTM (m)	Coord Y UTM (m)	Diâmetro Duto (m)	Altura Duto (m)	Altura do Solo (m)	Vazão Gases Duto (m ³ /s)	Temperatura Gases Duto (K)	PM ₁₀ (t/ano)	SO ₂ (t/ano)	NO _x (t/ano)	CO ₂ (t/ano)	CO (t/ano)	HCT (t/ano)
1	Duto 1 - GERADOR SFGLD 360 GUASCOR POWER	Pontual	-	Gás natural	675625	9606991	0.25	9.0	20.0	0.80	631.2	-	-	3.7059	192158.9136	3.2942	13.1766
2	Duto 2 - GERADOR SFGLD 360 GUASCOR POWER	Pontual	-	Gás natural	675631	9606991	0.25	9.0	20.0	0.80	631.2	-	-	3.7059	192158.9136	3.2942	13.1766
3	Duto 3 - GERADOR SFGLD 360 GUASCOR POWER	Pontual	-	Gás natural	675636	9606991	0.25	9.0	20.0	0.80	631.2	-	-	3.7059	192158.9136	3.2942	13.1766
4	Duto 4 - GERADOR SFGLD 360 GUASCOR POWER	Pontual	-	Gás natural	675642	9606991	0.25	9.0	20.0	0.80	631.2	-	-	3.7059	192158.9136	3.2942	13.1766
5	Duto 5 - GERADOR SFGLD 360 GUASCOR POWER	Pontual	-	Gás natural	675647	9606991	0.25	9.0	20.0	0.80	631.2	-	-	3.7059	192158.9136	3.2942	13.1766
Total												0.0000	0.0000	18.5296	960794.5680	16.4708	65.8831
Coordenadas em UTM. Elipsóide de referência: WGS-84 As taxas de emissões para os motores SFGLD 360 foram fornecidas pelo empreendedor.																	

4.1.4- SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

4.1.4.1- Fase de Implantação

Para a redução das emissões de material particulado (MP) geradas nas atividades de movimentação de solo e construção do empreendimento, deverão ser adotadas medidas de controle de emissões atmosféricas, tais como: umectação e colocação de brita nas áreas de circulação de veículos e acesso, áreas não pavimentadas e descobertas e pátios de insumos, sendo a operação de umectação através de caminhões-pipa, se for o caso; controle de velocidade dos veículos em toda área do empreendimento; proteção das cargas transportadas em caminhões, que possam sofrer ação eólica, através do recobrimento das carrocerias com lonas, durante a atividade de transporte das matérias-primas (terra e areia) e a utilização de locais com menor interferência em relação à ação dos ventos onde serão estocadas as matérias-primas, evitando assim o arraste eólico.

Também serão adotados sistemas de aspersão fixos giratórios como procedimento de controle.

O veículo ou barco desregulado aumenta consideravelmente o consumo de combustível e, conseqüentemente, a emissão dos poluentes (gases e material particulado).

Para o controle dessas emissões deverá ser adotada a medida de controle de manter os veículos/barcos regulados, com suas manutenções em dia de acordo com os manuais dos fabricantes, através do programa interno de autofiscalização da correta manutenção de veículos/barcos movidos a óleo Diesel quanto a emissão de fumaça preta (Portaria IBAMA n.º 85/1996 e Resoluções CONAMA 07/1993, 16/1995 e 251/1999).

A umectação nas vias não pavimentadas e nas áreas de intervenção (pilhas, acessos, áreas de bota fora, canteiro de obras, construção civil, montagem, empréstimos e operações de terraplanagem) será realizada por jato d'água.

Esta freqüência deverá ser ampliada no período de estiagem ou de fortes ventos, e ajustada durante a implantação, de acordo com o acompanhamento visual a ser realizado aspersores giratórios deslocáveis poderão ser utilizados para aspersão d'água nas pilhas de estocagem e na área do canteiro de obras.

4.1.4.2- Fase de Operação

A alternativa de utilização do gás natural, um combustível mais limpo, em comparação ao óleo ou carvão, não isenta uma central termoelétrica de emissão de poluentes atmosféricos.

As principais emissões de usinas termoeletricas a gás natural são o HCT e, em menor escala, NO_x e CO. Em termos de prevenção e controle, o HCT, o NO_x , e o CO serão monitorados periodicamente e conforme o funcionamento da usina, por meio de amostragem de chaminés.

As emissões atmosféricas mais relevantes correspondem aos gases gerados na reação de combustão do gás natural, realizada no interior dos combustores do motor. Esses gases são lançados na atmosfera pela chaminé do conjunto motor-gerador.

O sistema de controle de emissões previsto baseia-se no emprego de tecnologia amplamente utilizada e difundida de baixa emissão de HCT, NO_x e CO durante a combustão, ou seja, por meio de controle da temperatura de combustão.

4.1.4.2.1- Combustível Utilizado

O combustível utilizado pela UTE CAAPIRANGA será o gás natural, extraído nos campos de exploração de gás da Petrobrás no Amazonas. Na Tabela 4.4 é apresentada as características físico-químicas do gás natural produzido no estado do Amazonas.

Tabela 4.4: Características e composição do gás natural utilizado na UTE CAAPIRANGA.

CARACTERÍSTICA	UNIDADE	VALOR LIMITE
Densidade relativa	-	De 0,59 a 0,69
Metano (mínimo)	%molar	68,0
Etano (máximo)	%molar	12,0
Propano (máximo)	%molar	3,0
Butano e mais pesados (máximo)	%molar	1,5
Inertes (N_2+CO_2)	%molar	18,0
CO_2 (máximo)	%molar	3,0
Gás sulfídrico – H_2S (máximo)	mg/m^3	10,0
Poder calorífico superior	kJ/m^3	34.000 a 38.400
Índice de Wobbe	kJ/m^3	40.500 a 45.000

OBS: Dados fornecidos pelo empreendedor.

4.1.4.2.2- Modelagem da Dispersão de Poluentes Atmosféricos

Neste item é descrito o indicativo dos futuros padrões de qualidade do ar decorrentes da fase de operação da UTE CAAPIRANGA.

Os resultados das simulações foram gerados considerando os poluentes HCT, CO e NO_x além do gás de efeito estufa CO_2 . Dos cenários se extraíram as concentrações médias anuais e as máximas integradas para cada um dos poluentes simulados.

Para atingir o objetivo proposto, foram utilizados os seguintes modelos para a descrição meteorológica e de qualidade do ar:

Para meteorologia: Weather Research & Forecasting Model (WRF). O WRF é o modelo mais utilizado e mais avançado para a geração do sistema de previsão

numérica de tempo em mesoescala no mundo. Concebido para servir tanto a previsão das necessidades operacionais, quanto para a pesquisa dos fenômenos da atmosférica;

Para a dispersão de poluentes: AERMOD. Trata-se do modelo de dispersão de poluentes regulamentado e recomendado pela U.S. Environmental Protection Agency. É o modelo mais utilizado no mundo para estudo de impactos ambientais, para dispersão de poluentes a uma distância menor do que 50 km.

Os dados meteorológicos foram gerados pelo modelo WRF por não existir estações meteorológicas nas proximidades do empreendimento. Para a coleta de dados meteorológicos no local é necessário no mínimo um ano de coleta de dados horários para se estabelecer a média anual. Este tempo de coleta de dados inviabiliza o empreendimento na região, o que torna esta alternativa inexecutável. A alternativa de gerar os dados meteorológicos pelo modelo WRF já é uma realidade e utilizada em muitas partes do mundo, inclusive no Brasil. Este fato se deve principalmente a grande precisão do modelo WRF na descrição de dados meteorológicos.

A seguir, são descritos e mostrados os resultados obtidos pelo modelo meteorológico de mesoescala WRF e pelo modelo de dispersão de poluentes AERMOD

4.1.4.2.3- O Modelo Meteorológico de Mesoescala WRF

Para a descrição da meteorologia em torno do empreendimento, é utilizado o modelo Weather Research & Forecasting (WRF) (SKAMAROCK et al., 2008), que foi desenvolvido para a pesquisa, previsão do tempo, modelagem da qualidade do ar, modelagens climáticas em escala regional, pesquisa de furacões entre outras. Seu desenvolvimento teve parceria colaborativa entre vários centros de pesquisa, principalmente entre eles: National Center for Atmospheric Research (NCAR); National Centers for Environmental Prediction (NCEP); Forecast Systems Laboratory (FSL); Air Force Weather Agency (AFWA); Naval Research Laboratory; Oklahoma University; Federal Aviation Administration (FAA), Center of Analysis and Prediction of Storms (CAPS) e pesquisadores de várias outras universidades espalhadas pela Terra. Suas principais características são: sistema de assimilação de dados em três dimensões variáveis (3DVAR), arquitetura de software que permite a sua execução em paralelo e o aninhamento de grade do sistema que permite o programa funcionar para escalas variáveis de poucos metros até centenas de quilômetros.

A grande vantagem na utilização de dados sintéticos produzidos por modelos de mesoescala está no fato de que 100% dos dados são válidos, diferentemente de

estações de superfície, onde, geralmente há uma perda de cerca de 10% dos dados. Uma pequena descrição e resultados obtidos são mostrados a seguir.

4.1.4.2.4- O Sistema WRF

O núcleo dinâmico do WRF é capaz de resolver as equações não-hidrostáticas e compressíveis de Euler. Estas equações são expressas na forma de fluxo usando variáveis que possuem propriedades conservativas e são escritas utilizando a coordenada vertical η que acompanha o relevo (LAPRISE, 1992).

O modelo de mesoescala WRF é um sistema de modelagem numérica da atmosfera de última geração. O seu desenvolvimento é fruto dos esforços de vários centros de investigação e agências governamentais como o Mesoscale and Microscale Meteorology (MMM) Division do National Center for Atmospheric Research (NCAR), National Oceanic and Atmospheric Administration, National Centers for Environmental Prediction (NCEP), Forecast Systems Laboratory (FSL), Air Force Weather Agency (AFWA), Naval Research Laboratory, Oklahoma University,

O sistema WRF é de domínio público e está disponível gratuitamente na página oficial do modelo (<http://www.mmm.ucar.edu/wrf/users>). É um instrumento flexível, portátil, já preparado para executar em sistemas de processamento paralelo e em várias plataformas de computação. Está preparado para ser utilizado em diversas escalas de comprimento que variam de metros a milhares de quilômetros. Oferece uma diversidade de opções físicas e um sistema avançado para assimilação de dados vem sendo desenvolvido em paralelo ao modelo. As aplicações incluem previsões numéricas do tempo (operacionais ou não) voltadas para a pesquisa, pesquisas de parametrizações físicas e assimilação de dados, aplicações na previsão da qualidade do ar, acoplamento com modelos de previsões oceânicas e de dispersão de poluentes atmosféricos e simulações idealizadas.

O WRF possui dois núcleos dinâmicos de processamento: ARW (Advanced Research WRF) e NMM (Nonhydrostatic Mesoscale Model). O NMM foi desenvolvido pelo NCEP a partir do modelo operacional hidrostático ETA, o ARW foi desenvolvido a partir do MM5 e é mantido pelo NCAR.

A primeira versão do WRF foi lançada em dezembro de 2000. Desde 2 de abril de 2010 está disponível a versão 3.2. Essa é a versão atual do WRF e tem como características as equações não hidrostáticas inteiramente compressíveis, coordenada vertical de pressão do tipo que acompanham o relevo (), malha Arakawa tipo C, esquema de integração no tempo Runge-Kutta de terceira ordem, esquema de advecção de quinta e terceira ordem nas direções horizontal e vertical entre outras.

Algumas das principais características do WRF são:

Equações não-hidrostáticas e totalmente compressíveis;
 Termos de curvatura da Terra e Coriolis;
 Domínio simples e com aninhamento de grade;
 Coordenadas $\sigma = (p_h - p_h(\text{top})) / (p_{hs} - p_h(\text{top}))$, onde p_h é a pressão hidrostática;
 Malha vertical com espaçamento variável com a altura;
 Malha horizontal ARAKAWA tipo -C;
 Vários fatores de projeção de mapa;
 Opções de passo de tempo Runge-Kutta 2.^a e 3.^a ordem;
 Opções para advecção de 2.^a a 6.^a ordens, tanto na horizontal quanto na vertical;
 Pequeno passo de tempo para a resolução de ondas rápidas;
 Pequenos passos horizontais explícitos e verticais implícitos;
 Opção de aninhamento de grade em todos os domínios.

4.1.4.2.5- Parâmetros de Entrada do Modelo WRF

Para a inicialização do modelo faz-se necessária a obtenção dos dados de elevação do terreno, cobertura vegetal, ocupação do solo e dados meteorológicos do modelo global.

Os dados de elevação do solo são provenientes do GTOPO30 disponíveis em http://eros.usgs.gov/#/Find_Data/Products_and_Data_Available/gtopo30_info. O GTOPO30 (Global Topographic Data) é um modelo global de elevação digital (DEM) desenvolvido pelo U.S. Geological Survey (USGS), cobrindo toda a parte continental da Terra e seu espaçamento de malha é de 30 segundos de arco (30" de arco) ou aproximadamente 0,925 km. A Figura 4.3 representa o mapa disponível na página oficial do USGS onde deve ser escolhida a região de interesse para o estudo. A parte em destaque quadriculada representa a área do presente estudo (W100N40).

Figura 4.3- Mapa disponibilizado na página oficial do USGS para escolha da área de estudo (hachurada). Disponível em http://eros.usgs.gov/#/Find_Data/Products_and_Data_Available/gtopo30_inf, acessado em 10 de agosto de 2010.

Do USGS também são tomados os dados de ocupação do solo com 16 categorias, e de vegetação com 24 categorias. Todos esses dados são disponíveis com a mesma resolução do GTOPO30.

As condições de inicialização do WRF são fornecidas pelo modelo global GFS refere-se ao Global Forecast System e disponíveis para download no portal <http://dss.ucar.edu/datazone/dsszone/ds083.2/index.html>. O GFS é mantido pelo National Centers for Environmental Prediction (NCEP) que é uma unidade da NOAA (National Oceanic and Atmospheric Administration), NWS (National Weather Service), dos Estados Unidos. A previsão do GFS é feita 4 vezes por dia: 00 UTC, 06 UTC, 12 UTC e 18 UTC. Portanto o modelo WRF faz a leitura dos dados globais de 6 em 6 horas para a correção dos possíveis desvios gerados no espaço e tempo.

Os domínios de integração são d01 e d02, com a opção de aninhamento two-way. O domínio principal (d01) tem coordenadas centrais no ponto -3,541197 de latitude sul e -61,626381 de longitude oeste.

A Figura 4.4 mostra os 2 domínios utilizados no presente estudo, onde o primeiro domínio, d01, possui 80 x 80 pontos com 15 km de espaçamento entre seus pontos, resultado em um quadrado de 1200 km x 1200 km. O segundo domínio, d02, possui 51x51 pontos com espaçamento de 5 km entre cada ponto da malha horizontal, resultando em um quadrado de 255 km x 255 km. Essa técnica conhecida de aninhamento de grades consiste de integrações seqüenciais (diárias) deste modelo numérico em uma grade com resolução de 15 km (distância entre cada nó da grade numérica). Cabe notar que um dos grandes trunfos no uso da técnica de aninhamento é que, embora os dados meteorológicos usados para alimentar o modelo tenham resolução da ordem de 250 km (dados do modelo

global GFS), as condições de contorno do modelo são de alta resolução, da ordem de 5 km para a grade central. Portanto, a topografia, a cobertura vegetal do terreno e a temperatura da água dos rios da região são detalhadas no modelo, permitindo que o mesmo se ajuste a estes fatores fisiográficos, tão importantes na caracterização do clima local e regional.

Por meio da técnica aninhamento de grades, o WRF responde às condicionantes locais como a topografia, a cobertura vegetal e a temperatura da água do mar, todas em alta resolução espacial, e forçada através de relaxação newtoniana em direção aos campos atmosféricos pressão, temperatura, umidade e ventos, isto é, em parte o modelo responde aos forçamentos da grande escala e em parte reage aos forçamentos locais. O WRF tem como grande vantagem, as suas excelentes representações realísticas dos processos de radiação de onda curta e de onda longa, as trocas térmicas que ocorrem na superfície, os processos microfísicos que ocorrem nas nuvens e as interações da circulação atmosférica com a rugosidade do terreno.

Figura 4.4- Mapa da área escolhida como base de dados de topografia do GTOPO30 para este estudo. O empreendimento se encontra próximo ao centro do domínio computacional.

A estrutura vertical de cada um dos três domínios possui 31 camadas em toda troposfera, o que corresponde aos níveis , neste estudo foram escolhidos desta forma: 1.0000, 0.9975, 0.9953, 0.9931, 0.9888, 0.9837, 0.9779, 0.9715, 0.9643, 0.9566, 0.9482, 0.9393, 0.9298, 0.9198, 0.91à6.0992(f)39,3a9

4.1.4.2.6- Resultados Obtidos do Modelo WRF no Local do Empreendimento

A Figura 4.5 mostra a rosa dos ventos para o período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2009 gerados pelo modelo meteorológico de mesoescala WRF. Verifica-se que os ventos predominantes são provenientes do Leste-Nordeste (ENE) em cerca de 11% do tempo e a frequência de calmarias é de apenas 12,74%. A segunda direção predominante dos ventos é a Leste (E) em aproximadamente 9% do tempo, esses ventos possuem velocidades médias que variam de 0 a 31,7 km/h.

Os fatores relacionados à velocidade dos ventos que favorecem a dispersão dos poluentes na atmosfera são altas velocidades dos ventos e períodos de calmarias são poucos. Esses fatores devem ser considerados em conjunto com vários outros elementos capazes de influenciar a dispersão dos poluentes tais como: relevo da região, características das fontes de emissão, outros aspectos meteorológicos, etc.

Figura 4.5- Rosa dos ventos construída a partir dos dados meteorológicos produzidos pelo modelo meteorológico de mesoescala WRF para o período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2009, no local do empreendimento.

Na Figura 4.6 é vista a distribuição de freqüência das classes dos ventos para o mesmo período. Nota-se que na distribuição de freqüência da classe dos ventos, a classe com maior freqüência (63,6%) ficou entre 0,5 a 2,1 m/s. O período de calmaria representou 12,7%.

Distribuição de Freqüência das Classes dos Ventos

Classes de Ventos (m/s)

Figura 4.6 - Distribuição de freqüência de ocorrência das classes da velocidade do vento. Construída a partir dos dados meteorológicos produzidos pelo modelo meteorológico de mesoescala WRF para o período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2009, no local do empreendimento.

A Figura 4.7 mostra a série temporal da velocidade no período. A velocidade média registrada foi de 5,4 km/h (1,5 m/s).

Figura 4.7- Velocidade do vento na região do empreendimento gerado pelo modelo WRF. A linha em amarelo representa a média do período.

A altura da camada limite atmosférica (camada de mistura) gerada pelo WRF para a região tem uma altura média de 400,7 metros e com máximo próximo de 2.500 metros conforme mostra a Figura 4.8.

Figura 4.8- Altura da camada limite atmosférica (CLA) gerada pelo modelo WRF sobre o empreendimento. A linha em amarelo representa a média do período.

As Figuras 4.9 a 4.13 mostram respectivamente a precipitação, pressão atmosférica, radiação temperatura e umidade relativa para o local do empreendimento no período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2009 gerado pelo modelo meteorológico de mesoescala WRF.

Figura 4.9- Precipitação gerada pelo modelo meteorológico de mesoescala WRF no local do empreendimento para os anos de 2007, 2008 e 2009. Observa-se na figura que o ano de maior precipitação foi o de 2008.

Figura 4.10- Pressão atmosférica gerada pelo modelo meteorológico de mesoescala WRF no local do empreendimento. A linha em amarelo representa a média do período.

Figura 4.11- Radiação de onda curta incidente gerada pelo modelo meteorológico de mesoescala WRF no local do empreendimento. A linha em amarelo representa a média do período.

Figura 4.12- Temperatura gerada pelo modelo meteorológico de mesoescala WRF no local do empreendimento. A linha em amarelo representa a média do período.

Figura 4.13- Umidade relativa do ar gerada pelo modelo meteorológico de mesoescala WRF no local do empreendimento. A linha em amarelo representa a média do período.

4.1.5- O MODELO DE DISPERSÃO DE POLUENTES ATMOSFÉRICOS AERMOD

4.1.5.1- Caracterização da Qualidade do Ar na Região de Estudo

Para a caracterização da qualidade do ar na região do empreendimento é utilizado o modelo de dispersão de poluentes AERMOD, recomendado pela US-EPA para curtas distâncias, onde serão detalhadas as seguintes informações:

- Descrição do modelo de dispersão de poluentes atmosféricos AERMOD;
- Parâmetros de entrada do modelo de dispersão de poluentes atmosféricos AERMOD;
- Resultados obtidos do modelo de dispersão de poluentes atmosféricos AERMOD;
- Conclusões dos resultados obtidos da modelagem de dispersão de poluentes atmosféricos.

4.1.5.2- Descrição do Modelo de Dispersão de Poluentes Atmosféricos AERMOD

Até o ano de 2005, o modelo de dispersão do tipo ISC3 (EPA, 2003) era o mais utilizado para estudos de qualidade do ar. Atualmente esse tipo de modelo é considerado como alternativo por estar defasado em relação às descobertas dos últimos anos a respeito da turbulência atmosférica e da estrutura vertical da camada limite atmosférica (CLA). Tal fato pode ser visto no portal http://www.epa.gov/scram001/dispersion_alt.htm (acessado em janeiro/2010). Atualmente AERMOD e CALPUFF são os modelos regulamentados pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (U.S. Environmental Protection Agency, EPA), ambos de uso gratuito e que podem ser acessados no portal http://www.epa.gov/scram001/dispersion_prefrec.htm (acessado em janeiro/2010). O AERMOD é utilizado para simulações de curtas distâncias, até 50 km, e o CALPUFF para distâncias até 200 km.

O American Meteorological Society (AMS)/U.S. Environmental Protection Agency Regulatory Model – AERMOD (EPA, 2004a; 2004b; 2004g) foi desenvolvido e regulamentado pelo órgão ambiental americano (US-EPA) e pela sociedade americana de meteorologia American Meteorological Society (AMS). A última versão é a 09040. Trata-se da nova versão da EPA, lançada no final de novembro de 2009 que corrige alguns bugs da versão anterior, a 07026, usada anteriormente. A versão 07026 não é compatível com a versão 09040.

Neste estudo é utilizada a versão 09040 que está contida no software comercial do ISC-AERMOD View, versão 6.7.1 da empresa canadense Lakes Environmental Software, que também inclui os algoritmos PRIME (Plume Rise Model Enhancement) que calcula os

efeitos de building downwash sobre as plumas das chaminés (conforme EPA, 1995; Schulman et al., 2000). O pré-processador meteorológico, AERMET (EPA, 2004c; 2004d), e o pré-processador de terreno, AERMAP (EPA, 2004e; 2004f), foram utilizados para tratar as informações meteorológicas e topográficas necessárias ao modelo AERMOD.

O AERMAP é um pré-processador que interpola a grade de receptores e elevações topográficas dentro do domínio computacional do modelo de dispersão. Ele usa os dados de topografia para calcular a área de influência de cada ponto de elevação associado a cada receptor local.

O AERMET é um pré-processador que utiliza dados meteorológicos de superfície para caracterizar os parâmetros relevantes e a estrutura vertical da CLA necessários ao modelo de dispersão. Os dados meteorológicos, medidos ou gerados sinteticamente no local ou próximo ao empreendimento deverão ser representativos da meteorologia no domínio da modelagem.

No desenvolvimento do AERMOD, foram adotados critérios para produzir um modelo com atributos desejáveis para a regulamentação, tais como: 1) fornecer estimativas razoáveis de concentração uma grande variedade de condições com o mínimo de discontinuidades; 2) ser de fácil uso e com poucos requisitos de tipo de computador, exigindo dados de entrada e de recursos computacionais como é modelo ISC3; 3) captar o essencial dos processos físicos ao mesmo tempo ser fundamentalmente simples, e, 4) acomodar modificações com facilidade como a ciência evolui.

Em comparação com o modelo ISC3 (Industrial Complex Source), o AERMOD atualmente contém novos e melhores algoritmos para: 1) dispersão em condições de estabilidade convectiva e estável; 2) pluma de ascensão e empuxo; 3) pluma de penetração em elevadas inversões térmicas; 4) cálculo dos perfis verticais de vento, turbulência e temperatura baseados na Teoria de Similaridade de Monin-Obukhov (Stull, 1988); 5) inclusão da camada limite urbana; e 6) tratamento de receptores em todos os tipos de terreno a partir da superfície até a altura da pluma. O AERMET contém uma melhor abordagem para caracterizar parâmetros fundamentais da CLP. Além disso, incluem novas formulações para os processos de deposição a úmido e a seco.

A aproximação utilizada neste estudo é conservadora, porque nenhuma transformação química ou captação (deposição por vias seca e úmida, absorção pela vegetação) é levada em consideração. Visto que se trata de um modelo em regime permanente (ventos invariáveis durante o transporte de poluentes sobre grandes distâncias), este modelo apresenta uma tendência a superestimar as concentrações mais distantes da fonte. Salienta-se também que devido à natureza gaussiana do AERMOD, as concentrações simuladas dentro do raio de 100 m de cada fonte não podem ser consideradas como válidas.

O AERMOD determina diretamente as condições do pior caso de dispersão atmosférica através da simulação. O modelo avalia a concentração do poluente em todos os receptores para cada hora do período considerado na modelagem. A concentração do poluente durante um período é calculado da seguinte forma:

1 hora: é a máxima concentração de 1 hora do período simulado para todos os receptores discretos do domínio computacional;

8 horas: é a máxima concentração média de 8 horas do período simulado para todos os receptores discretos do domínio computacional;

24 horas: é a máxima concentração média de 24 horas do período simulado para todos os receptores discretos do domínio computacional;

Anual: é a concentração média do período simulado ao longo de um ano.

Maiores detalhes sobre a sua formulação e código computacional podem ser encontrados em EPA (2003, 2004a, 2004b, 2004c, 2004d, 2004e, 2004f, 2004g, 2008). Todos os documentos citados da EPA podem ser encontrados para download no portal http://www.epa.gov/scram001/dispersion_prefrec.htm (acessado em agosto/2010).

4.1.5.3- Parâmetros de Entrada do Modelo de Dispersão de Poluentes Atmosféricos AERMOD

Os dados de entrada do modelo são:

As características das emissões (taxas de emissões dos diversos poluentes, velocidade de saída dos gases, temperatura de emissão etc.);

As características das fontes de emissões (posição, diâmetro e altura das chaminés, dimensões dos prédios);

Dados meteorológicos horários (temperatura, velocidade e direção do vento, altura da camada limite planetária e dos parâmetros relevante que descrevem a camada limite tais como: comprimento de Monin-Obukhov, escala de velocidade de fricção, escala de temperatura etc.);

A posição e a elevação dos receptores, ou seja, os pontos onde se deseja avaliar a concentração do poluente estudado;

Os parâmetros que controlam as opções do modelo e os cálculos estatísticos que devem ser efetuados sobre as concentrações calculadas pelo modelo.

Para efeitos de modelagem e minimização dos erros cometidos no inventário de fontes, foram consideradas as taxas de emissão como contínuas e com valores de máximo durante todo o período de modelagem, ou seja, ao longo de três anos de dados meteorológicos.

As simulações foram realizadas para os seguintes poluentes: NO_x, CO e HCT. Também foi incluído na modelagem o CO₂, que é um gás de efeito estufa. O SO₂ e o PM₁₀ não foram contemplados nas modelagens, em virtude de sua pequena quantidade no combustível utilizado nas indústrias da região, que neste caso é o gás natural fornecido pela PETROBRAS, o que torna as suas taxas de emissões desprezíveis frente aos demais poluentes.

Também são fornecidos os dados das dimensões das edificações da UTE CAAPIRANGA. Essas edificações interferem na dispersão de poluentes, originando um fenômeno conhecido com Building Downwash (Schulman et al., 2000), que por meio da reflexão da pluma de poluentes nos prédios, pode causar uma mudança em seu curso normal, causando a sua queda no solo, conforme mostra a Figura 4.14.

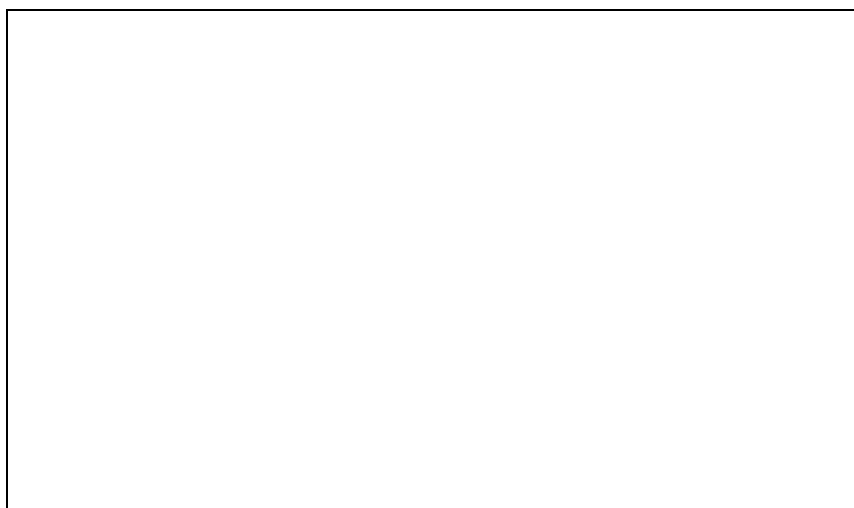


Figura 4.14- Efeito das edificações próximas às fontes de emissão (Building Downwash).

Desta forma, realizaram-se as análises comparativas das alturas dos prédios com a altura das chaminés, levando em consideração a razão entre a altura da chaminé e altura dos prédios para a inclusão do efeito build downwash. Quando essa razão é maior do que 2,5 (Schulman et al., 2000), não é necessário considerar o efeito das edificações, pois as chaminés são bem mais altas do que as outras estruturas da unidade, e assim, a estrutura da unidade não interfere na dispersão dos poluentes emitidos pela chaminé.

Tabela 4.5- Dados dos prédios da UTE CAAPIRANGA que podem inferir nos níveis de concentração no solo (efeito Build downwash).

EFEITO BUILDING DOWNWASH – DADOS DOS PRÉDIOS – UTE CAAPIRANGA								
Edifício	Tipo de Edifício	Pavimento (Tier)	Altura do Pavimento (Tier) Edifício (m)	Corner SW X UTM m	Corner SW Y UTM m	Comp. Edif X (m)	Comp. Edif Y (m)	Ângulo Rotação (graus)
1	Retangular	1	8.50	698167.65	9635632.55	14.00	33.00	270.00
2	Retangular	1	5.00	698171.31	9635624.32	16.50	9.00	270.00

Figura 4.15- Prédios de alturas relevantes e chaminés localizadas dentro da área industrial da UTE CAAPIRANGA de acordo com o modelo AERMOD e visualizado no Google Earth.

A região para a caracterização da qualidade do ar inclui o município de CAAPIRANGA, numa área retangular de 225 km² (15 km × 15 km), tendo a UTE CAAPIRANGA localizada no centro do domínio computacional. Os dados de topografia da região com resolução de 90m foram tomados do portal <http://srtm.csi.cgiar.org/> de distribuição livre para todo o globo terrestre conforme mostra a Figura 4.16, e os receptores discretos estão espaçados de 250 m um do outro.

Na direção vertical, o domínio estende-se até a altura da CLA, que varia de 10,5 m no mínimo durante a noite, até 2.435 m no máximo durante o dia sobre a região conforme mostra a Figura 4.8 (pg 114). Pelas características da CLA, as maiores alturas são alcançadas no período de verão e as menores no período de inverno.

Figura 4.16- Topografia em torno do empreendimento obtida dos dados de topografia de resolução de 90 metros. A distância entre os receptores é de 250 metros. O domínio computacional é de 15 km x 15 km. No centro da figura a UTE CAAPIRANGA.

Do modelo meteorológico de mesoescala WRF foram fornecidos os dados médios horários de velocidade e direção do vento, temperatura, umidade relativa, radiação incidente, pressão atmosférica, precipitação pluviométrica e cobertura de nuvens.

As simulações foram realizadas para os seguintes poluentes: NO_x , CO e HCT, além do gás de efeito estufa CO_2 . As taxas de emissão de PM_{10} são muito baixas em virtude da baixa emissão de fuligem, e podem ser desconsideradas. O SO_2 , emitido pela UTE está diretamente relacionado ao teor ou concentração de enxofre contido no gás natural. Em virtude das características do gás natural utilizado, com a baixa concentração de enxofre total ($1,02 \text{ mg/m}^3$ de S total), as emissões de SO_2 não são significativas, portanto também consideradas desprezíveis neste estudo.

O presente estudo foi elaborado considerando o funcionamento interrompido durante um período de 3 anos consecutivos, de 2007 a 2009. Desta forma, os padrões de emissões atmosféricas para o estudo de dispersão de poluentes realizado foi considerado o cenário mais conservador, ou seja, o de máxima produção.

4.1.5.4- Resultados Obtidos do Modelo de Dispersão de Poluentes Atmosféricos AERMOD

As simulações da qualidade do ar têm como objetivo avaliar o impacto na atmosfera da emissão futura de poluentes resultante da instalação da UTE CAAPIRANGA.

Os resultados mostram que as áreas de maior impacto situam-se ao redor da UTE DE CAAPIRANGA. Neste local, apresentam-se os menores gradientes de concentração de poluentes e das máximas concentrações que poderão ser encontradas naquela cidade em comparação com a Resolução CONAMA n.º 03/1990, tanto para as médias de curto período, como para as médias anuais. Da tabela, observa-se que não haverá violação dos padrões de qualidade do ar por parte da UTE CAAPIRANGA.

Os resultados obtidos do modelo de dispersão de poluentes atmosféricos AERMOD são mostrados, a seguir, para as contribuições de concentrações ambientais em torno do empreendimento para os seguintes poluentes:

Média anual das concentrações de CO₂, HCT e NO_x;

Média das máximas de 24 horas das concentrações de HCT;

Média das máximas de 8 horas das concentrações de CO e CO₂;

Média das máximas de 1 hora das concentrações de CO, CO₂, HCT e NO_x.

Das figuras mostradas, pode ser observado que as contribuições da UTE CAAPIRANGA na região estão abaixo dos padrões de qualidade do ar da Resolução CONAMA n.º 03/1990 no entorno do empreendimento e principalmente na cidade de CAAPIRANGA.

Tabela 4.6- Comparação dos valores das concentrações na cidade de CAAPIRANGA, das simulações de NO_x e CO com a Resolução CONAMA 03/1990. O HCT e CO₂ não são contemplados na comparação, pois não há legislação específica para ambos.

	POLUENTE									
	CO (µg/m ³)		CO ₂ (µg/m ³)			HCT (µg/m ³)			NO _x (µg/m ³)	
	Média de 1 hora	Média de 8 horas	Média de 1 hora	Média de 8 horas	Média anual	Média de 1 hora	Média de 24 horas	Média anual	Média de 1 hora	Média anual
Resolução CONAMA 03/1990	40.000	10.000	-	-	-	-	-	-	320	100
CAAPIRANGA (diagnóstico)	<15	<5	-	-	<5	<15	<15	<5	<15	<5
CAAPIRANGA (prognóstico)	<10	<2	<630.000	<125.000	<2.500	<50	<5	<0,3	<10	<0,1
CAAPIRANGA (concentração máxima esperada)	<25	<7	<630.000	<125.000	<2.500	<55	<20	<5,3	<25	<5,1

Com relação ao PM_{10} e SO_2 , seus níveis de concentração deverão ficar dentro dos padrões estabelecidos no DIAGNÓSTICO AMBIENTAL, tendo em vista que a UTE CAAPIRANGA não apresenta emissões significativas destes poluentes, o que pode ser considerada desprezível, pelas próprias características do gás natural e pela potência da UTE, que é de baixo impacto ambiental. As principais fontes de PM_{10} e SO_2 na região estão relacionadas a motores a Diesel proveniente de barcos e outras atividades industriais. Por esta razão, tais concentrações não devem ultrapassar os valores abaixo:

Dióxido de enxofre (SO_2): menor que $15 \mu\text{g}/\text{m}^3$ para a média de 24 horas e menor do que $5 \mu\text{g}/\text{m}^3$ para a média anual;

Partículas inaláveis menor que $10 \mu\text{m}$ (PM_{10}): menor que $15 \mu\text{g}/\text{m}^3$ para a média de 24 horas e menor do que $5 \mu\text{g}/\text{m}^3$ para a média anual.

Os resultados das simulações na qualidade do ar de emissões provenientes da UTE CAAPIRANGA são mostrados a seguir.

Figura 4.17- Média das máximas de 1 hora das concentrações de CO, em g/m^3 , representadas por isolinhas, com a UTE CAAPIRANGA no centro do domínio operando interruptamente por período de três anos. Padrão Primário (1 hora) = $40.000,0 \text{ g}/\text{m}^3$. Em verde o ponto de máxima concentração com seu respectivo valor indicado pela seta branca. O ponto em vermelho representa a cidade de CAAPIRANGA.

Figura 4.18- Média das máximas de 8 horas das concentrações de CO, em g/m^3 , representadas por isolinhas, com a UTE CAAPIRANGA no centro do domínio operando interruptamente por período de três anos. Padrão Primário (8 horas) = $10.000,0 \text{ g/m}^3$. Em verde o ponto de máxima concentração com seu respectivo valor indicado pela seta branca. O ponto em vermelho representa a cidade de CAAPIRANGA.

Figura 4.19- Média das máximas de 1 hora das concentrações de CO₂, em g/m^3 , representadas por isolinhas, com a UTE CAAPIRANGA no centro do domínio operando interruptamente por período de três anos. Em verde o ponto de máxima concentração com seu respectivo valor indicado pela seta branca. O ponto em vermelho representa a cidade de CAAPIRANGA.

Figura 4.20- Média das máximas de 8 horas das concentrações de CO₂, em g/m³, representadas por isolinhas, com a UTE CAAPIRANGA no centro do domínio operando interruptamente por período de três anos. Em verde o ponto de máxima concentração com seu respectivo valor indicado pela seta branca. O ponto em vermelho representa a cidade de CAAPIRANGA.

Figura 4.21- Média anual das concentrações de CO₂, em g/m³, representadas por isolinhas, com a UTE CAAPIRANGA no centro do domínio operando interruptamente por período de três anos. Em verde o ponto de máxima concentração com seu respectivo valor indicado pela seta branca. O ponto em vermelho representa a cidade de CAAPIRANGA.

Figura 4.22- Média das máximas de 1 hora das concentrações de HCT, em g/m^3 , representadas por isolinhas, com a UTE CAAPIRANGA no centro do domínio operando interruptamente por período de três anos. Em verde o ponto de máxima concentração com seu respectivo valor indicado pela seta branca. O ponto em vermelho representa a cidade de CAAPIRANGA.

Figura 4.23- Média das máximas de 24 horas das concentrações de HCT, em g/m^3 , representadas por isolinhas, com a UTE CAAPIRANGA no centro do domínio operando interruptamente por período de três anos. Em verde o ponto de máxima concentração com seu respectivo valor indicado pela seta branca. O ponto em vermelho representa a cidade de CAAPIRANGA.

Figura 4.24- Média anual das concentrações de HCT, em g/m^3 , representadas por isolinhas, com a UTE CAAPIRANGA no centro do domínio operando interruptamente por período de três anos. Em verde o ponto de máxima concentração com seu respectivo valor indicado pela seta branca. O ponto em vermelho representa a cidade de CAAPIRANGA.

FIGURA 4.25- Média das máximas de 1 hora das concentrações de NO_x , em g/m^3 , representadas por isolinhas, com a UTE CAAPIRANGA no centro do domínio operando interruptamente por período de três anos. Padrão Primário (1 hora) = $320,0 \text{ g/m}^3$. Em verde o ponto de máxima concentração com seu respectivo valor indicado pela seta branca. O ponto em vermelho representa a cidade de CAAPIRANGA.

Figura 4.26- Média anual das concentrações de NO_x , em g/m^3 , representadas por isolinhas, com a UTE CAAPIRANGA no centro do domínio operando intermitentemente por período de três anos. Padrão Primário (anual) = $100,0 \text{ g}/\text{m}^3$. Em verde o ponto de máxima concentração com seu respectivo valor indicado pela seta branca. O ponto em vermelho representa a cidade de CAAPIRANGA.

4.1.5.5- Pontos de Máxima Concentração de Poluentes Provenientes da UTE ACAAPIRANGA

A Figura 4.27, a seguir, mostra os dez primeiros pontos de máxima concentração em torno da UTE CAAPIRANGA. Os valores destas concentrações, bem

Figura 4.27- Dez primeiros pontos de máxima concentração (em g/m^3) das médias das máximas de 1 hora para CO , CO_2 , HCT e NO_x em torno da UTE CAAPIRANGA operando interruptamente no período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2009. As setas brancas indicam os locais dos pontos de máxima concentração.

Tabela 4.7: Dez maiores pontos de máximos das concentrações de CO, CO₂, HCT e NO_x associados aos parâmetros relevantes da camada limite atmosférica (CLA), bem como as datas e horas de suas ocorrências para a UTE CAAPIRANGA. Na tabela, CONC é a concentração de poluentes, L é o comprimento de Monin-Obukhov, VEL é a velocidade do vento, DIR é a direção do vento, TEMP é a temperatura, PREC é a precipitação, UR é a umidade relativa do ar. A distância está descrita em relação à UTE CAAPIRANGA.

POLUENTE	ORDEM DAS MÁXIMAS	XUTM (m)	YUTM (m)	CONC. (µg/m ³)	ANO	MÊS	DIA	HL	DISTÂNCIA DA UTE (m)	ALTURA DA CLA (m)	L (m)	VEL (m/s)	DIR (graus)	DIREÇÃO DO VENTO	TEMP (K)	PREC (mm)	UR (%)	PRESSÃO ATMOSFÉRICA (mb)
CO	1	697979.8	9635622	205.7122	2007	6	18	10	189.27	71	14.2	1	82	E	303.6	0	55	1009
	2	697979.8	9635622	203.7296	2007	1	13	9	189.27	71	14.2	1	81	E	300.1	0	78	1006
	3	697979.8	9635622	201.3368	2009	6	22	9	189.27	71	14.2	1	83	E	301	0	72	1007
	4	697979.8	9635622	201.2402	2007	11	16	9	189.27	71	14.2	1	80	E	301.9	0	74	1005
	5	697979.8	9635622	194.5339	2008	11	23	24	189.27	71	17.1	1	81	E	299.1	0	95	1003
	6	697979.8	9635622	194.3395	2008	9	21	9	189.27	71	14.2	1	84	E	302.6	0	72	1007
	7	697979.8	9635622	194.3	2008	3	16	10	189.27	71	14.2	1	84	E	302.4	0	66	1006
	8	697979.8	9635622	193.831	2008	2	13	8	189.27	71	15.6	1	80	E	297.2	0	86	1007
	9	697979.8	9635622	193.7369	2008	12	11	10	189.27	71	14.2	1	79	E	302.5	0	70	1004
	10	697979.8	9635622	193.3433	2007	12	5	7	189.27	71	17.1	1	82	E	297.1	0	94	1007
CO ₂	1	698229.8	9635872	8412082	2007	12	26	10	230.71	71	14.2	1	194	SSW	300.6	0	74	1005
	2	698229.8	9635872	8310543	2008	1	26	10	230.71	82	14.2	1	194	SSW	300.6	0	76	1006
	3	698229.8	9635872	8252731	2009	9	21	10	230.71	71	15.7	1	194	SSW	304.9	1.02	63	1005
	4	698229.8	9635872	8185466	2008	1	30	8	230.71	71	14.7	1	195	SSW	299.8	0	84	1004
	5	698229.8	9635872	8065955	2009	12	24	8	230.71	71	14.7	1	192	SSW	298.4	0	84	1007
	6	698229.8	9635872	8026149	2009	12	12	9	230.71	71	15.6	1	195	SSW	299.5	0	84	1007
	7	698229.8	9635872	7997140	2008	6	26	11	230.71	71	16.2	1	195	SSW	303.8	0	55	1007
	8	698229.8	9635872	7971905	2009	6	2	24	230.71	71	17.1	1	194	SSW	297.8	0	93	1008
	9	698229.8	9635872	7953695	2007	3	8	6	230.71	71	17	1	194	SSW	296.1	0	93	1008
	10	698229.8	9635872	7911434	2008	11	7	8	230.71	74	17.1	1	193	SSW	297.5	0	93	1006

Tabela 4.7: CONTINUAÇÃO.

POLUENTE	ORDEM DAS MÁXIMAS	XUTM (m)	YUTM (m)	CONC. ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	ANO	MÊS	DIA	HL	DISTÂNCIA DA UTE (m)	ALTURA DA CLP (m)	L (m)	VEL (m/s)	DIR (graus)	DIREÇÃO DO VENTO	TEMP (K)	PREC (mm)	UR (%)	PRESSÃO ATMOSFÉRICA (mb)
HCT	1	697979.8	9635622	822.8486	2007	6	18	10	189.27	71	14.2	1	82	E	303.6	0	55	1009
	2	697979.8	9635622	814.9184	2007	1	13	9	189.27	71	14.2	1	81	E	300.1	0	78	1006
	3	697979.8	9635622	805.3472	2009	6	22	9	189.27	71	14.2	1	83	E	301	0	72	1007
	4	697979.8	9635622	804.9608	2007	11	16	9	189.27	71	14.2	1	80	E	301.9	0	74	1005
	5	697979.8	9635622	778.1357	2008	11	23	24	189.27	71	17.1	1	81	E	299.1	0	95	1003
	6	697979.8	9635622	777.358	2008	9	21	9	189.27	71	14.2	1	84	E	302.6	0	72	1007
	7	697979.8	9635622	777.1999	2008	3	16	10	189.27	71	14.2	1	84	E	302.4	0	66	1006
	8	697979.8	9635622	775.324	2008	2	13	8	189.27	71	15.6	1	80	E	297.2	0	86	1007
	9	697979.8	9635622	774.9475	2008	12	11	10	189.27	71	14.2	1	79	E	302.5	0	70	1004
	10	697979.8	9635622	773.3732	2007	12	5	7	189.27	71	17.1	1	82	E	297.1	0	94	1007
NO _x	1	697979.8	9635622	205.7122	2007	6	18	10	189.27	71	14.2	1	82	E	303.6	0	55	1009
	2	697979.8	9635622	203.7296	2007	1	13	9	189.27	71	14.2	1	81	E	300.1	0	78	1006
	3	697979.8	9635622	201.3368	2009	6	22	9	189.27	71	14.2	1	83	E	301	0	72	1007
	4	697979.8	9635622	201.2402	2007	11	16	9	189.27	71	14.2	1	80	E	301.9	0	74	1005
	5	697979.8	9635622	194.5339	2008	11	23	24	189.27	71	17.1	1	81	E	299.1	0	95	1003
	6	697979.8	9635622	194.3395	2008	9	21	9	189.27	71	14.2	1	84	E	302.6	0	72	1007
	7	697979.8	9635622	194.3	2008	3	16	10	189.27	71	14.2	1	84	E	302.4	0	66	1006
	8	697979.8	9635622	193.831	2008	2	13	8	189.27	71	15.6	1	80	E	297.2	0	86	1007
	9	697979.8	9635622	193.7369	2008	12	11	10	189.27	71	14.2	1	79	E	302.5	0	70	1004
	10	697979.8	9635622	193.3433	2007	12	5	7	189.27	71	17.1	1	82	E	297.1	0	94	1007

4.1.5.6- Conclusão dos resultados obtidos do modelo de dispersão de poluentes atmosféricos AERMOD

As simulações de dispersão não apontam para características comprometedoras da qualidade do ar da região circunvizinha da UTE CAAPIRANGA, tendo em vista o baixo impacto das emissões do empreendimento quando comparado a UTEs de grande potência instaladas na cidade de Manaus.

A Tabela 4.8, a seguir, mostra o aumento máximo nos níveis de concentração na cidade de CAAPIRANGA. Isto significa que não haverá valores de concentração acima dos preconizados nesta tabela. Também, pode ser visto ali, que os todos os valores atendem aos padrões de qualidade do ar da Resolução CONAMA n.º 03/1990 na localidade de CAAPIRANGA. Observa-se ainda que a média de 1 hora de NO_x é o poluente de maior impacto, atingindo 8% do limite da Resolução CONAMA n.º 03/1990 na cidade de CAAPIRANGA. Neste contexto, pode-se afirmar que o ÍNDICE DE QUALIDADE DO AR (IQA) em torno da UTE CAAPIRANGA após a sua implantação será BOM.

Tabela 4.8: Incrementos de aumento nos níveis de concentração na cidade de CAAPIRANGA onde se instalará a UTE CAAPIRANGA.

POLUENTE		Resolução CONAMA 03/1990 ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)		Concentração máxima esperada na cidade de CAAPIRANGA ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)
CO	DIAGNOSTICO	Média de 1 hora	40000	< 15
		Média de 8 horas	10000	< 5
	PROGNÓSTICO	Média de 1 hora	40000	< 25
		Média de 8 horas	10000	< 7
	PERCENTIAL DE AUMENTO EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO	Média de 1 hora	< 66,7	
Média de 8 horas		< 40,0		
CO ₂	DIAGNOSTICO	Média de 1 hora	-	-
		Média de 8 horas	-	-
		Média anual	-	< 5
	PROGNÓSTICO	Média de 1 hora	-	< 630000
		Média de 8 horas	-	< 125000
		Média anual	-	< 2500
	PERCENTIAL DE AUMENTO EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO	Média de 1 hora	< 630000,0	
Média de 8 horas		< 125000,0		
Média anual		< 2500,0		
HCT	DIAGNOSTICO	Média de 1 hora	-	< 15
		Média de 24 horas	-	< 15
		Média anual	-	< 5
	PROGNÓSTICO	Média de 1 hora	-	< 65
		Média de 24 horas	-	< 20
		Média anual	-	< 5,3
	PERCENTIAL DE AUMENTO EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO	Média de 1 hora	< 333,3	
Média de 24 horas		< 33,3		
Média anual		< 6,0		
NO _x	DIAGNOSTICO	Média de 1 hora	320	< 15
		Média anual	100	< 5
	PROGNÓSTICO	Média de 1 hora	320	< 25
		Média anual	100	< 5.1
	PERCENTIAL DE AUMENTO EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO	Média de 1 hora	< 66,7	
Média anual	< 5,1			
PM ₁₀	DIAGNOSTICO	Média de 24 hora	150	< 15
		Média anual	50	< 5
	PROGNÓSTICO	Média de 24 horas	150	0
		Média anual	50	0
	PERCENTIAL DE AUMENTO EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO	Média de 24 horas	0,0	
Média anual		0,0		
SO ₂	DIAGNOSTICO	Média de 24 hora	365	< 15
		Média anual	80	< 5
	PROGNÓSTICO	Média de 24 horas	365	0
		Média anual	80	0
	PERCENTIAL DE AUMENTO EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO	Média de 24 horas	0,0	
Média anual		0,0		

5- MEDIDAS MITIGADORAS, COMPENSATÓRIAS E PROGRAMAS DE MONITORAMENTO AMBIENTAL

O empreendimento a ser implantado constitui na substituição de uma Termelétrica com matriz energética a base de Óleo Diesel por outra com matriz energética de gás natural, conforme ficou estabelecido como medida compensatória do EIA-RIMA do Gasoduto Urucu-Manaus.

5.1- MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

As medidas mitigadoras para os diferentes impactos encontram-se descritas no estudo da análise de Riscos Ambientais.

As medidas compensatórias poderão ser dispensadas, uma vez que o empreendimento constitui uma medida compensatória proposta pelo EIA-RIMA do Gasoduto Urucu-Manaus.

5.2- PROGRAMAS DE CONTROLE E MONITORAMENTO

5.2 1- PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E LÍQUIDOS

Atendendo às exigências constantes da legislação em vigor - Lei Nº12.305 de 2 de agosto de 2010 - deverá ser realizado o Inventário e um Programa de gerenciamento de Resíduos Sólidos gerados pela UTE em conformidade com o CONAMA 313 de 29 de outubro de 2002 e a NBR 10004-2004.

5.2.1.1. Dos Resíduos Sólidos

5.2.1.1.1- Fase Implantação

Os resíduos gerados na fase de Implantação da UTE podem, ser classificados como:

Resíduo	Código do resíduo	Classificação
Restos de alimentos	A001	Classe II
Resíduos de papel e papelão	A006	Classe II
Embalagens de alumínio	A004	Classe II
Copos plásticos garrafas plásticas	A207	Classe II
Latas vazias	A104	Classe II
Vidros	A117	Classe II
Rejeitos de madeira	A009	Classe II
Resíduos de construção	A099	Classe II
Resíduos de óleos para lubrificação de máquinas	F130	Classe I
Embalagens contaminadas com óleos lubrificantes e Diesel	F104	Classe I
Tecidos contaminados com Diesel e/ou óleos lubrificantes	F099	Classe I

Os resíduos classificados como Classe II (inertes) deverão ser descartados na Lixeira Pública Municipal.

Os resíduos classificados como Classe I (perigosos) deverão ser acondicionados em recipientes apropriados, devidamente identificados e estocados em galpão construído para tal fim, até serem removidos para Manaus para sua destinação final.

5.2.1.1.2- Fase Operação

Os resíduos sólidos gerados pela UTE, na fase de Operação deverão ser inventariados e caracterizados em conformidade com a Legislação vigente, por um profissional que será o Responsável pelas informações prestadas e pela execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).

5.2.1.2- Dos Resíduos Líquidos

O monitoramento da qualidade da água deverá ser realizado de acordo com a resolução 357/05 do CONAMA que normatiza a qualidade e a classificação dos recursos hídricos naturais, bem como estabelece os limites de tolerância dos efluentes líquidos que podem ser lançados nestes corpos d'água. Assim, torna-se necessária a avaliação da qualidade físico-química e microbiológica de todo efluente aquoso antes de ser descartado.

5.2.1.2.1- Amostragem

A amostragem deverá ser realizada na saída da caixa separadora, em garrafas de polipropileno, cor âmbar, volume de um litro, devidamente, identificado, com indicação do dia e hora da amostragem, ou dosado diretamente na célula de água da Caixa separadora, através de uma sonda YSI ou similar.

As amostras deverão ser acondicionadas em caixas com gelo e encaminhadas a laboratório de análise, conforme legislação pertinente. A metodologia de análise utilizada deverá ser a prevista no Standard Methods of Water and Waster Water.

5.2.1.2.2- Parâmetros a serem Monitorados e Frequência

O monitoramento dos efluentes da CSAO deverá envolver o controle dos seguintes parâmetros: pH, Temperatura, Condutividade Elétrica, Sólidos Sedimentáveis, Óleos e Graxas, Sulfetos, N-Amoniacal, Nitrato, Fosfato, Oxigênio Dissolvido (OD), Demanda Biológica de Oxigênio (DBO). A frequência do monitoramento deverá ser semestral.

5.2.2- PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

Os ambientes de jazidas de areia, argila e piçarra que forem abertos para suprir as necessidades de aterro durante os processos de edificação da UTE deverão ser licenciados junto aos órgãos Ambientais, para os fins de exploração. Findo as atividades de construção civil, estes ambientes deverão ser trabalhados de modo eliminar as feições de barrancos e de formação de depressões que poderão se transformar em lagoas e ou buracos deformando a estrutura paisagística da área.

Para a recuperação destes ambientes sugerimos o seguinte procedimento:

emissão e temperatura de queima cujos valores limites superiores estão expressos na tabela abaixo:

Tabela 5.1- Parâmetros e suas quantidades máximas.

Parâmetros Dosados	Padrão CONAMA 08/90	Padrão CONAMA 382/06
Partículas Totais	Até 350 g/1.000.000kcal	Até 250 mg/Nm ³
Densidade Calorimétrica	Até 20% da Escala de Ringelmann	Sem Referência
SO ₂	Até 5.000 g/1.000.000 kcal	Até 1000 mg/Nm ³
NO _x	Sem Referência	Até 2.600mg/Nm ³
CO	Sem Referência	Sem Referência
CO ₂	Sem Referência	Sem Referência
C _x H _y	Sem Referência	Sem Referência
Velocidade de Emissão	Sem Referência	Sem Referência
Temperatura	Sem Referência	Sem Referência

A dosagem deverá ser realizada através de Sonda Analisadora de Combustão, e Sonda Isocinética para Material Particulado ou equipamento similar, devidamente certificado e calibrado, através de padrões rastreáveis, conforme determina a legislação ambiental em vigor.

5.2.3.2- Periodicidade

Esse monitoramento deverá ser feito semestralmente.

5.2.4- PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RUÍDOS E VIBRAÇÕES SONORAS

Atendendo às exigências constantes da legislação em vigor deverá ser realizado o monitoramento da intensidade dos ruídos gerados pela UTE nos períodos diurno e noturno, em conformidade com a NBR 10151-2000.

5.2.4.1- Objetivos

Avaliar se o nível de intensidade sonora decorrente do funcionamento da UTE em plena carga da Usina, objetivando o conforto da vizinhança.

5.2.4.2- Equipamento

Medidor de nível de pressão sonora equivalente (LAeq), em decibéis ponderados em “A” [dB(A)]. Nível obtido a partir do valor médio quadrático da pressão sonora (com ponderação A) referente a todo o intervalo de mediação. Neste trabalho foi utilizado o método alternativo para cálculo do nível de pressão sonora equivalente, (LAeq), normatizado e calculado em conformidade com a NBR 10151:2000,

5.2.4.3- Critérios Assumidos

De acordo com a NBR 10151-2000, o método de avaliação envolve medições de nível de pressão sonora equivalente a (LAeq), em decibéis ponderados em “A” comumente chamados de dB(A) a avaliação do ruído.

O horário objeto deste trabalho corresponde ao horário diurno e noturno levando em consideração a NBR 10151-2000.

O nível de ruído (LAeq) deve atender aos valores limites estabelecidos na tabela abaixo, para o tipo de área no horário considerado.

Tabela 5.2- Nível de critério de avaliação NCA para ambientes externos em dB(A)

Tipo de Áreas	Diurno	Noturno
Áreas de Sítios e Fazendas	40	35
Áreas estritamente residencial urbana, hospitais e ,de escolas	50	45
Área mista, predominantemente residencial	55	50
Área mista com vocação comercial administrativa	60	55
Área mista com vocação recreacional	65	55
Área predominantemente industrial	70	60

*Sugestão de Tabela para os Resultados Obtidos (DIU RNO/NOTURNO)

Níveis de Pressão Sonora Diurna – UTE de Caapiranga

Ponto	Coordenadas Geográficas		Temperatura (°C)	Umidade Relativa(%)	Decibel (dB)
	Lat. S	Long.W			
01					
02					
03					
04					
05					
06					

Níveis de Pressão Sonora Noturna – UTE de Caapiranga

Ponto	Coordenadas Geográficas		Temperatura (°C)	Umidade Relativa(%)	Decibel dB(A)
	Lat.S	Long.W			
01					
02					
03					
04					
05					
06					

5.2.4.4- Periodicidade

O monitoramento deverá ser realizado semestralmente em conjunto com as demais atividades propostas como medidas mitigadoras.

5.2.5- PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA FAUNA E BIOINDICADORES

Considerando que as áreas: ADA, AID e AII estão interligadas permitindo o estado de ir e vir da fauna da região e as características levantadas no Diagnóstico Ambiental que informa sobre a forte antropização da ADA, este EIA não considera necessário a elaboração e aplicação de desse tipo de monitoramento.

5.2.6- PROGRAMA DE CONTROLE DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO

Considerando que a área que terá a sua vegetação suprimida (ADA) já se encontra fortemente antropizada pela instalação de sistemas agropastoris, onde já foram suprimidas espécies da vegetação nativa por espécies frutíferas. E considerando que não se identificou, na área de influência do empreendimento, nenhuma espécie vegetal em estado de proteção, este EIA não recomenda a realização de programa de acompanhamento para esta atividade.

5.2.7- PROGRAMA DE PROSPECÇÃO E RESGATE ARQUEOLÓGICO

De acordo com as recomendações relativas à prospecção arqueológica, a localidade não apresenta ocorrências de sítios arqueológicos, dispensando, assim, um projeto de prospecção e resgate arqueológico.

5.2.8- PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA POPULAÇÕES DO ENTORNO DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento será instalado na zona rural do município de Caapiranga na margem esquerda da estrada municipal, a montante do Terminal de Gás do Gasoduto Urucu-Manaus, em Caapiranga, e, conforme observações de campo, na ADA e AID existem presença de população humana fixada exercendo atividade agropastoril. Recomendamos que sejam instaladas as sinalizações preventivas de segurança, como, por exemplo, placas indicando a movimentação de entrada e saída veículos, sinalização na rodovia referente a trânsito de máquinas e equipamentos pesados, delimitação de uma rota a ser seguida entre o porto da cidade e o local de construção da UTE, de modo a evitar o tráfego em frente a escolas e hospital.

5.2.9- PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE ENDEMIAS

No canteiro de obra deverá ser instalado um posto de vacinação e controle das endemias tais como:

Febre Amarela,
Hepatite,
Febre Tifóide,
Tuberculose
Malária

O monitoramento da Malária deverá ser realizado de acordo com o seguinte cronograma:

Na contratação do empregado
No momento entrada no canteiro de Obra
Na saída do empregado, do canteiro de obra
Sistematicamente a cada dez dias

O monitoramento deverá ser realizado em consonância com os programas de erradicação destas endemias, da Fundação Nacional de Saúde (FNS) e com o Instituto de Doenças Tropicais de Manaus.

5.3- ESTUDO DE ANÁLISE DE RISCO

5.31 OBJETIVOS

Identificar e detalhar as possíveis situações de emergência ambiental decorrentes das fases de implantação/operação do empreendimento fazendo descrições das características físico-químicas dos produtos que serão transportados, estocados e/ou armazenados, incluindo produtos/combustíveis utilizados para manutenção e operação do empreendimento.

5.3.2- DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA ANÁLISE DE RISCO

Contemplará a avaliação dos riscos que o empreendimento possa causar, ao homem, ao meio ambiente e às instalações, nas fases de instalação e operação, bem como um Plano de Gerenciamento de Risco (PGR) e a identificação para incorporação de ações cabíveis no Plano de Contingências de Riscos, da Unidade Termelétrica de Caapiranga, em caso de acidentes.

Para a elaboração deste Estudo, seguiu-se o estabelecido no Manual de Orientação Para a Elaboração de Estudos de Análise de Riscos da CETESB. Adicionalmente, contem:

Descrição das Instalações existentes e da região do entorno do novo empreendimento, ou seja, Transportadora.

Descrição dos principais produtos e correntes bem como suas características, as propriedades físico-químicas, as características de inflamabilidade e os dados de toxicidade (TLV, IDLH, LC50).

Análise Histórica de acidentes ocorridos em instalações similares, dentro e fora do país, e que resultem em conseqüências acidentais ao meio ambiente / homem / instalações.

Identificação dos Perigos

Elaboração de um estudo analítico dos sistemas e subsistemas, através de técnicas e métodos coordenados para a detecção de erros e de eventos indesejáveis que podem ocorrer nas instalações que compõem o empreendimento.

Deverão ser empregados técnicas e métodos reconhecidos, que permitam a classificação dos perigos, de maneira a identificar e priorizar os eventos acidentais mais críticos.

Deverá ser contemplado o Efeito Dominó, caso seja configurada durante a implantação e operação, a significativa propagação dos efeitos de incêndios e explosões de algum sistema sobre outros.

Os perigos identificados serão classificados de acordo com a sua freqüência de ocorrência, magnitude das conseqüências e grau de risco, utilizando-se os critérios adequados e encontrados na literatura específica.

Na identificação dos perigos serão apresentados os cenários acidentais identificados como relevantes para a Análise de Risco.

5.3.3- ANÁLISE PRELIMINAR DE PERIGOS-APP

A metodologia da APP identificará e classificará quanto aos perigos, que possam causar lesões ao público interno ou externo e danos às instalações.

Para dispersões, incêndios e explosões será considerado o escalonamento, caso configurado através de programa de conseqüência, a significativa propagação dos efeitos acidentais de um sistema sobre outros.

O Erro Humano será considerado durante a análise, contemplando-se tanto as operações em sistemas de monitoramento e supervisão, quanto às operações utilizando sistemas sem dispositivos de monitoramento e/ou segurança.

A definição dos cenários acidentais, definidos a partir da APP, e em conjunto com a Amazonas Energia, permitirá dar seqüência ao estudo quantitativo. Também deverá ser definida uma Matriz de Riscos, a ser utilizada para seleção dos cenários acidentais a serem quantificados. Esta matriz deverá ser definida em conjunto com a equipe participante da APP.

5.3.4- AVALIAÇÃO DE RISCO

Avaliar os Estudos de Vulnerabilidade e de Conseqüências para o cálculo dos níveis de riscos Individual e Social para o empreendimento. Os resultados deverão ser avaliados perante os padrões disponíveis.

- Modos Operacionais a considerar:
Operação normal,
Operação de partida,
Operação de parada, e
Parada de emergência.

5.3.5- MEDIDAS PARA REDUÇÃO E REAVALIAÇÃO

Sugerir medidas capazes de diminuir a probabilidade de ocorrência dos cenários acidentais e/ou a magnitude das conseqüências para as instalações, pessoas, meio ambientes e comunidades envolvidas diretamente com o empreendimento. Quando os riscos forem considerados inaceitáveis o projeto deverá ser revisto, segundo a metodologia adotada ou, quando for conveniente, o procedimento operacional revisado e as alterações propostas reavaliadas de maneira que torne o empreendimento viável.

5.3.6- PLANOS DE AÇÃO

5.3.6.1- Introdução

Para se evitar que os riscos se tornem realidade é necessária a criação e a implantação de tres planos de ação. O primeiro plano é chamado Plano de Gerenciamento de Risco - PGR, que tem por objetivo avaliar o risco e observar as medidas mitigadoras que podem diminuir a gravidade do risco. O segundo é o Plano de Contingência (PC), tem por objetivo garantir a segurança Humana e preservar o Meio Ambiente. E o terceiro é chamado de Plano de Ação de Emergência (PAE), tem por objetivo combater o incidente o mais rápido possível.

Para cada acidente que eventualmente vier ocorrer, serão levantados os acontecimentos que deram causa ao acidente, haverá o estabelecimento de ações corretivas e a implantação destas ações, com o objetivo maior, de que tal acidente não se repita.

Todos os documentos do projeto, os planos de inspeção e de manutenção, os registros de inspeção e de manutenção e os relatórios de acidentes serão mantidos em arquivos para eventuais auditorias.

5.3.6.2- Plano de Gerenciamento de Riscos – PGR

Com base nos resultados do estudo realizado apresentar o PGR o qual visa à mitigação e/ou minimização dos riscos encontrados pelo estudo de Análise de Risco. O PGR deverá ser consistente com as práticas já adotadas e a ser implantadas na UTE DE CAAPIRANGA e em conformidade com as Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Segurança da empresa

Conter também as informações referentes à sua implantação, identificação dos responsáveis, cronograma de implantação, programa de treinamento de pessoal/capacitação técnica, programa de manutenção (preventivo e corretivo), procedimento e periodicidade para teste, treinamento, simulação, revisão e atualização do Plano; auditorias periódicas etc.

a) Instalações Terrestres

Instalação	Dados da instalação
Unidade Termelétrica de Caapiranga– Zona Rural km 6 estrada municipal	Terreno de 40.000m ²
Via de acesso.	Rodoviário – Estrada Municipal Caapiranga Manacapuru.
Escritório dirigente.	Construção de alvenaria medindo 30m ² .
Copa/Refeitório	Construção de Alvenaria medindo 30m ² .
Vestiário / Sanitário.	Construção de Alvenaria medindo 25m ² .
Praça de Serviços	Galpão em alvenaria padronizada medindo 420 m ²
Central de Gases	Área alvenaria padronizada medindo 15m ² .
Subestação Elevatória	Área padronizada medindo 30m ² .
Depósitos de material sólidos perigosos, óleos e graxas, para remoção e descarte.	Área padronizada medindo 30m ² .
Almoxarifado.	Área padronizada medindo 150m ² .

b) Sistemas de Apoio, Proteção e Segurança

Sistema	Dados do sistema
Sistema de esgoto sanitário.	Sistema ETE
Sistema elétrico, geração externa.	Iluminação das instalações terrestres e uso industrial. Iluminação dos pontos estratégicos e manutenção da energia elétrica em todo aparelhamento do sistema de proteção contra incêndio.
Grupo Gerador de energia	
Sistema de Proteção de Descargas Atmosféricas - SPDA	Pára-raios tipo Franklin e gaiola de Faraday
Sistema de água potável. Reserva Técnica Incêndio	2 Caixas d'água de fibra de vidro de 15.000L Obs.: Bomba de recalque do poço e Bomba de Incêndio, ligadas ao Grupo Gerador de Energia.
Sistema de incêndio. (De acordo com projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros do Amazonas)	Extintores nas instalações terrestres. Rede de Hidrantes com esguicho regulável Quadro sinóptico, detectores de incêndio. Brigada de Emergência
Sistema de telecomunicação	Telefonia convencional e celular.
Sistema de comunicação (Central de Comunicações - local H24)	Rádio transmissor móvel para membros da Brigada de Emergência;
Almoxarifado de produtos perigosos	Lâmpadas e instalações elétricas à prova de explosão.

c) Produtos a Serem Manuseados

Como se trata de uma UTE a gás, apenas será realizado no recinto as atividades inerentes à geração de energia elétrica, e os produtos a serem manuseados serão: Gás natural, óleos lubrificantes, e óleos para manutenção de motores.

d) Análise de risco

Na Análise do risco, a seguir, foram observadas, também, as medidas mitigadoras para diminuir a incidência dos perigos na fase de instalação e/ou operação.

EVENTO	CAUSAS	CONSEQÜÊNCIAS	MITIGADORAS	RISCO		
				PROB	SERV	CATG
1. Poluição atmosférica durante a fase de operação	Movimentação de Veículos e máquinas pesadas	Danos à saúde	<p>Umectação constante do solo nas áreas de intervenção, com frequência pré-determinada, para abatimento na origem das emissões de particulados para a atmosfera;</p> <p>Utilização de brita nas vias não pavimentadas e acessos a serem implantados, com o intuito de reduzir as emissões de particulados;</p> <p>Utilização de locais com menor interferência em relação à ação dos ventos onde serão estocados os materiais granulados, evitando assim o arraste eólico;</p> <p>Realização de manutenções preventivas nos veículos ou barcos contratados de transporte de materiais, maquinários e operários, de forma a manter os motores regulados e intervir sempre que for constatada a emissão de fumaça fora do normal,</p> <p>Através do programa interno de autofiscalização da correta manutenção dos meios de transporte movidos a óleo Diesel quanto à emissão de fumaça preta.</p>	D	I	1
2. Poluição atmosférica durante a fase de operação	Emissões das chaminés ou dutos	Danos à Saúde da população e ao meio Ambiente	Medições semestrais nas chaminés (dutos) da UTE CAAPIRANGA.	D	II	3

3. Poluição do solo	<p>Vazamento pelo fundo dos VASILHAMES</p> <p>Transbordamento dos VASILHAMES .</p> <p>Vazamento em tubulações, acessórios e equipamentos</p>	<p>Poluição crônica, com possibilidade de poluição do lençol freático</p> <p>Prejuízos econômicos</p> <p>Poluição aguda, com possibilidade de poluição dos recursos hídricos</p> <p>Prejuízos econômicos</p>	<p>Os VASILHAMES devem ser armazenados com espaçamento entre o piso e o fundo a fim de permitir inspeção visual preventiva. Complementarmente, estes VASILHAMES devem ser instalados em uma bacia de contenção dimensionada conforme norma NBR 7505.</p> <p>Todas as atividades de carga, descarga e transferência são realizadas em áreas com piso de concreto e devidamente protegidas com diques de contenção</p> <p>Será implantado um Plano de Treinamento</p> <p>Ações de controle de emergências, conforme especificadas no Plano de Ação de Emergência.</p>	A	II	3
4. Poluição do sistema de drenagem de águas pluviais	<p>Vazamento de produtos dos recipientes</p> <p>Fluxo de água de combate a incêndio</p>	<p>Transporte do agente poluidor para áreas externas às instalações industriais da empresa</p> <p>Possibilidade de poluição dos recursos hídricos</p> <p>Potencializa o risco de incêndio em outras áreas</p> <p>Prejuízos econômicos</p>	<p>Serão construídas barreiras de concreto (lombadas) para contenção de possíveis vazamentos nas vias de acessos ao galpão A, com respectivos recipientes coletores.</p> <p>Será implantado um Plano de Treinamento</p> <p>Ações de controle de emergências, conforme especificadas no Plano de Ação de Emergência da empresa</p>	A	III	3
5. Curto-circuito	Instalações elétricas inadequadas	<p>Incêndio, Explosão.</p> <p>Queimadura</p> <p>Acidente fatal</p>	<p>Implantação na Norma Regulamentadora NR 10</p> <p>Prontuário elétrico e diagrama unifilar de cargas</p> <p>Manutenção preventiva das instalações.</p> <p>Sistema de aterramento.</p> <p>Detector de fumaça.</p>	B	III	4

6. Acidentes com o equipamento da Central de gases nas atividades de reparo.	Falha nos procedimentos de segurança; Pessoal destreinado.	Danos severos aos equipamentos, à propriedade e/ou ao meio ambiente. Lesões de gravidade moderada em funcionários, em terceiros e/ou em pessoas (probabilidade remota de morte de funcionários e/ou de terceiros).	Plano de treinamento de pessoal e de segurança no trabalho Manutenção preventiva das instalações	B	III	5
7. Acidente com vazamento de gases na Central de Gases.	Falta de manutenção; Falha de procedimento; Pessoal destreinado	Danos severos aos equipamentos, à propriedade e/ou ao meio ambiente. Lesões de gravidade moderada em funcionários, em terceiros e/ou em pessoas (probabilidade remota de morte de funcionários e/ou de terceiros). Exige ações corretivas imediatas para evitar seu desdobramento em catástrofe.	Implantação de plano de treinamento de pessoal e de segurança no trabalho Manutenção preventiva das instalações	C	III	5
8. Acidente na casa de máquinas.	Falta de manutenção; Falha de procedimento; Pessoal destreinado	Danos severos aos equipamentos, à propriedade e/ou ao meio ambiente. Lesões de gravidade moderada em funcionários, em terceiros e/ou em pessoas (probabilidade remota de morte de funcionários e/ou de terceiros). Exige ações corretivas imediatas para evitar seu desdobramento em catástrofe	Implantação de plano de treinamento de pessoal e de segurança no trabalho Manutenção preventiva nas instalações	D	III	4

9. Acidente com incêndio e explosão	Acidente com incêndio e explosão Falha de manutenção; Falha de procedimento; Pessoal destreinado	Danos severos aos equipamentos, à propriedade e/ou ao meio ambiente. Lesões de gravidade moderada em funcionários, em terceiros e/ou em pessoas (probabilidade remota de morte de funcionários e/ou de terceiros).	Implantação na Norma Regulamentadora NR 10 Prontuário elétrico e diagrama unifilar de cargas Manutenção preventiva das instalações. Sistema de aterramento. Detector de fumaça.	A	IV	5
10. Acidente decorrente de choque elétrico	Falha de manutenção; Falha de procedimento; Pessoal destreinado.	Lesões de gravidade moderada em funcionários, em terceiros e/ou em pessoas (probabilidade remota de morte de funcionários e/ou de terceiros). Exige ações corretivas imediatas para evitar seu desdobramento em catástrofe.	Implantação na Norma Regulamentadora NR 10 Prontuário elétrico e diagrama unifilar de cargas Manutenção preventiva das instalações. Sistema de aterramento. Detector de fumaça.	D	III	4
11. Acidente no depósito de óleo lubrificante	Falha de manutenção; Falha de procedimento; Pessoal destreinado.	Danos severos aos equipamentos, à propriedade e/ou ao meio ambiente. Lesões de gravidade moderada em funcionários, em terceiros (probabilidade remota de morte de funcionários e/ou de terceiros).	Manutenção preventiva das instalações Implantação de plano de treinamento de pessoal e de segurança no trabalho	D	III	4

e) Categoria de Frequência dos Cenários

FREQUENCIA	DENOMINAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
A	EXTREMAMENTE REMOTA	Conceitualmente possível, mas extremamente improvável de ocorrer durante a vida útil do processo / instalação.
B	REMOTA	Não esperado ocorrer durante a vida útil do processo / instalação.
C	IMPROVÁVEL	Pouco provável de ocorrer durante a vida útil do processo / instalação.
D	PROVÁVEL	Esperado ocorrer até uma vez durante a vida útil do processo / instalação.
E	FREQÜENTE	Esperado ocorrer várias vezes durante a vida útil do processo / instalação.

f) Categoria de Severidade das Conseqüências dos Cenários

SEVERIDADE	DENOMINAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
I	DESPREZÍVEL	Sem danos ou danos insignificantes aos equipamentos, à propriedade e/ou ao meio ambiente. Não ocorrem lesões / mortes de funcionários, de terceiros (não funcionários) e/ou pessoas (indústrias e comunidades); o máximo que pode ocorrer são casos de primeiros-socorros ou tratamento médico menor.
II	MARGINAL	Danos leves aos equipamentos, à propriedade e/ou ao meio ambiente (os danos materiais são controláveis e/ou de baixo custo de reparo). Lesões leves em funcionários, terceiros e/ou em pessoas.
III	CRÍTICA	Danos severos aos equipamentos, à propriedade e/ou ao meio ambiente. Lesões de gravidade moderada em funcionários, em terceiros e/ou em pessoas (probabilidade remota de morte de funcionários e/ou de terceiros). Exige ações corretivas imediatas para evitar seu desdobramento em catástrofe.
IV	CATASTRÓFICA	Danos irreparáveis aos equipamentos, à propriedade e/ou ao meio ambiente (reparação lenta ou impossível). Provoca morte ou lesões graves em várias pessoas (em funcionários, em terceiros e/ou em pessoas).

g) Categoria de Riscos

CATEGORIA	DENOMINAÇÃO
1	DESPREZÍVEL
2	MENOR
3	MODERADO
4	SÉRIO
5	CRÍTICO

h) Matriz de Risco – Freqüência – Severidade das Conseqüências

SEVERIDADE	FREQUENCIA				
	A	B	C	D	E
IV	1				
III	2	2		3	
II			1	1	
I				1	

i) Consolidação da Análise de Riscos

Foram analisados 11 eventos, dos quais 01 apresentou risco 1 (desprezível) de 9,09%; 03 apresentam risco 3 (moderado), de 27,27%; 04 apresentaram risco 4 (sério) de 36,36% e 03 apresentaram risco 5 (crítico) de 27,27%

A alta incidência do risco sério está associada às conseqüências advindas ao homem, produzidas pelas lesões ou até a fatalidade.

5.3.6.3- Plano de Contingência - PC

Instalações Terrestres			
Instalação	Contingência	Ações	Empresa responsável
Abastecimento de gás da Central de Gases.	Vazamento.	Inspeção semestral. Manutenção dos itens indicados pela inspeção.	AMAZONAS ENERGIA

Sistema de Apoio e Segurança			
Sistema.	Contingência	Ações	Empresa responsável
Esgoto sanitário.	Inoperante	Manutenção anual das bombas. Limpeza anual do sistema	AMAZONAS ENERGIA
Sistema elétrico.	Inoperante; Choque	Manutenção conforme recomendação dos fabricantes; Treinamento do pessoal de manutenção e operação.	AMAZONAS ENERGIA
Sistema de incêndio.	Inoperante	Inspeção diária. Manutenção dos itens indicados pela inspeção e pelos fabricantes..	AMAZONAS ENERGIA

Equipamentos de Operação			
Equipamento	Contingência	Ações	Empresa responsável
Grupos Geradores.	Vazamento de gás	Inspeção mensal dos Grupos Geradores Manutenção dos itens indicados pela inspeção e pelos fabricantes dos equipamentos. Treinamento de pessoal	AMAZONAS ENERGIA
Subestação	Curto-circuito.	Inspeção diária do sistema. Manutenção dos itens indicados pela inspeção e pelos fabricantes dos equipamentos. Treinamento de pessoal.	AMAZONAS ENERGIA
Central de Gases	Vazamento de gás	Inspeção diária do sistema. Manutenção dos itens indicados pela inspeção e pelos fabricantes dos equipamentos. Treinamento de pessoa	AMAZONAS ENERGIA
Motores	Vazamento Óleo Lubrificante	Inspeção diária do sistema. Manutenção dos itens indicados pela inspeção e pelos fabricantes dos equipamentos. Treinamento de pessoa	AMAZONAS ENERGIA
Caixa Separadora de Água e Óleo	Vazamento de óleo contaminado	Inspeção diária do sistema. Manutenção dos itens indicados pela inspeção e pelos fabricantes dos equipamentos. Treinamento de pessoa	AMAZONAS ENERGIA

5.3.6.4- Plano de Ação de Emergência -PAE

EVENTO	LOCAL	AÇÃO
Vazamentos/incêndios/explosões	Instalações em terra.	Avisar brigada de incêndio. Combater o incêndio. Avisar IPAAM.
Vazamento de óleo lubrificante	Tanque de óleo Pátio interno do UTE	Avisar equipe de Meio Ambiente Avisar brigada de incêndios. Combater o vazamento/incêndio. Avisar ao IPAAM.
Vazamento de Gás	Grupo Gerador	Avisar equipe de Meio Ambiente Avisar brigada de incêndios. Combater o vazamento/incêndio. Avisar ao IPAAM.
Acidentes Pessoais.	Empregados.	Avisar Equipe de Meio Ambiente. Prestar assistência. Comunicar Delegacia Regional do Trabalho.
	Pessoas da Comunidade.	Avisar Equipe de Meio Ambiente. Prestar assistência. Avisar Polícia Militar, conforme o caso
Vazamento de gás	Central de Gás	Avisar Equipe de Meio Ambiente. Avisar Pessoal de Manutenção. Sanar o vazamento. Remover o óleo do rio.. Avisar IBAMA. Avisar IPAAM.

Anexo I

Relatório de Incidente Ambiental - RIA

AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Relatório de Incidente Ambiental - RIA

Instruções de Preenchimento

A. Objetivo

Reportar quaisquer vazamentos/derrames de produtos ou aditivos superiores a 1 litro/1 kg e ou sinistros diversos na UTE

B. Procedimentos

O relatório será preenchido em 3 vias, sendo enviada à Gerência de Operações da Área e cópia para a, após cada incidente

C. Preenchimento

ENVIADO PARA: Sigla dos destinatários. Assinalar a Gerência de Operações

DATA/HORA/DIA DA SEMANA: Data, hora e dia da semana do incidente.

LOCAL DO INCIDENTE: Assinalar o local do incidente, especificar, inclusive o envolvimento de terceiros. O incidente deve ser reportado, mesmo que o produto derramado seja de terceiros.

PRODUTO/QUANTIDADES: Nome do produto e respectiva quantidade em litros. Os óleos combustíveis devem ser informados produtos

CAUSA: Assinalar a causa do incidente.

Informar se o produto atingiu a caixa separadora, se houve contaminação do solo, se houve drenagem para a rede pública ou para o rio e comunicar ao órgão ambiental.

“TÉCNICA DE LIMPEZA UTILIZADA”: Citar o tipo de limpeza efetuada.

“HOUE FORMAÇÃO DE RESÍDUO?”: Informar se foi gerado resíduo por causa da limpeza.

“QUANTIDADE”: Informar o volume, em litros, ou a massa, em kg, do resíduo.

“DISPOSIÇÃO FINAL”: Informar se reciclado no local, vendido a terceiros e se foi contratado serviço para disposição final ou outras.

CUSTO DE LIMPEZA: Informar o total de gastos com a limpeza do incidente/acidente.

MULTAS: Informar se o incidente/acidente acarretou alguma multa, e em caso positivo, o valor.

Anexo II

Registro de Exercícios Simulados

LOCAL : Informar o local de realização do exercício

DATA: Dia em que ocorreu o exercício

DURAÇÃO: Horário de início e término

EQUIPAMENTOS UTILIZADOS: Informar o tipo e quantidade de todo o material utilizado (EPI, etc.).

PARTICIPANTES: Informar o nome de todos os participantes e suas respectivas funções no simulado.

DESCRIÇÃO EXERCÍCIO: Informar, de maneira detalhada, o tipo de simulação, número de pessoas que participaram do exercício, se houver participação de congêneres ou outras órgãos, etc.

FALHAS OBSERVADAS : Indicar quais as falhas ocorridas durante todo o processo (pessoas, materiais utilizados, etc), qual o prejuízo causado para o exercício e qual a reação da equipe. Lembrar sempre que falhas servem exatamente para correção de erros e treinamento. Portanto, o ânimo da equipe não deve ser abalado por estas.

AÇÕES CORRETIVAS: Em caso de falhas, quais as ações tomadas para corrigi-las.

AVALIAÇÃO FINAL : Avaliação geral do simulado (alcance de objetivos, nível de conhecimento das pessoas, materiais utilizados, grau de eficiência, etc).

PRÓXIMO EXERCÍCIO: Informar data e local do próximo exercício.

OBSERVAÇÕES: Caso necessário.

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES/AVALIAÇÃO : Nome completo do responsável pelas informações e função.

DATA/LOCAL :

ASSINATURA:

Formulário Exercício

Local:	Data:	Hora:	Duração:
Equipamentos utilizados (nome/quantidade):			
Participantes (nome/função)			
Descrição do exercício:			
Falhas observadas:			
Ações Corretivas:			
Avaliação Final:			
Observações:			
Responsáveis Informações:		Cargo:	
Data/Local:		Assinatura:	

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DOBRIN, M. B. & SAVIT, C. H. – 1988 – Introduction to Geophysical Prospecting. McGraw-Hill, New York, 867p.
- PARASNIS, D. S. – 1976 – Geofísica Minera. Paraninfo, Madrid, 376p.
- TELFORD, W. M.; GELDART, L. P. & SHERIFF, R. E. – 1990 – Applied Geophysics – Second Ediction. Cambridge University, Cambridge, 770p.
- ALMEIDA, IVO T. A Poluição Atmosférica por Material Particulado na Mineração a Céu Aberto. 1999. 186f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Paulo, USP, São Paulo, 1999.
- ASSUNÇÃO, J. V. Poluição Atmosférica. In: CASTELLANO, E. G., ed. Desenvolvimento Sustentado: Problemas e Estratégias. São Paulo, Academia de Ciências do Estado de São Paulo, 1998. P. 271-308. CETESB. Qualidade do ar. 2010. Disponível em <http://www.cetesb.sp.gov.br/Ar/ar_saude.asp>. Acesso em: janeiro de 2010.
- DAMILANO, Daniela C. R. Estudo da Influência da Poluição Atmosférica e das Condições Meteorológicas na Saúde em São José dos Campos-SP. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.sid.inpe.br/mtc>>. Acesso em: novembro de 2008.
- EPA. AERMOD: description of model formulation. EPA-454/R-03-004, 2004g, 91 p.;
- EPA. AERMOD: implementation guide, 2008, 21p.;
- EPA. Comparison of regulatory design concentrations AERMOD versus ISCST3, CTDMPPLUS, ISC-PRIME. EPA-454/R-03-002, 2003, 89p..
- EPA. User's guide for the AERMOD meteorological preprocessor (AERMET). EPA-454/B-03-002, 2004c, 271p.;
- EPA. User's guide for the AERMOD meteorological preprocessor (AERMET) - Addendum. EPA-454/B-03-002, 2004d, 19p.;
- EPA. User's guide for the AERMOD terrain preprocessor (AERMAP) - Addendum. EPA-454/B-03-003, 2004f. 23 p.;
- EPA. User's guide for the AERMOD terrain preprocessor (AERMAP), EPA-454/B-03-003, 2004e, 129 p.;
- EPA. User's guide for the AMS/EPA regulatory model– AERMOD - Addendum. EPA-454/B-03-001, 2004b. 40 p.;
- EPA. User's guide for the AMS/EPA regulatory model– AERMOD. EPA-454/B-03-001, 2004a. 256 p.;
- LAPRISE, R.: The Euler equation of motion with hydrostatic pressure as independent coordinate. Mon. Wea. Rev., 120 (1), 1992, 197-207.

MELO O. D.: Despacho Integrado da Geração Térmica e da Produção e Transmissão do Gás Natural- Tese de doutorado de da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em cutter.unicamp.br/document/?view=vtls000391284

SCHULMAN L. L.; STRIMAITIS D. G.; SCIRE J. S. Development and evaluation of the PRIME plume rise and building downwash model. *Journal of the Air & Waste Management Association*. Vol. 50, n.º 3, 2000, pp. 378-390;

SEINFELD, J. H., PANDIS, S. N. *Atmospheric chemistry and physics: from air pollution to climate change*. Editora Wiley-Interscience Publication, 1998. 1326 p.

SKAMAROCK, W. C., and M. L. WEISMAN: The impact of positive-definite moisture transport on NWP precipitation forecasts. *Mon. Wea. Rev.*, In Press.

10.1175/2008MWR2583.1. 2008.

STULL, R. B. *An introduction to boundary layer meteorology*. Dordrecht:

Bibliografia do Meio Físico

DOBRIN, M. B. & SAVIT, C. H. – 1988 – *Introduction to Geophysical Prospecting*. McGraw-Hill, New York, 867p.

PARASNIS, D. S. – 1976 – *Yerpetofa Minera*. Paraninfo, Madrid, 376p.

SILVA, C.L. *Análise da tectônica cenozóica da região de Manaus e adjacências*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2005. 282p.

PROJETO RADAM 1975

TELFORD, W. M.; GELDART, L. P. & SHERIFF, R. E. – 1990 – *Applied Geophysics – Second Edition*. Cambridge University, Cambridge, 770p.

Bibliografia Botânica

AMARAM, P. H.C.; VERÍSSIMO, J.A. O.; BARRETO, P.G. & VIDAL, E. J. S., 1998. *Floresta para Sempre: um Manual para Produção de Madeira na Amazônia*. Belém: IMAZON, 137p.

CASTRO, A. J. R. de & PASTORE Jr. F., 1998. *Guia de Plantas Medicinais*. ITTO – International Tropical Timber Organization, LATEQ (Laboratório de Tecnologia Química), UnB – Universidade de Brasília: 22p.

DUELLMAN, W.E. 1978. *The Biology of an Equatorial Herpetofauna in Amazonian Ecuador*. *Misc. Publ. Nat. Hist. Univ. Kansas* 65: 1-352
FERRAZ, I. D. K. Et al., 2004. Características básicas para um agrupamento ecológico preliminar de espécies madeireiras da floresta de terra firme da Amazônia Central. *Manaus Acta Amazônica*, no.4 vol.34.

IBAMA, 1992. *Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção*. Portaria nº 37-N, 03/IV/1992.

- IBAMA, 1995. Regulamenta os artigos 15, 19, 20 e 21 da Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965 e disciplina a exploração florestal na Bacia Amazônica. Portaria nº 48, 10/VII/1995.
- IBGE, 1990; Projeto de Zoneamento das Potencialidades dos Recursos Naturais da Amazônia Legal – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro: 212p.
- LOUREIRO, A. A.; FREITAS, J. A. & FREITAS, C. A. A. de, 1997. Essências Madeireiras da Amazônia Vol. 03, Manaus: MCT/INPA-CPPF, 103p.
- NASCIMENTO, C.; HOMMA, A. Amazônia: meio ambiente e tecnologia agrícola. Belém: Embrapa-CPATU, 1984. 282p.
- OLIVEIRA, A. N.; AMARAL, I. L. do 2004. Florística e fitossociologia de uma floresta de vertente na Amazônia Central, Amazonas, Brasil¹. Acta Amaz.vol.34 no.1 Manaus
- QUEIROZ, W.T., 1986. Efeitos da variação estrutural em unidades amostrais na aplicação do processo em amostragem por conglomerados. Dissertação de Mestrado, UFPR, Paraná.
- RIBEIRO, J. E. L. DA S. ET AL., 1999. Flora da Reserva Ducke: Guia de identificação das plantas vasculares de uma floresta de terra-firme na Amazônia Central. Manaus: INPA, 816p.
- SHIMABUKURO, Y. E.; RUDORFF, B. F. T. Fraction images derived from NOAA AVHRR data for global studies. International Journal of Remote Sensing , v. 21, n. 17, p. 3191-3194, 2000.

Bibliografia da Fauna

- ÁVILA-PIRES, T.C.S.; HOOGMOED, M.S. 1997. The Herpetofauna. Pp. 389-401 In: Lisboa, P.L.B. (Ed.). Caxiuanã. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, Pará. 446p
- BERNARDI, J.A.R., ESTUPIÑÁN, R.A. GALATTI, U. 1999. New Anuran from the Floresta Nacional de Caxiuanã, Eastern Amazon, Brazil. Herpetological Review 30(3): 176-177.
- BORGES, S. H., COHN-HAFT, M., CARVALHAES, A. M. P., HENRIQUES, L. M., PACHECO, J. F. e WHITTAKER, A. 2001. Birds of the Jaú National Park, Brazilian Amazon: Species checklist, biogeography and conservation. Ornithologia Neotropical 12: 109-140.
- COHN-HAFT, M., WHITTAKER, A. e STOUFFER, P. C. 1997. A new look at the “species-poor” Central Amazon: The avifauna North of Manaus, Brazil. Ornithological Monographs 8: 205-235.
- CRACRAFT, J. 1985. Historical biogeography and patterns of differentiation within the South American avifauna: Áreas of endemism. In: Buckley, P. A., Foster, M. S., Morton, E. S., Ridgely, R. S. e Buckley, F. G. (Eds.). Neotropical Ornithology, pp. 49-84. Ornithol. Monogr. 36.
- CUNHA, O.R.; DO NASCIMENTO, F.P. 1993. Ofídios da Amazônia. As Cobras da Região Leste do Pará. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Vol 9(1)1-191.

- DUELLMAN, W.E.; THOMAS, R. 1996. Anuran Amphibians from a Seasonally Dry Forest in Southeastern Peru and comparisons of the Anurans Among Sites in the Upper Amazon Basin. *Occas. Pap. Mus. Nat. Hist. Univ. Kansas* (180): 1-34.
- GASCON, C.; PEREIRA, O.S. 1993. Preliminary Checklist of the Herpetofauna of the Upper Rio Urucu, Amazonas, Brazil. *Revta. erp. Zool.* 10(1): 179-183.
- HERO, J.M. 1990. An Illustrated Key to Tadpoles Occurring in the Central Amazon Rainforest, Manaus, Amazonas, Brasil. *Amazoniana* 11(2): 201-262.
- HEYER, W.R. 1977. Taxonomic Notes on Frogs from the Madeira e Purus Rivers, Brazil. *Papéis Avulsos Zool.* 31(8): 141-162.
- HÖDL, W.R. 1977. Call differences and calling site segregation in anuran species from Central Amazonian floating meadows. *Oecologia* 28: 351-363.
- HOOGMOED, M.S. 1973. Notes on the Herpetofauna of the Surinam IV. The lizards
- MARTINS, M. 1991. The lizards of Balbina, Central Amazônia, Brazil: a qualitative analysis of resource utilization. *Stud. Neotr. Fauna Environ.* 26: 179-190.
- MARTINS, M. 1998. The frogs of the Ilha de Maracá. In Milliken, W.; Ratter, J.A. (eds.). *Maracá: biodiversity and environment of an Amazonian rainforest.* John Wiley and Sons Ltd. P. 285-306.
- MARTINS, M.; Oliveira, M.E. 1998. Natural History of Snakes in Forests of the Manaus Region, Central Amazonia, Brazil. *Herpetological Natural History* 6(2): 78-150.
- RODRÍGUEZ, L.O.; DUELLMAN W.E. 1994. Guide to the frogs of the Iquitos Region, Amazonian Peru. The University of Kansas, Natural History Museum. *Special Publication n° 22*: 1-104.
- SPIRONELLO, W.R. 1999. The Sapotaceae community ecology in a central Amazonian forest: effects of seed dispersal and seed predation. Tese de doutorado da Universidade de Cambridge, Inglaterra
- RODRÍGUEZ, L.O.; CADLE, J.E. 1990. A preliminary overview of the herpetofauna of COCHA Cashu, Manu National Park, Peru. In Gentry, A. H. (Ed.). *Four Neotropical rainforests.* New Haven. Yale University Press. P. 410-425.
- TOFT, C.A.; DUELLMAN, W.E. 1979. Anurans of the lower Río Lullapiches, Amazonian Peru: a preliminary analysis of community structure. *Herpetologica* 35: 71-77.
- ZIMMERMANN, B.L.; RODRIGUES; M.T. 1990. Frogs, snakes, and lizards in the INPA/WWF Reserves near Manaus. In: Gentry, A.H. (ed.). *Four Neotropical Rainforests.* Yale University Press, New Haven. P 426-454.
- ZIMMERMANN, B.L.; SIMBERLOFF, D. 1996. An historical interpretation of habitat use by frogs in central Amazonian forest. *Journal of Biogeography* 23(1): 27-46.